



**CÂNDIDA CRISTINA A CUSTÓDIA DO TERRITÓRIO E SUA
TAVARES VITORIANO APLICABILIDADE NA“RIA” DE AVEIRO**



**CÂNDIDA CRISTINA TAVARES VITORIANO A CUSTÓDIA DO TERRITÓRIO E SUA
APLICABILIDADE NA “RIA” DE AVEIRO**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, realizada sob a orientação científica do Doutora. Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

O júri

Presidente

Doutora Celeste de Oliveira Alves Coelho

professora Catedrática do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Arguente

Doutor José Manuel Martins

professor associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Orientador

Doutora Filomena M^a Cardoso Pedrosa Ferreira Martins

professora associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais porque sem eles todo o trabalho não seria possível e um agradecimento especial ao Carlos Ferreira por toda a ajuda e apoio. Um agradecimento também à Professora Filomena Martins pela orientação.

Palavras-chave

Custódia do território, desenvolvimento sustentável, conservação da natureza e biodiversidade, intervenientes no território, propriedade privada, acordos, “Ria” de Aveiro, habitat de interesse comunitário

Resumo

Neste trabalho, é estudado o enquadramento internacional das iniciativas de *custódia do território* e a sua aplicabilidade em Portugal no caso específico da “Ria” de Aveiro, para um habitat de conservação especial tendo em conta a Diretiva habitats e com alguma representação no sistema lagunar na “Ria”. Este trabalho insere-se no tópico da custódia do território que se baseia na conservação de espaços e áreas do território de âmbito privado, tendo como principal objetivo o estabelecimento de acordos com os proprietários e a sua sensibilização para a conservação e proteção desses valores. No futuro, na “Ria” de Aveiro, este poderá ser um instrumento de gestão territorial importante para interligar os diferentes atores do território.

Keywords

Land trust, sustainable development, nature conservation and biodiversity, stakeholders, property private, agreements, "Ria" of Aveiro, habitat of community interest

Abstract

In this work, it is studied the international framing of the initiatives of the land trust and its applicability in Portugal, especially in Aveiro's "Ria", for a special conservation habitat taking into account the habitats directive and with some representation of the lagoon system in "Ria".

This work is within the topic of land trust that is based on the conservation of spaces and areas of private territory having as main basis the establishment of agreements with the owners of the territory and to make them aware to the needs of conservation and protection of those values. In the future, in Aveiro's "Ria", this can be an important instrument of land management for the connection of the different actors of the territory.

Índice

1	Introdução.....	1
1.1	Objetivos.....	1
2	Enquadramento	3
2.1	O conceito “Custódia do Território”	3
2.2	Enquadramento internacional	4
2.2.1	Instrumentos de gestão territorial de âmbito internacional direcionado à responsabilidade social e ambiental como forma de desenvolvimento sustentável	5
2.2.2	As novas formas de conservação da natureza, património e paisagem em áreas privadas no Mundo.....	6
2.3	Enquadramento nacional	34
2.3.1	Planos, programas e estratégias nacionais no âmbito da custódia do território	34
2.3.2	Instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional direcionado à responsabilidade social e ambiental como forma de desenvolvimento sustentável.....	35
2.3.3	Instrumentos de Conservação da Natureza e Biodiversidade no âmbito da Custódia do Território.....	42
2.3.4	Quadro legal dos Regimes de Propriedade em Portugal	50
2.3.5	Figuras legais que podem permitir acordos de custódia do território	58
2.3.6	Incentivos Fiscais de possível aplicação para a Custódia do Território	61
2.3.7	Algumas limitações ambientais do Direito de Propriedade.....	66
3	Exemplo prático da aplicabilidade da custódia do território.....	67
3.1	Exemplo da entidade de “Xarxa de Custodia del Territori” – Catalunha –Espanha.....	67
3.1.1	Enquadramento legislativo	68
3.1.2	O conceito na Catalunha – Espanha.....	69
3.1.3	Onde se aplica a custódia do território	70
3.1.4	Entidades e Agentes implicados	71
3.1.5	O que se entende por acordo e por contrato de custódia do território?	72
3.1.6	Os acordos da XCT.....	72
3.1.7	Opções jurídicas para a custódia do território em propriedades privadas	72
3.1.8	O desenho, a negociação e o seguimento dos acordos de custódia.....	74

3.1.9	Critérios de qualidade para a redação dos acordos e contratos de custódia do território	75
3.1.10	Incentivo ao estabelecimento de acordos de custódia	76
3.1.11	Projecto de instalação de um ponto de observação de fauna na propriedade das <i>Closes de la Fonollera</i>	78
3.2	Exemplos práticos em Portugal	78
3.2.1	Origem de formas de conservação da natureza, património e paisagem em áreas privadas em Portugal	78
3.2.2	Metodologia e acompanhamento dos Acordos de Custódia do Território	82
4	Análise Comparativa da Custódia do Território ao nível internacional Catalunha e Portugal	85
4.1	Análise comparativa das experiências existentes no Mundo, Catalunha e Portugal e sugestões para aplicação ao nosso caso de estudo	85
4.1.1	Origem	85
4.1.2	Tipo de entidades	86
	Fonte. Elaboração própria	87
4.1.3	Objectivo de criação	87
4.1.4	Dimensões e tipo de áreas de aplicação	88
4.1.5	Instrumentos de base para a aplicação da custódia do território	90
4.1.6	Formas e figuras jurídicas para promover os acordos de custódia	91
4.1.7	Figuras legais para aplicação de acordos no âmbito da custódia do território	93
4.1.8	Incentivos Fiscais possíveis e aplicados aos acordos de custódia	94
4.1.9	Entidades que podem beneficiar com os incentivos fiscais	95
4.1.10	Fatores que contribuem para incentivar a participação privada, benefícios para os proprietários e importância de colaboração entre setor público e privado	98
4.1.11	Metodologia e acompanhamento dos Acordos de Custódia do Território	99
5	Caso de Estudo – O sistema lagunar “Ria” de Aveiro	101
5.1	Definição do âmbito de estudo e enquadramento legal	101
5.1.1	Instrumentos de Gestão Territorial	103
5.1.2	Definição e delimitação dos usos e áreas protegidas e de interesse no nosso âmbito de estudo	114
5.1.3	Metodologia e processo de negociação para aplicação da Custódia do Território	123
6	Conclusões	129
7	Recomendações e propostas futuras	133
8	Referências Bibliográficas	135

Índice de Figuras

Figura 2.1 - Esquema do modo de funcionamento da <i>custódia do território</i> na Catalunha, Espanha (Vila 2009).	4
Figura 2.2 Esquema dos acordos de custódia mais utilizados em Espanha e a sua relação com a efetividade, custo e compromisso (Roca and Rotés 2006).	24
Figura 2.3 Esquema indicativo da largura das Margens (INAG 2000).	57
Figura 2.4 Margens com Arribas Alcantiladas (INAG 2000).	57
Figura 3.1 Exemplificação de cada uma das ações da XCT (“Xarxa de Custódia del Territori”)	68
Figura 3.2 Mapa representativo dos vários membros da <i>Xarxa de Custòdia del Territori (XCT)</i>	71
Figura 3.3 Esquema do caminho para o estabelecimento de um acordo de custódia (Xarxa.Custodia.Territori 2010)	75
Figura 5.1 Representação do âmbito de Estudo no Contexto Territorial (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010).	101
Figura 5.2 Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro (Código — PTZPE0004) e Sítio rio Vouga (Código PTCON0026) (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010).	102
Figura 5.3 Âmbito do Plano Estratégico do Programa Polis (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010).	102
Figura 5.4 Mapa com a representação das diferentes delimitações, áreas e usos no âmbito do sistema lagunar “Ria” de Aveiro (Empresa DHV 2011).	115
Figura 5.5 Mapa com a representação dos diferentes usos do solo do âmbito de estudo. (Empresa DHV 2011).	117
Figura 5.6 Mapa com a representação da delimitação das áreas SIC e ZPE do Sistema Lagunar “Ria” de Aveiro e respetivo contexto territorial (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010)	118
Figura 5.7 Distribuição das espécies de flora, fauna e habitats da diretiva habitats(ICNB 2011)..	121
Figura 5.8 Ocorrência do habitat 1330 na Ria de Aveiro (ICNB 2011).	126

Índice de Tabelas

Tabela 2.1 Resumo das principais entidades e objetivos para a criação das primeiras iniciativas de <i>custódia do território</i> no mundo.	8
Tabela 2.2 Apresentação das diferentes entidades dos diferentes países com iniciativas de custódia, tipos de áreas de conservação e as dimensões dessas áreas.	9
Tabela 2.3 Enquadramento legal e diferentes âmbitos de ação que permitiram promover a <i>custódia do território</i>	12
Tabela 2.4 Tipos de figuras legais utilizados para aplicação de acordos de custódia e os países de aplicação.	15
Tabela 2.5 Descrição dos procedimentos das figuras tributárias e incentivos fiscais para a custódia do território.	25
Tabela 2.6 Pontos de referência nas estratégias nacionais que permitam o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.	36
Tabela 2.7 Pontos de referência nos instrumentos de gestão territorial que permitam o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.	39
Tabela 2.8 Os instrumentos de âmbito nacional das políticas de conservação da natureza e biodiversidade.	43
Tabela 2.9 Apresentação dos bens de domínio público.	54
Tabela 2.10 Bens do domínio público hídrico.	55
Tabela 2.11 Descrição das formas possíveis para o estabelecimento de acordos que possam incentivar a custódia do território.	58
Tabela 2.12 Incentivos fiscais possíveis para as diferentes entidades em Portugal.	61
Tabela 3.1 Tipos de acordos utilizados pela “Xarxa de Custodia del Territori” e respetivas características.	73
Tabela 3.2 Apresentação das várias entidades portuguesas e seus principais objetivos tendo em conta a aplicação da custódia do território.	81
Tabela 4.1 Origem das várias iniciativas de custódia no Mundo Cataluã e Portugal.	86
Tabela 4.2 Tipos de entidades que promovem e incentivam os acordos de custódia no Mundo, Catalunha e Portugal.	87
Tabela 4.3 Objetivos principais para criação das primeiras iniciativas de custódia.	88
Tabela 4.4 Áreas e âmbitos de aplicação das experiências ao nível Internacional, Comunidade da Catalunha e Portugal.	89
Tabela 4.5 Instrumentos de gestão territorial de base que permitiram a aplicação da custódia do território nos diferentes países.	90
Tabela 4.6 Formas e figuras jurídicas para aplicação da custódia do território.	91
Tabela 4.7 Formas jurídicas para aplicação dos acordos de custódia nos casos apresentados.	93
Tabela 4.8 Tipo de impostos onde possa ocorrer benefício no âmbito da custódia do território.	94
Tabela 4.9 Tipo de entidades que podem beneficiar com a redução ou isenção de determinados impostos.	96
Tabela 5.1 Articulação dos instrumentos de gestão territorial.	103

Tabela 5.2 Habitats de interesse comunitário considerados pela Comissão Europeia como insuficientemente representados nos Sítios da Rede Natura 2000 designados por Portugal e com ocorrência na ria de Aveiro	124
Tabela 5.3 Ocorrência do habitat 1330 na Rede Natura 2000	125

Glossário

CADA	-	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
DP	-	Domínio Público
ECT	-	Entidade de Custódia do Território
FIR	-	Fonds d'Intervention pour les Rapaces
LMPAVE	-	Linha de Máxima Preia-Mar de Águas Vivas Equinociais
PPP	-	Parceria Público-Privada
RNV	-	Reserva Natural Voluntária
WWF	-	World Wildlife Fund
XCT	-	<i>Xarxa de Custòdia del Territori</i>
CRP	-	Constituição da República Portuguesa

1 Introdução

A custódia do território é um conceito que abrange, entre outros, a gestão de espaços privados aos diferentes níveis (por exemplo: paisagem, património natural e cultural), através de um conjunto de estratégias e instrumentos que permitem envolver quer os proprietários quer os utilizadores de um território, tendo como principal objectivo o bom uso dos valores e dos recursos naturais, culturais e paisagísticos.

Este conceito, tem crescido em importância quer ao nível mundial, quer ao nível nacional, uma vez que as sociedades estão cada vez mais sensibilizadas para a participação e promoção ativa na conservação dos valores naturais, culturais e patrimoniais, tendo em conta que tão importantes são para um desenvolvimento sustentável. Um exemplo desta necessidade de conservação que merece ser salientado é o facto, que grande parte da biodiversidade existente se encontra em espaços privados e, por isso, existe uma maior necessidade de intervir nestas áreas e de alguma forma estabelecer acordos com os diferentes proprietários das áreas de interesse (Roca and Rotés 2006).

Na custódia do território é importante implicar todos os agentes do território (i.e. proprietários, utilizadores, entidades públicas e entidades privadas que de alguma forma estejam ligadas ao território em questão) de forma integrada e interventiva. Desta forma, é possível combater problemas relacionados com falta de comunicação, conflitos e interação entre os vários agentes intervenientes no território que possam condicionar uma gestão de forma sustentável.

Esta dissertação, está orientada ao caso específico de Portugal, onde a conjuntura atual e a mudança da estrutura governamental relativa aos temas da gestão ambiental em espaços de domínio público criam uma oportunidade de se encontrar novas alternativas de gestão e novas formas de continuar a preservar, conservar e proteger o património cultural, natural e paisagístico.

O território português apresenta uma grande diversidade de habitats naturais devido às suas características geográficas. É um país que apresenta zonas montanhosas, planícies, vales, rios e uma extensa zona costeira, tendo em conta as suas proporções. Por esta razão, torna-se complicado fazer um estudo englobando todo o território deste país. Desta forma, este estudo foca-se num tipo de habitat prioritário (1330 – Diretiva Habitats - Prados Salgados Atlânticos (*Glauco-puccinellietalia maritimae*)). Está associado às antigas propriedades privadas de juncais, que em tempos remotos era importante para o setor da agricultura e para a produção de fertilizante para a terra.

1.1 Objetivos

No contexto da *custódia do território* e sua aplicabilidade no Sistema Lagunar “Ria” de Aveiro, esta dissertação tem como objectivos os seguintes:

- Definição do conceito “Custódia do Território” e sua relação com a conservação de áreas privadas.
- Estudar o conceito de Desenvolvimento Sustentável e conservação associado à Responsabilidade Social e Ambiental no contexto Mundial.
- Identificar e analisar as diferentes origens das novas formas de conservação da natureza, património e paisagem em áreas privadas no Mundo.
- Analisar o conceito de Desenvolvimento Sustentável e conservação associado à Responsabilidade Social e Ambiental no contexto Nacional
- Identificar e analisar os vários instrumentos de gestão territorial, legislativos ou dos regimes de propriedade, as diferentes possibilidades para aplicação de acordos de custódia
- Analisar os exemplos já existentes da aplicação da conservação em áreas privadas a nível Internacional (Caso específico Espanha – Catalunha) e Nacional.
- Análise comparativa ao nível Internacional, caso específico Catalunha e Portugal tendo em conta o processo de aplicabilidade da Custódia do Território
- Apresentação do caso de estudo no Sistema Lagunar “Ria” de Aveiro e análise das diferentes possibilidades de conservação em áreas privadas e seleção de uma determinada área e respetiva justificação.

2 Enquadramento

Um dos fatores do Desenvolvimento Sustentável está relacionado com as melhorias na conservação da natureza em espaços de âmbito público e privado. Apesar da conservação da natureza em âmbito público ser mais comum e ser mais desenvolvido, a conservação em espaços de âmbito privado ainda está a dar os primeiros passos através de diferentes iniciativas já desenvolvidas a nível mundial relacionadas com o conceito de “Custódia do Território”.

Este capítulo aborda as temáticas da custódia do território, assim como o que está a ser feito nesta área quer internacionalmente quer nacionalmente.

2.1 O conceito “Custódia do Território”

A custódia do território é um conjunto de estratégias e instrumentos que permite implicar os proprietários e utilizadores do território na conservação e no bom uso dos valores e dos recursos naturais, culturais e paisagísticos. Para consegui-lo, são criados acordos e mecanismos de colaboração contínua entre proprietários, entidades de custódia e outros agentes públicos e privados. As entidades de custódia são organizações públicas ou privadas sem fins lucrativos que participam ativamente na conservação do território mediante as técnicas de custódia do território, estabelecendo acordos com os proprietários privados para ajudar-los na gestão aos diferentes níveis das suas áreas ou propriedades. Podem atuar como entidade de custódia organizações tão distintas como associações de vizinhos, organizações conservacionistas, fundações, câmaras municipais, parcerias ou outro tipo de entidades públicas (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010).

Existem várias maneiras de colocar em prática este conceito, sendo um deles a celebração de um acordo de custódia, denominado de contrato de custódia, que é um procedimento voluntário entre um proprietário e uma entidade de custódia, de forma que seja possível organizar a conservação do património (cultural, natural e paisagístico) e a gestão do território.

Os contratos de custódia, podem ser tanto verbais como escritos, podem ser estabelecidos, de forma a promover a recuperação de ecossistemas ou paisagens com importantes funções ecológicas ou paisagísticas envolvendo todos os valores (fauna, flora, culturais, paisagísticos e patrimoniais) inclusive a agricultura e todo o território numa ação integrada. Na Figura 2.1 estão esquematizadas as entidades implicadas nos acordos de custódia especificamente no caso da Comunidade da Catalunha, Espanha.

A partir daqui julgo que a aplicabilidade deste conceito é bastante atual já que em Portugal muitas propriedades privadas apresentam espécies, habitats, diferentes valores naturais, patrimoniais importantes a conservar.

E para além disto é cada vez mais importante a colaboração entre entidades públicas e privadas quando gerem o território que utilizam, criando estreitas relações de confiança. Estas relações podem gerar uma melhoria significativa na gestão do património existente nesse território.

Este conceito surge também noutros países como é o caso de Espanha, onde a custódia do território tem uma ampla abrangência, tanto ao nível da participação da população e intervenientes diretos na conservação da natureza como ao nível da procura de melhores soluções de preservação e requalificação.

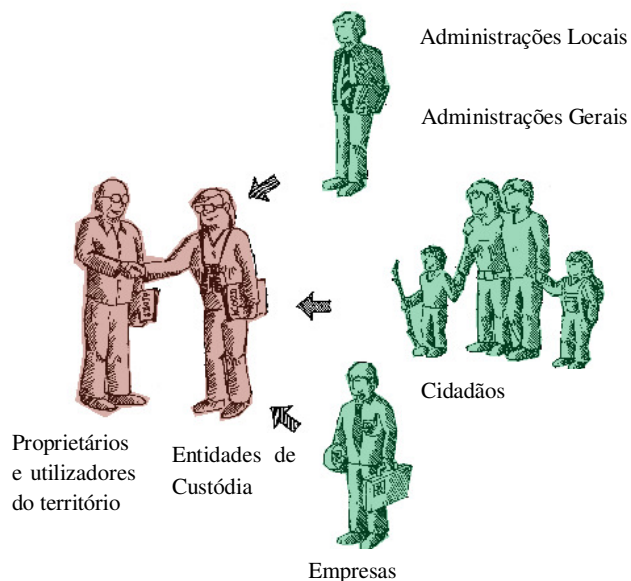


Figura 2.1 - Esquema do modo de funcionamento da custódia do território na Catalunha, Espanha (Vila 2009).

2.2 Enquadramento internacional

A *custódia do território* apresenta-se como um instrumento de gestão territorial que pode abordar diferentes âmbitos do território e envolver os diferentes intervenientes e utilizadores deste território, sempre numa relação direta com o desenvolvimento sustentável.

Assim esta seção faz um enquadramento à custódia do território iniciando com a relação às políticas internacionais e mundiais em termos de desenvolvimento sustentável, participação pública e responsabilidade social e ambiental.

Para além disto faz-se uma análise dos vários processos que permitiram a aplicação da custódia do território em vários países do mundo, desde a América do Norte e Sul, Europa de Norte e Europa Setentrional e Península Ibérica.

2.2.1 Instrumentos de gestão territorial de âmbito internacional direccionado à responsabilidade social e ambiental como forma de desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento deste trabalho passa por uma abordagem às questões da intervenção social dos vários intervenientes do território, bem como da responsabilidade social destes intervenientes e das diferentes entidades que têm um papel decisor em determinada região, para cada vez mais, promover um desenvolvimento sustentável.

2.2.1.1 Enquadramento europeu

Os direitos de participação e informação são claramente afirmados nas fontes de direito internacional e comunitário relativo aos domínios ambientais e hídrico. Nestas fontes, estes direitos são declarados como direitos fundamentais e como elementos essenciais no sentido de assegurar o direito ao bom ambiente e o dever de proteger e promover o ambiente, como forma de promover o desenvolvimento sustentado. Contudo, pelo seu carácter geral, nestes instrumentos jurídicos internacionais e comunitários, tal como na legislação portuguesa de enquadramento, os cidadãos, o público, as autoridades públicas e os mecanismos específicos, os meios e responsabilidades pela divulgação da informação e pela promoção da participação são geralmente omissos. Por definir com clareza ficam muitas vezes questões como: (1) o que é um “pedido razoável de informação”; (2) quais as instâncias e mecanismos de participação dos cidadãos a adotar; (3) qual o peso que esta terá na decisão final, etc. (INAG 1994)

Exceção clara neste sentido é o caso da Convenção de Aarhus que visa concretamente os temas do acesso à informação e da participação pública, que integra um conjunto extenso e denso de disposições e exemplos sobre mecanismos de acesso à informação ambiental, à sua recolha e disseminação, e de promoção da participação pública na tomada de decisões, na elaboração de planos, programas e políticas de ambiente. Bem como, na preparação de regulamentos executivos ou outras regras legais de incidência ambiental. (INAG 1994)

Por último, a questão da responsabilização dos cidadãos está relativamente ausente dos textos legais analisados, os quais, pela sua natureza de convenção entre estados, incidem muito mais na responsabilização das partes contratantes relativamente às obrigações estabelecidas do que na responsabilização dos cidadãos ou dos seus representantes. A afirmação do direito de acesso à justiça e algumas referências mais explícitas à sua implementação, designadamente na Convenção de Aarhus, dão-nos contudo conta da responsabilidade dos cidadãos no domínio ambiental (INAG 1994).

A Convenção de Aarhus mostra-nos um dos principais elementos e base da custódia do território, que passam pela participação, informação e responsabilização dos cidadãos e utilizadores do território na conservação da natureza e questões ambientais.

A interação entre os diferentes intervenientes territoriais é muito importante para promover a participação dos utilizadores do território e melhorar todas as diferentes relações, salvaguardando a conservação e preservação dos valores naturais, patrimoniais quer em espaços públicos quer em espaços privados.

2.2.2 As novas formas de conservação da natureza, património e paisagem em áreas privadas no Mundo

As áreas privadas no Mundo apresentam muitos recursos importantes, quer ao nível ambiental, patrimonial ou até cultural, que são de extrema importância e que são necessários conservar e proteger, sendo necessário e urgente criar mecanismos e leis que para além de favorecer a conservação da natureza e biodiversidade permitam incentivar, por parte destes proprietários, o interesse em participar e colaborar nestes acordos.

Seguidamente é explicada mais detalhadamente em que consiste cada conceito de Custódia do Território no Mundo especificando os seguintes pontos:

- Origens das formas de gestão em espaços privados
- Objetivo e finalidade de criação destas formas
- Entidades e áreas geridas em cada espaço
- Instrumentos e leis que permitiram beneficiar a conservação de terras privadas
- Formas e acordos utilizados pelas diferentes entidades dos diferentes países para facilitar esta gestão
- Figuras tributárias e incentivos fiscais para promover os acordos
- Fatores que contribuem para incentivar a participação privada
- Colaboração entre o setor público e privado

2.2.2.1 Origem

A custódia do território está presente em diversos países. No entanto, em cada sítio, o modelo que se consolidou foi diferente, respondendo à idiosincrasia de cada sítio. Em todos os casos, o interesse dos proprietários, sociedade civil e administrações para conservar e proteger os valores do território foram os mesmos. Desde o século XIX, com as iniciativas dos Estados Unidos até aos nossos dias a filosofia da custódia do território cresce forte e abarca um sem-fim de possibilidades de conservação do território (Roca and Rotés 2006).

Assim, a origem deste tipo de instrumento de conservação, a custódia do território, situa-se em finais do século XIX, onde os Estados Unidos foram os pioneiros, com a criação do *The Trustees of Public Reservations*. Aqui também foram surgindo outras iniciativas de importância como a *The Nature Conservancy*, considerada uma das maiores entidades do mundo (Roca and Rotés 2006).

Para além da América do Norte também foram importantes as iniciativas que surgiram na América Latina, mais especificamente na Costa Rica nos anos 90 ligadas à criação de áreas protegidas privadas. (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

Para além disso, o desenvolvimento da custódia do território na Europa seguiu diferentes caminhos em função das características de cada país, iniciou-se na Inglaterra com o *National Trust* consolidou-se nos anos 70 com novas iniciativas francesas e italianas. (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010).

Assim em França consolidou-se um sistema que se destaca pela iniciativa pública, através do *Conservatoire du Litoral*. Desde 1974, o *Conservatoire* compra espaços de interesse da costa, rios e lagos do país, para depois delegar a gestão a administrações e entidades locais. Na Itália estas iniciativas são importantes, a liderança foi estabelecida pela sociedade civil, com iniciativas como

os Oásis do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, do inglês *World Wide Fund for Nature*), ou a *Retenatura*, a organização conservacionista *Legambiente*. Na Europa Central, a custódia do território está em pleno desenvolvimento e oferece um bom número de ferramentas para ajudar a gerir as propriedades estatais (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010). Na Holanda também nasce a entidade *natuurmonumenten* para dar continuidades a estas iniciativas. Em Espanha a promoção da conservação em espaços privados surgiu com a *Custodia del território*.

As primeiras iniciativas de Custódia do Território que nasceram nos Estados Unidos e Inglaterra, são atualmente iniciativas com grande importância e poder ao nível da gestão em espaços privados nas suas áreas de atuação.

2.2.2.2 Tipo de Entidade e objetivo de criação

Nos Estados Unidos a *The Trustees of Reservations* entidade sem fins lucrativos que teve como principal incentivo a problemática relacionada com o aumento da industrialização em Boston que retirava espaço às zonas verdes, permitindo que o público em geral possa usufruir destas áreas privadas. Foram selecionadas um conjunto de terras com objetivo de gerir os espaços privados e permitir a abertura ao público em geral. Com o apoio do Estado foi possível gerir estes espaços de forma a serem utilizados pelo público em geral, como espaço de uso público. Para tal foi criado um conselho de voluntários, ao qual chamaram de *The Trustees of Reservations*.

No Canadá, as principais iniciativas surgiram devido à administração pública ter-se demonstrado incapaz em intervir nos territórios privados, e assim algumas entidades sem fins lucrativos iniciaram acordos com proprietários destas áreas privadas de forma a permitir a conservação do património existente.

Na América Latina dado que cerca de 90 % das áreas são de âmbito privado, com o objetivo de gerir e conservar estes espaços começaram a surgir leis que permitem a criação de reservas privadas. Sendo estas promovidas principalmente por entidades sem fins lucrativos e que permitiram criar altos níveis de colaboração entre setor público e privado, gerando benefícios económicos e sociais às populações locais. Na atualidade, cerca de 13 países na América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, México, Paraguai) já realizam ações de conservação de terras privadas.

A *The Nature Conservancy* uma das entidades com mais representação no Mundo, nasceu na Colômbia com a necessidade de proteger e conservar o território e os sistemas hidrológicos ecologicamente importantes para a natureza e as pessoas. Mas apesar de ter sido fundada na Colômbia as suas principais ações continuaram nos Estados Unidos (The.Nature.Conservancy 2012).

Na Inglaterra a entidade pioneira foi a *National Trust*, esta uma organização sem fins lucrativos que estava preocupada com o impacto do desenvolvimento da industrialização descontrolada, tomando assim a iniciativa de salvaguardar vários espaços, entre eles a costa ameaçada, campo e edifícios. Esta organização apresenta uma importância significativa em toda a Inglaterra, Grã – Bretanha e até é uma referência em toda a Europa.

Na Holanda, a *Natuurmonumenten*, através de uma entidade sem fins lucrativos a *Vereniging tot Behoud van Natuurmonumenten*” (Sociedade para a conservação da Natureza) que teve como

principal objectivo tentar impedir que o *Naardermeer Amsterdam* fosse usado como aterro, com as primeiras iniciativas a incidir na preservação da natureza e território da Holanda.

Em França também a necessidade de gestão de espaços privados teve principal importância para a criação da entidade sem fins lucrativos de iniciativa pública (*Conservatoires d'Espaces Naturels*) que teve como principal objetivo a participação privada na constituição da Rede Natura 2000. A intervenção desta entidade passou essencialmente pela gestão em espaços naturais, ribeirinhos, espaços naturais ao nível local, património vegetal e conservação de espécies em perigo.

Em Espanha a chamada Custódia do Território iniciou-se pela *WWF/Adena*, esta uma entidade de fins lucrativos que surgiu com a necessidade de criar um refúgio para as aves de rapina em Vega, Segóvia. A custódia do Território pode abarcar vários âmbitos de conservação, desde a conservação do património natural, cultural e da paisagem quer de âmbito terrestre, fluvial e/ou marinho.

Seguidamente na Tabela 2.1, apresenta-se um resumo das principais entidades e objetivos de criação das primeiras iniciativas de custódia do território no mundo.

Tabela 2.1 Resumo das principais entidades e objetivos para a criação das primeiras iniciativas de custódia do território no mundo.

País	Entidade	Tipo de Entidade	Objetivo de Criação
Estados Unidos da América (século XIX)	<i>The Trustees of Public Reservations</i>	Entidade sem fins lucrativos	Preocupação com a problemática relacionada com o aumento da industrialização em Boston que retirava espaço às zonas verdes.
Canadá (Anos 80)	Entidades sem fins lucrativos	Entidades sem fins lucrativos	Quando a administração pública se viu incapaz em intervir nos territórios privados, algumas entidades sem fins lucrativos iniciaram o contato com os proprietários destas áreas privadas.
América Latina (Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, México, Paraguai) (Anos 90)	Várias entidades sem fins lucrativos	Várias entidades sem fins lucrativos	Dado que cerca de 90% das áreas destes países são de âmbito privado.
Inglaterra (século XIX)	<i>National Trust</i>	Entidade sem fins lucrativos de âmbito privado, público ou semi-público	Estavam preocupados com o impacto do desenvolvimento da industrialização descontrolada e assim iniciaram a conservação da zona costeira ameaçada, campo e edifícios.
Holanda (Anos 70)	<i>Natuurmonumenten</i>	Entidade sem fins lucrativos	Tentar impedir que o <i>Naardermeer Amsterdam</i> fosse usado como aterro.
França (Anos 70)	<i>Conservatoires d'Espaces Naturels</i>	Entidade sem fins lucrativos iniciativa pública	A participação privada na constituição da Rede Natura 2000.
Colômbia	<i>The Nature Conservancy</i>	Entidade sem fins lucrativos	Com a necessidade de proteger e conservação do território e os sistemas hidrológicos ecológicamente importantes para a natureza e as pessoas.

País	Entidade	Tipo de Entidade	Objetivo de Criação
Espanha (Anos 70)	WWF/Adena	Entidade sem fins lucrativos	Com a necessidade de criar um refúgio para as aves de rapina em Vega, Segóvia.
União Europeia	Iniciativa Business and Biodiversity	Este conceito criado pela União Europeia	O principal objetivo desta Iniciativa da União Europeia é incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a proteção da biodiversidade e para a prossecução da Meta de 2010, de reduzir a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global.

Baseado em (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

De todas as iniciativas apresentadas, estas são normalmente promovidas por entidades sem fins lucrativos quer seja de âmbito privado ou público, muitas vezes relacionadas com a proteção e conservação de habitats prioritários nas iniciativas mais recentes ou então para iniciativas mais antigas a conservação e proteção de áreas de lazer e proteção de valores naturais básicos em áreas industrializadas.

2.2.2.3 Entidades e áreas geridas em cada zona

Para todo o Mundo e para todas as áreas descritas foram surgindo diferentes entidades com o mesmo objetivo de conservação e proteção de áreas privadas assim para cada um dos conceitos de gestão de espaços privados analisamos a importância, representação e dimensão das áreas geridas, que segue na Tabela 2.2.

Tabela 2.2 Apresentação das diferentes entidades dos diferentes países com iniciativas de custódia, tipos de áreas de conservação e as dimensões dessas áreas.

País	Entidades	Áreas de conservação	Dimensão das áreas de conservação
Estados Unidos da América	1.600 Organizações de custódia do território, os mais importantes e significativos em termos de representatividade e áreas de ação são: - The Nature Conservancy, The Trustees of Reservations, - Ducks Unlimited, The Conservation Fund - The Trust of Public Land.	- Traditional Land Trusts - este tipo de Land Trust mantém servidões de propriedades privadas que conservam o terreno. - Community Land Trust - é uma organização, sem fins lucrativos, criada para adquirir e manter a terra em benefício da comunidade, e proporciona um acesso seguro e acessível à terra e à vivenda para residentes da comunidade.	0,6 milhões de hectares em propriedades, mais de 2 milhões através de títulos de conservação, e cederam a propriedade de 1,15 milhões de hectares de terrenos a agências públicas.
Canadá	Algumas entidades iniciaram programas de contacto com diferentes intervenientes.	-	-

País	Entidades	Áreas de conservação	Dimensão das áreas de conservação
América Latina	Diferentes ONGs da Argentina, Bolívia; Brasil, Costa Rica, México, Paraguai	Relacionadas com a conservação da natureza, florestas, vida selvagem entre outros recursos naturais.	Na América Latina é bastante significativo a área de intervenção dado o número de entidades que promovem esta conservação em terras privadas.
Inglaterra	De iniciativa pública: - Inglaterra ao <i>English Nature</i> - Escócia ao <i>Scottish Natural Heritage</i> - Gales ao <i>Countryside Council for Wales</i> - Irlanda do Norte à <i>Northern Ireland Environment Agency</i> do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural De iniciativa privada (ONGs): - <i>The National Trust</i> - WWF - <i>Royal Society for the Protection of Birds</i> .	Relacionadas com conservação da natureza em geral em áreas costeiras, edifícios e jardins e como temas em específico como as aves.	248.000 Hectares de paisagem, na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte.
Holanda	“ <i>Vereniging tot Behoud van Natuurmonumenten</i> ” (Sociedade para a conservação da Natureza),	Esta entidade está relacionada com a conservação de valores naturais em diferentes áreas privadas.	750.000 Membros, com um total de 100.000 hectares
França	- “Conservatoire des Espaces Littoraux et des Rivages Lacustres” - “Conservatoires régionaux et départementaux des Espaces Naturels” - “Conservatoires Botaniques Nationaux”	- Espaços naturais ribeirinhos - Espaços naturais a nível local - O conhecimento do património vegetal selvagem - A conservação das espécies em perigo - Informação e educação do público em matéria de conservação da flora selvagem.	65.000 Hectares e o objetivo para 2050 é de 200.000 hectares, 22% da linha de costa.
Colombia	<i>The Nature Conservancy a trabalhar em todo o mundo em cerca de 30 Países</i>	Território, rios até recifes de coral	119 Milhões de hectares protegidos

País	Entidades	Áreas de conservação	Dimensão das áreas de conservação
Espanha	Diferentes entidades públicas (23) ou privadas (38) onde se referem como mais importantes as seguintes ao nível das comunidades autónomas espanholas: - <i>Territori i Paisatge</i> - <i>Global Nature, Naturaleza y Hombre</i> - Oso Pardo - CBD- Hábitat - SEO/Birdlife - ADENA - FAPAS - <i>Junta de Andalucia</i> - <i>Generalitat Valenciana</i>	Âmbito terrestre, Fluvial e Marinho	Cerca de 235 acordos e mais de 101.600 hectares geridos.
União Europeia <i>Business and Biodiversity</i>	Empresas da área da agricultura, floresta, ambiente, energia, indústria, ONGs e etc.	Conservação da Biodiversidade	Existem bastantes empresas em vários países da Europa a aderirem.

Baseado em (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010) e (Roca and Rotés 2006)

Relativamente às várias entidades podemos concluir que as diferentes áreas englobam diferentes âmbitos como o âmbito terrestre, âmbito fluvial e âmbito marinho.

Com o objetivo de proteger os vários recursos do território e em específico das áreas privadas como a biodiversidade em geral, património edificado, entre outros

Nesta iniciativa as áreas geridas em cada país ou continente, pode ir de cerca de 100 mil hectares protegidos em Espanha até à conservação de alguns milhões de hectares pela entidade *The Nature Conservancy*, que está representada em cerca de 30 países no continente Americano. Nos Estados Unidos as 1600 entidades que promovem estes acordos gerem quase cerca de 1 milhão de hectares.

Na Europa a entidade mais representativa poderá ser na Inglaterra, com iniciativas quer de âmbito privado e público. Neste continente as principais áreas de conservação estão entre cerca de 50 mil e 300 mil hectares protegidos. Estas iniciativas iniciaram-se mais tarde na Europa que no Continente Americano, mais têm vindo a progredir e aumentar o número de acordos estabelecidos.

2.2.2.4 Quadro legal e instrumental de incentivo à gestão em áreas privadas

As várias iniciativas de *custódia do território* no mundo tiveram por base instrumentos e legislação que permitiu facilitar o desenvolvimento da gestão em áreas privadas. Assim seguidamente apresenta-se na Tabela 2.3 os vários casos e exemplos.

Tabela 2.3 Enquadramento legal e diferentes âmbitos de ação que permitiram promover a *custódia do território*.

País	Enquadramento legal e instrumental	Âmbitos de ação
Estados Unidos da América	Legislação específica que permitiu que a <i>The Trustees of Reservations</i> tivesse a oportunidade de gerir espaços privados Leis sólidas em matéria de conservação de terras privadas e criação de áreas protegidas privadas.	Diferentes espaços privados e como fator importante o desenvolvimento de leis para a criação de entidades privadas
Canadá	“Canada’s Ecological Gifts Program”	Conservação da natureza e a biodiversidade em áreas como: <ul style="list-style-type: none"> - Áreas protegidas. - Espaços naturais de especial relevância para os seus valores ambientais. - Áreas com importância ecológica pelos seus valores potenciam ou a sua proximidade a valiosas áreas. - Áreas rurais que incluem zonas especial interesse ecológico (“buffers”). - Área que possam contribuir para a manutenção da biodiversidade.
América Latina	Reservas Particulares do Património Natural no Brasil, as reservas privadas estatais e provinciais. Imposição de restrições sobre os usos dos terrenos privados, mediante aprovação de leis ou decretos.	Preservar a biodiversidade.
Inglaterra	No Reino Unido não existe uma campanha muito intensa de incentivar os proprietários e entidades privadas a realizar ações de conservação. Isto deve-se em grande parte às políticas da União Europeia que se aplica no Reino Unido, as quais exigem algumas ações por parte do Estado para conservar os seus habitats e o ambiente em geral.	Conservar os seus habitats e o ambiente em geral.
Holanda	Documentos oficiais de registo e entidades externas independentes que avaliam a gestão dos espaços naturais.	Gestão dos espaços naturais.
França	A lei de Julho (1076) relativa à proteção de natureza permitiu a criação de reservas naturais voluntárias (RNV) de iniciativa do Estado	Proteção da Natureza

País	Enquadramento legal e instrumental	Âmbitos de ação
Espanha	<ul style="list-style-type: none"> - No âmbito do público, a Lei 4/1989, de conservação dos espaços naturais de flora e fauna selvagens, a Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica, a Lei 43/2003 dos Montes, o Plano Florestal Espanhol e a Lei 45/2007 para o desenvolvimento Sustentável do Meio Rural - A lei 42/2007 do Patrimonio Natural e da Biodiversidade - A lei da PNB não define os acordos de custódia - Em 2000 assina-se a Declaração de Montesquiú - Para além da legislação existe também ao nível autonómico vários instrumentos que permitem esta conservação com as Áreas Protegidas, Vários Acordos, Microreservas, Criação de áreas privadas, Consorcios. - Também é importantes os desenvolvimentos nas leis e regimes de propriedade pública tais como: - Código Civil Espanhol - A Lei 33/2003, de 3 de novembro, relativo ao Património das Administrações Públicas - A Lei 7/1985, de 2 de Abril, de Bases de Regime Local - A legislação para os regimes de propriedade privada 	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação da natureza e paisagem em geral e também espaços naturais de flora e fauna, uso sustentável da diversidade biológica, Florestal e desenvolvimento sustentável do Meio Rural. - Na lei específica sobre Património Natural e da Biodiversidade com iniciativas direcionadas para a conservação de recursos naturais, culturais e paisagísticos.

Baseado em (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

As várias iniciativas de *custódia do território* desenvolvidas até ao momento têm por base instrumentos de gestão do território e enquadramento legislativo relacionado que permitem o desenvolvimento de iniciativas de conservação em espaços privados nos diferentes países, tais como:

- Criação de áreas protegidas privadas – Em quase todos os países é possível essa criação e apresenta representação significativa nos enquadramentos legislativos dos vários países onde as iniciativas de custódia estão presentes.
- Programas específicos que permitem fomentar os acordos de custódia do território e conservação de determinados habitats e espécies protegidas – Canadá.
- A criação de instrumentos específicos para a criação de restrições para as áreas privadas – América Latina.
- Criação de entidades externas que avaliam a gestão ambiental das áreas – Holanda
- Instrumentos de conservação da natureza e biodiversidade – Todos os países onde a custódia do território está aplicada.
- Legislação dos regimes de propriedades e regime e interação entre entidades públicas e privadas – Todos os países com iniciativas de custódia do território admitem este tipo de legislação.

2.2.2.5 Formas e acordos utilizados pelas diferentes entidades dos diferentes países para facilitar esta gestão

Um dos principais desafios da conservação de terras privadas é o desenho de ferramentas simples e de fácil aplicação, de maneira tal que as áreas privadas possam ficar rapidamente sujeitas a uma proteção permanente. A experiência dos E.U.A. demonstra que a aprovação de leis sólidas em matéria de conservação trouxe consigo um rápido aumento da criação de áreas protegidas privadas. Assim, por exemplo, a utilização de mecanismos para a conservação de terras privadas nos E.U.A., tais como as servidões de conservação, não se difundiram até se desenvolver o quadro legal durante a década dos anos 70 e 80 referente à questão ambiental e primeiras leis que permitiram a conservação da biodiversidade e natureza. Este agrega aumento significativo no uso das servidões, assim como um aumento similar na quantidade e capacidade das organizações para a conservação de terras.

A conservação privada tem por base a participação voluntária e a sua prática que aproveita o crescente interesse do setor privado em participar na conservação. Para impulsionar esta atividade, a chave encontra-se em oferecer instrumentos jurídicos adequados e de simples aplicação para que os proprietários privados possam proteger as suas terras.

Analisando as várias iniciativas de *custódia do território* nos diferentes âmbitos de estudo, seguidamente apresentamos a várias formas de acordos possíveis nos vários países.

Tabela 2.4 Tipos de figuras legais utilizados para aplicação de acordos de custódia e os países de aplicação

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
Servidões	As servidões apresentam-se como uma forma simples de aplicação destes acordos. De acordo com a legislação espanhola estas podem ser: <ul style="list-style-type: none"> - Contínuas e descontínuas - Aparentes e não aparentes - Positivas e negativas - Legais e voluntárias 	Servidões perdiais Em Espanha trata-se de um direito real que concede um direito e usufruto imediato mas de conteúdo limitado sobre a propriedade alheia, diminuindo o disfrute e o valor do prédio servente. A servidão negocia-se a título oneroso, ou seja, pagando aos ditos proprietários uma única soma alçada no momento da constituição ou bem, fixando uma quantidade anual, enquanto a servidão dure, no caso que esta não fosse permanente. Nos Estados Unidos este tipo de servidão está vinculado à terra de forma permanente, afetando deste modo os benefícios que o seu proprietário possa obter dela.	Estados Unidos da América Latino América Espanha
		Servidões pessoais Tendo em conta a legislação espanhola as servidões pessoais são as que não exigem a existência dos prédios, estabelecem-se tendo em conta a utilidade que reportam diretamente a uma pessoa e em consideração a ela.	Espanha
		Servidões administrativas Como citado na legislação francesa as servidões têm um efeito limitado enquanto a proteção dos espaços naturais, assim, as servidões administrativas são úteis para proibir atividades mas não para proteger os ditos terrenos. Em Espanha tanto as servidões prediais como as pessoais, a servidão constitui um penhor sobre um imóvel e, em último termo, o titular da servidão é sempre uma pessoa (física ou jurídica) ou várias conjuntamente. A figura da servidão pessoal prevista no Código Civil Espanhol pode ter uma determinada importância para os objetivos da custódia do território. No caso das servidões perdiais, é necessário que a entidade de custódia seja proprietária ou tenha outro direito sobre o fundo dominante. Em outros países onde a custódia do território tem vindo a ter um papel importante e vinculativo nos instrumentos e leis territoriais também surge outro tipo de servidão com grande potencial de aplicação na custódia do território, a servidão de conservação.	França Espanha

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
Servidões	<p>As servidões apresentam-se como uma forma simples de aplicação destes acordos. De acordo com a legislação espanhola estas podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contínuas e descontínuas - Aparentes e não aparentes - Positivas e negativas <p>Legais e voluntárias</p>	<p>Servidão de conservação</p> <p>Tal como nos diz a legislação dos Estados Unidos este tipo de servidão baseia-se num acordo verbal voluntário entre <i>landowner</i> (proprietário da terra) e o <i>Land Trust</i> ou agência do governo pelo que se restringe permanentemente certos usos da terra com o fim de proteger os valores ambientais da propriedade. Este acordo permite aos proprietários manter a titularidade da sua propriedade e o uso das suas terras, com certas restrições, e também permite vende-las e transmiti-las por herança. Estas limitações na propriedade impostas por uma servidão de conservação vinculam os futuros proprietários.</p> <p>No caso espanhol as Administrações Públicas, os particulares e as entidades de custódia poderiam negociar a constituição de uma servidão ambiental. Um dos problemas na atualidade que pode desincentivar este tipo de ações é ausência de incentivos fiscais. Portanto propõem-se, como figura de interesse para a custódia do território, as servidões ambientais, ecológicas ou de conservação. Estas servidões constituíram-se a favor das entidades de custódia, as quais teem de negociar com os titulares das propriedades a constituição destas servidões na sua propriedade. O proprietário receberá em troca uma soma compactuada que poderá receber de uma só vez ou anualmente. O proprietário obriga-se a realizar trabalhos de conservação da propriedade.</p>	Estados Unidos da América Reino Unido
Arrendamento de terrenos	<p>De acordo com a legislação espanhola um contrato de arrendamento baseia-se na doação do uso do terreno por tempo determinado e preço certo. Tendo em conta a descrição na Inglaterra o arrendamento consiste na posse do terreno em troca de uma renda com a condição de observar as limitações que se especifiquem no contrato de arrendamento que pode constituir limitações ao uso do terreno.</p> <p>Especificamente em França o arrendamento e gestão do terreno de acordo com o convénio ao qual chamaram <i>maîtrise d'usage</i>. Na América Latina, o governo arrenda terras ou recursos hídricos a organizações ambientalistas para que estes o possam gerir para a conservação.</p> <p>Em Espanha incluiu-se a possibilidade de subarrendamento, o qual facilitaria os processos da custódia ao tratar a entidade de custódia com o verdadeiro explorador da propriedade. Para os fins da custódia destaca o arrendamento das propriedades rústicas.</p>		Reino Unido França Espanha

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
Contratos, convênios e consórcios	Contratos ou convênios reais Os contratos reais realizam-se por tempo indeterminado e mais relacionados com os terrenos e podem executar-se frente a futuros proprietários No Reino Unido os contratos reais denominam-se de convênios de conservação (<i>conservation covenant</i>) que consiste num acordo verbal entre um proprietário e outra parte (por exemplo, <i>The National Trust</i>) que limita permanentemente os usos da terra afetada com o propósito de proteger os seus valores ambientais, normalmente frente ao desenvolvimento urbanístico.		Estados Unidos da América Reino Unido Espanha
	Contratos ou convênios pessoais Os contratos pessoais são os mais comuns, estes realizam-se com o proprietário por um período de tempo determinados. No exemplo Francês o <i>Conservatoire</i> que é proprietário ou “ <i>affectataire</i> ” dos bens que adquire ou que os encomendam. Sem embargo não os gere diretamente, se não que assina convênios com as entidades locais, que tem prioridade, com os demais organismos públicos ou com as fundações ou associações especializadas. Convénio de gestão; Convénio de uso; Convénio de ocupação Cada convénio fixará as obrigações responsabilidades de cada uma das partes, assim como as modalidades do acompanhamento da gestão, a duração e os motivos de rescisão do convénio.		Estados Unidos da América Reino Unido França Espanha
	Convênios administrativos e consórcios De acordo com a experiência espanhola também é possível realizar os convênios administrativos e consórcios, que são instituições de direito público de grande potencial para levar a cabo a gestão partilhada pública-privada dos espaços naturais, culturais e paisagísticos. A figura de convénio pode ser a chave da gestão dos espaços da Rede Natura 2000 tanto em terrenos de âmbito público ou privado. O consórcio é uma figura associativa que se aplica às administrações públicas para levar a cabo atividades vinculadas para fins de interesse geral. Um tipo de consórcio é a colaboração institucional da Administração com o setor privado (ou Parcerias Público-Privadas (PPP)), que permite aos particulares participar da gestão pública em condições de igualdade com a Administração competente. Mediante consórcio, a iniciativa pública e privada associam-se criando um ente jurídico distinto de uma entidade de natureza pública, para a gestão de uma atividade que resulta de interesse comum.		Espanha
Autorizações administrativas	Em Espanha as autorizações administrativas são uma técnica de controlo preventivo por parte da Administração de atividades de iniciativa privada de aplicação no âmbito do Urbanismo, Indústria, ou serviços, entre outros, assim como o meio ambiente. É um título que habilita o uso privativo dos bens e direitos de domínio público.		Espanha
Conservation Buyers Transactions o Programs (Transações ou Programas de Compradores de Valores a Conservar)	Este tipo de acordo, é uma ferramenta que consiste em facilitar informação por parte dos <i>Land Trust</i> a esses compradores que estão interessados na conservação de certos valores sobre propriedades que contam com recursos naturais históricos e agrícolas merecedores de proteção.		Estados Unidos da América

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
Assinatura de terrenos de domínio privado do Estado	Em França o Estado pode decidir assinar e destinar terrenos ao <i>Conservatoire</i> para a sua proteção e gestão. As condições de gestão e a sua duração ficam refletidas mediante convénio assinado por o Serviço dos Domínios, a proposta do Ministro que assina o terreno.		França
Reservas privadas formais	Na América Latina, por parte do governo foi criado a possibilidade de criação de reservas privadas formais. Os proprietários declaram voluntariamente conservar uma parte efetuando a solicitação desse espaço como reserva privada, implicando submeter-la a determinadas restrições. Este tipo de legislação permite facilitar os objetivos da custódia do território. Vários países na região contam com leis que dispõem de uma regulamentação direta do Estado de terras privadas com fins de conservação, principalmente, para garantir uma planificação séria do uso da terra e o controlo da erosão. Em Espanha a declaração dos espaços protegido de iniciativa privada representa um mecanismo de custódia com uma especial implicação dos proprietários privados na conservação dos seus terrenos. Denominam-se genericamente reservas voluntárias ou privadas, que comportam o estabelecimento de um plano de gestão com medidas de conservação, sem necessidade de que participe uma entidade de custódia privada. No âmbito autonómico outras iniciativas como: rede microreservas, reserva natural integrada, reserva ecológica, espaços de relevância ambiental, reservas naturais, entre outros.		América Latina Espanha
Reservas privadas informais ou voluntárias	Para além das reservas formais, também existem reserva informais ou voluntárias que também são utilizadas na América Latina a título de exemplo, que consiste nos proprietários decidirem voluntariamente conservar uma parte ou todos os recursos naturais presentes sem recorrer a procedimentos oficiais do governo ou outra organização qualificada neste campo. O governo francês permitiu a criação de de reservas naturais voluntárias (RNV).		América Latina França Espanha
Concessões	As concessões, tendo em conta a legislação espanhola, tem particular interesse tendo em conta que muitos bens que fazem parte do Domínio Público são bens cujos valores a conservar podem ser objeto de custódia. A concessão sobre bens de domínio público realiza-se em regime de concorrência, onde é possível a adjudicação direta quando o adquirente seja outra Administração Pública ou, em geral, qualquer pessoa jurídica de direito público ou privado pertencente ao setor público ou quando o adquirente seja uma entidade sem fins lucrativos. Em específico na América Latina existem as concessões de conservação que são concessões florestais e que funcionam de igual forma às concessões normais, mas não permite a extração da madeira.		América Latina Espanha

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
Usufruto	De acordo com a definição na América Latina, é o direito de usar e gozar de uma coisa que pertence ao outro, sem alterar a sua condição. O dono pode dar o usufruto da sua propriedade ou parte da mesma, a título gratuito ou oneroso, a pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam à conservação do meio ambiente. Tendo em conta o que nos diz a legislação espanhola o usufruto é um direito real e como tal não importa que seja o titular da propriedade e ao ser de duração indefinida otorga estabilidade jurídica e económica à entidade de custódia, a qual por sua vez pode arrendar e alienar o seu direito de usufruto.		América Latina Espanha
Règlement à l'amiable (acordo amigável)	Em França o <i>Conservatoire</i> negocia a compra dos terrenos que deseja proteger com o proprietário. Trata-se de colocar em acordo as duas partes sem recorrer aos tribunais. O acordo deve materializar-se num convénio assinado pelas partes e com cópia para cada uma delas onde ficará estabelecido o importe da indemnização.		França
Uso de domínio público e os bens patrimoniais	Em Espanha o conceito de domínio público (DP) no Dierito Espanhol faz referência a um tipo especial de propriedade, cuja principal característica é que o seu titular é uma Administração pública territorial. Os bens de domínio público são inalienáveis e imprescriptíveis. Os possíveis usos dos bens de domínio público pelos particulares são: <ul style="list-style-type: none"> - <i>Uso comum</i>, o correspondente por igual a todos os cidadãos indistintamente, de modo que o usos de uns não implique o uso dos outros. Este uso comum tem duas modalidades: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Geral, quando não concorram circunstâncias singulares. ▪ Especial, se concorressem circunstâncias de perigosidade, intensidade do uso ou outras semelhantes. Para realizar um uso comum especial será precisa a autorização administrativa. - <i>Uso privativo</i>, o constituído por a ocupação de uma porção de domínio público, de modo que limite ou exclua a utilização pelos demais interessados. Este uso determina a ocupação de uma porção do domínio público. O uso privativo dos bens de domínio público que determine a sua ocupação com obras ou instalações fixas deverá estar amparado pela correspondente concessão administrativa. - <i>Uso normal</i>, o que seja conforme o destino principal de domínio público que afete. - <i>Uso anormal</i>, se for conforme o dito destino. Outra opção à disposição da custódia do território é dos bens patrimoniais. Além de todas aquelas propriedades do Estado (ou qualquer Administração pública territorial) que não estejam afetadas pelo uso geral ou aos serviços públicos, assim como os direitos reais e do arrendamento dos quais o Estado seja titular, consideram também os bens patrimoniais da Administração aqueles que não tenham dono conhecido, assim como quaisquer imóveis que não tenham registo, entendendo-se como tal o ato que justifica a legitimidade e propriedade.		Espanha

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Sem transferência da propriedade			
A cessação de outros direitos ou Censo Enfitéutico	Em Espanha o censo enfitéutico (art. 1605 Cc), é a figura pela qual uma pessoa cede a outra o domínio útil de uma propriedade, e destinando ao que cede o domínio direto e o direito a dar à enfiteuta (a entidade de custódia) uma pensão anual em reconhecimento deste mesmo domínio. O direito de superfície é o direito real que outorga o seu titular a faculdade de construir e plantar em solo alheio e conservar a propriedade das plantações ou construções.		Espanha
Documentos de Objetivos da Rede Natura 2000	Contratos Natura 2000 Para a gestão da Natura 2000, o enfoque francês da Diretiva Habitats defende o uso da contratação em lugar da regulação. Este dá a oportunidade aos operadores técnicos de estabelecer “Contratos Natura 2000” com os diferentes atores (agricultores, proprietário, caçadores, florestais, associações, etc) do sítio. O contrato define a natureza e a forma das ajudas estatais e os serviços que devem prestar-se em troca com o receptor.		França
	A carta Natura 2000 As Cartas Natura 2000 são um novo contrato posto em vigor por o Governo francês, progressivamente, desde 2005. Estas Cartas são específicas para cada sítio e descreve-se no documento dos objetivos.		França
Acordos Voluntários entre União Europeia e Empresas	Iniciativa Business and Biodiversity utilizada em alguns países da União Europeia A Iniciativa procura promover, através de acordos voluntários de longa duração, um campo comum para a colaboração entre estes dois sistemas distintos: business e biodiversidade, que favoreça a introdução da biodiversidade nas estratégias e políticas das empresas. Como se trata de parcerias, é necessário que existam voluntários, ou seja, que os acordos estabelecidos sejam ganhadores para ambas as partes e dirigidas ao <i>core business</i> das empresas e ao que é fundamental na defesa da Biodiversidade. A Iniciativa materializa-se num processo que implica a adesão a um conjunto de princípios a que se segue a adoção de uma metodologia que visa a progressiva integração da biodiversidade na gestão das empresas nos seus vários determinantes.		Países da União Europeia

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Com transferência da propriedade			
Doação de terrenos	De acordo com exemplo dos Estados Unidos a doação consiste em transmitir a propriedade a uma organização para a conservar, ou uma agência, sem contra prestação alguma ou com uma contraprestação nominal. Com a doação transfere-se a propriedade e as responsabilidades de gestão na organização ou agência, pondo fim à carga de impostos sobre a propriedade. Existem vários modos de dar uma propriedade a um <i>Land Trust</i> : a) Doações puras; b) Doações de <i>remainder interest</i> ; c) Doações mediante testamento ou legado; d) Doações com ingresso em vida. As doações são métodos, tendo em conta a legislação do Reino Unido, um método predefinido para uma ONG. É um método mais barato que compra e indica uma vontade fase à gestão da propriedade com fins de conservação. Pode-se dar uma terra, um convénio de conservação ou fundo para as organizações levem a cabo os seus trabalhos de gestão do terreno. A doação é gratuita, realizada entre o proprietário ou donatário e a entidade que vai realizar a sua conservação e proteção (caso de França o Conservatoire). Para Espanha é possível fazer a transferenciada da totalidade ou parte dos bens da propriedade.		Estados Unidos da América América Latina Reino Unido França Espanha
Doação de terrenos para a sua incorporação no sistema de áreas naturais protegidas	Também é possível que algumas áreas privadas serem doadas ou recorrendo à transferência monetária, ao Estado para este as integrar nas áreas protegidas de domínio público.		América Latina
Compra de terrenos ou aquisição da propriedade	De acordo com o estabelecido pela legislação dos Estados Unidos a compra direta é a fórmula mais exigente para adquirir terrenos com o fim de os proteger permanentemente. O Inconveniente principal da compra direta é que muitos Land Trust e organizações para a conservação não têm fundos suficientes para comprar um terreno, pelo que a venda a preço de mercado de uma propriedade, ainda que seja ideal desde um ponto de vista do proprietário, raramente se produz. Por exemplo na América Latina esta técnica de compra de terrenos é a mais usual com o objetivo da custódia do território, principalmente pelas ONGs locais, nacionais e internacional. A aquisição da propriedade permite a conservação a longo prazo já que as ONGs, geralmente estão obrigadas por lei a perseguir os objetivos definidos nos seus importantes constituintes, que só podem ser modificados mediante processo que implica a intervenção judicial. Em muitos outros locais, como Holanda, França, Canadá e Espanha a aquisição da propriedade com objetivo de conservação é bastante comum.		Estados Unidos da América América Latina Reino Unido França Espanha

Figuras legais	Descrição	Variantes	País de aplicação
Com transferência da propriedade			
Troca de terrenos	Nos Estados Unidos, é esta uma via interessante com objetivo de custódia do território, que consiste na troca de terrenos ou alteração da parcela que pode ser da Administração do Governo por outra origem particular, com objetivo de conservação. No caso espanhol essa troca pode dar-se entre uma Administração ou particular e a entidade de custódia (quer privada, quer pública) com interesse para a conservação. Na troca produz-se um intercâmbio de propriedades de valor similar ou pode-se ainda recorrer a outras formas como o mecenato ou benefícios fiscais quando se trate de propriedades quando o valor seja superior ao que se oferece em troca.		Estados Unidos da América Espanha
Legado e herança de terrenos	De acordo com o conhecido em Espanha a herança ou legado são opções de direito privado que podem ser a aplicação à custódia do território. Trata-se de um ato voluntário e pessoal mediante o qual o testador pode destinar o seu património de muitas maneiras. Herdeiro é o que sucede a título universal e o legatário o que sucede a título particular. Os legados podem ser, de acordo com o exemplo do Reino Unido: - Residual - atribuiu-se o que fica de património uma vez que se tenham repartido todos os legados e se suportaram todos os gastos. Isto é o que se denomina património residual. - Específico, e - quando se decide deixar um elemento específico como uma pintura, livros, jóias, uma parcela de terra ou inclusive uma casa. - Monetário - quando se deixa uma determinada soma de dinheiro a uma pessoa, organização ou entidade benéfica.		Reino Unido França Espanha
Direito de aquisição preferente	No caso Francês contempla já este mecanismo da custódia do território, pois quando é vendido um terreno com importantes recursos para conservar, a entidade de custódia (no caso o <i>Conservatoire</i>) tem prioridade na compra desse terreno.		França
Expropriação	Tal como França e Espanha a expropriação é permitida e apresenta interesse para o objetivo da custódia, consiste no Estado dispor de uma propriedade privada por motivos de utilidade pública e em troca oferece-lhe uma indemnização.		França Espanha

Baseado em (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

Outras figuras complementares e de interesse

Para além das figuras anteriormente analisadas existem outras que apresentam interesse para os objetivos da custódia:

- O voluntariado para a custódia (acrescentam capacidades técnicas e profissionais);
- A adoção de elementos singulares (que derivam em acordos de gestão);
- O assessoramento pontual a proprietários;
- As atividades de sensibilização e formação de proprietários;
- As campanhas educativas aos cidadãos na custódia do território;
- Certificações de boas práticas ou sustentabilidade ambiental;
- Distintivos de boas práticas na propriedade privada (reconhecimento do proprietário);
- Garantias à Custódia (apoio financeiro);
- Compradores de custódia (para celebrar logo acordos de custódia);
- Patrocínios empresariais (apoio financeiro);

- Sócios das entidades de custódia (apoio financeiro);
- Comércio de produtos que procedam de propriedades com custódia ou que impulsionem iniciativas de custódia do território (merchandising).

Tendo em conta a abordagem efetuada anteriormente podemos dizer que de forma global e tendo em conta os diferentes tipos de acordos e diferentes formas de poder estabelecer e fomentar a custódia do território, existem diferentes vertentes, quer através da transmissão ou sem transmissão da propriedade de um proprietário privado para uma entidade de custódia para permitir a conservação dos diferentes espaços.

Assim a transmissão da propriedade é permitida através de vários acordos e pode ser aplicada em vários países, e entre os acordos mais comuns encontram-se os seguintes:

- Doação de terrenos
- Doação de terrenos para a sua incorporação no sistema de áreas naturais protegidas
- Compra de terrenos ou aquisição da propriedade
- Troca de terrenos
- Legado e herança de terrenos
- Direito de aquisição preferente
- Expropriação

Para além dos acordos que permitem a conservação das terras pela custódia do território também é possível acordo sem transmissão da propriedade tais como os seguintes:

- Autorizações administrativas
- Conservation Buyers Transactions ou Programas (Transações ou Programas de Compradores de Valores a Conservar)
- Assinatura de terrenos de domínio privado do Estado
- Reservas privadas formais
- Reservas privadas informais ou voluntárias
- Concessões
- Usufruto
- *Règlement à l'amiable* (acordo amigável)
- Uso de domínio público e os bens patrimoniais
- A cessação de outros direitos ou Censo Enfitéutico
- Documentos de Objetivos da Rede Natura 2000
- Acordos Voluntários entre União Europeia e Empresas

2.2.2.6 Os mecanismos de Custódia do Território mais Utilizados em Espanha

Como exemplo específico da aplicação da custódia do território em Espanha, e através de informação e da experiência de iniciativas de custódia, foi possível já fazer uma comparação entre os acordos mais utilizados. Foi realizado também uma avaliação dos processos e em termos de efetividade, custo e compromisso em cada tipo de acordo., figura 2.2.

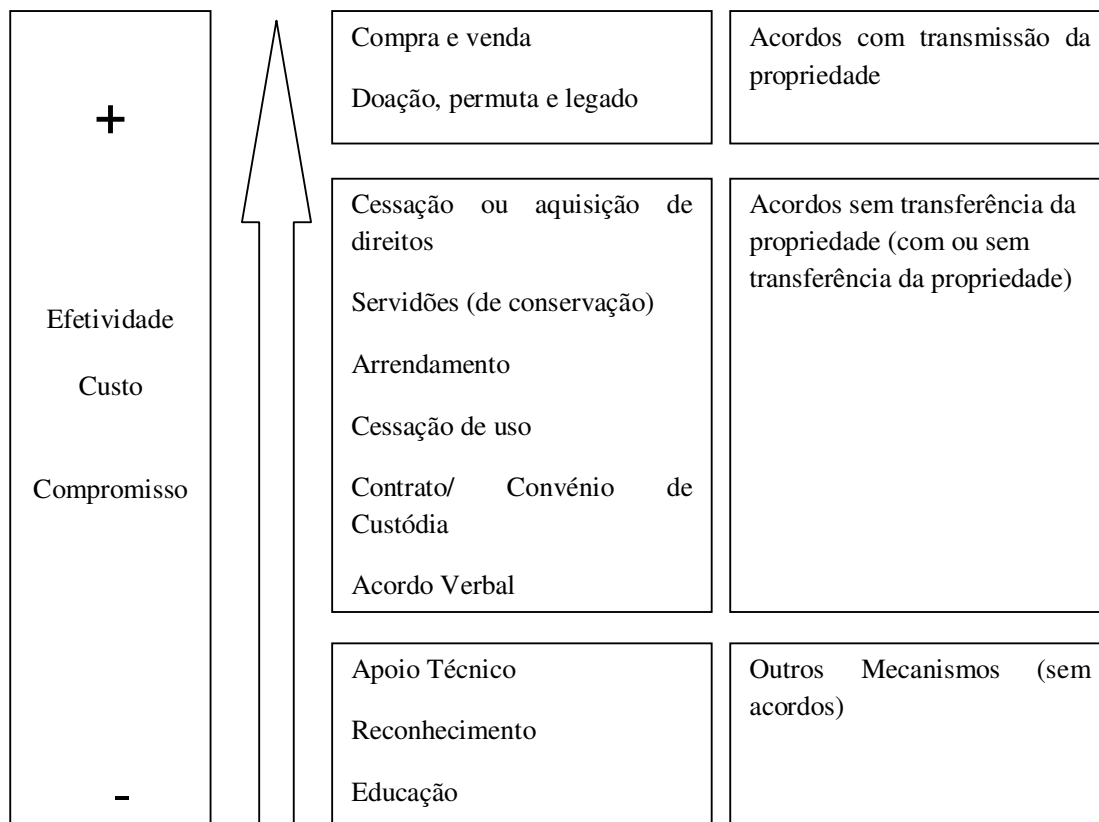


Figura 2.2 Esquema dos acordos de custódia mais utilizados em Espanha e a sua relação com a efetividade, custo e compromisso (Roca and Rotés 2006).

2.2.2.7 Figuras tributárias e incentivos fiscais para promover os acordos

Alguns dos países de iniciativas de custódia do território apresentam determinados incentivos fiscais para incentivar e promover os acordos de custódia. Estes incentivos têm em conta determinadas reduções em diferentes tipologias de impostos que são apresentados seguidamente, Tabela 2.5.

Tabela 2.5 Descrição dos procedimentos das figuras tributárias e incentivos fiscais para a custódia do território.

Tipo de objeto fiscal	Tipo de Acordo	Tipo de Incentivo Fiscal	País de aplicação
Rendimentos brutos ajustados	Acordos de conservação	<ul style="list-style-type: none"> - 50% dos rendimentos brutos ajustados. Em caso de excesso, o resto da doação pode deduzir-se nos seguintes períodos impositivos, até um máximo de 15 anos. - No caso de que os proprietários sejam considerados “agricultores qualificados” o máximo dedutível será de 100% dos rendimentos brutos ajustados para as pessoas físicas ou de 100% dos rendimentos tributáveis para as empresas. 	Estados Unidos da América
	Doações	As doações dinheiro são dedutíveis até um valor de 50% dos rendimentos brutos ajustados do doante	Estados Unidos da América
		Redução do imposto sobre o rendimento das doações em dinheiro ou de terrenos realizados em favor de entidades públicas ou privadas de conservação	Inglaterra
Imposto de sucessões e Doações	Servidões	No caso das servidões de uso, os proprietários também gozam de uma bonificação até 40% no imposto de sucessões (minimizando por dois pontos percentuais por cada ponto percentual fazendo com que o valor da servidão seja menor que 30% respeitante ao total do valor do território).	Estados Unidos da América
	Doação ou transmissão	Costa Rica Isento de imposto de sucessão a doação ou transmissão aos proprietários de Refúgios Nacionais de vida selvagem	América Latina
	Doações, heranças ou legados	<ul style="list-style-type: none"> - Bonificações para as doações ou heranças realizadas por titulares de explorações agrícolas prioritárias de 90% da base imposta quando adquirirem outra exploração agrícola na sua integridade, e se mantenham na sua propriedade por um mínimo de 5 anos. - Quando a aquisição se realize para completar uma pequena parte da superfície suficiente para constituir uma exploração prioritária ficará isenta do imposto. - Algumas das bonificações podem beneficiar as entidades de custódia. 	Espanha
	Acordo de gestão	Isenção do imposto de sucessão aos <i>Sites of Special Scientific Interest</i>	Inglaterra

Tipo de objeto fiscal	Tipo de Acordo	Tipo de Incentivo Fiscal	País de aplicação
Deduzir o valor dos direitos reais	Usufruto	Entidades de custódia do território, tem especial relevância a possibilidade de deduzir o valor dos direitos reais	Espanha
	Doações de terrenos e as doações em dinheiro	Entidades de custódia do território, tem especial relevância a possibilidade de deduzir o valor dos direitos reais	Espanha
Pagamento por Serviços Ambientais	Acordos Voluntários entre privados	Costa Rica - Proprietários receberem compensações por os serviços ambientais prestados, fundamentalmente de fixação dos gases com efeito de estufa, proteção da biodiversidade, proteção dos recursos hídricos e beleza cênica - Os acordos voluntários entre privados beneficiados dos serviços ambientais.	América Latina
		- O pagamento por serviços ambientais vincula-se mediante o “Natural England Management Agreement Scheme”, com um orçamento para o período 2008 – 2013 de 250 milhões de libras. O número de proprietários beneficiados estima-se por volta dos 1000. Os acordos de custódia são voluntários e têm uma duração de 5 a 7 anos. - Além disso do pagamento pela gestão do território e das perdas de receitas derivadas da restrição de usos, oferece-se uma retribuição adicional até £70 por hectare em conceito da conservação da biodiversidade aos agricultores que cultivem variedades próprias da região.	Inglaterra
Pagamentos por serviços hidrológicos	México Atribuídos incentivos a quem realize ações para a proteção, preservação ou restauração do equilíbrio ecológico”. Pagamentos para terras florestais que estão localizadas em áreas que abastecem água a mais de 5.000 pessoas, e que não excedam os 4.000 hectares	México - As retribuições são de 4,5 e 6 \$ por hectare por ano e o cumprimento dos acordos subscritos que incluem a manutenção do uso da terra, a proibição da desflorestação ou deterioração, a colaboração com os mecanismos de controlo e a comunicação de qualquer incidência) são comprovados através de inventários de imagens por satélite. Os custos são assumidos pelo serviço Forestal dos Estados Unidos.	América Latina

Tipo de objeto fiscal	Tipo de Acordo	Tipo de Incentivo Fiscal	País de aplicação
IRS	Costa Rica Titular de Certificados para a Conservação	Costa Rica - Isenção do IRS a Titulares de Certificados para a Conservação. - Estes certificados são concedidos por o governo a proprietários de terrenos com valores ambientais especiais que se comprometem a conservá-los por um mínimo de vinte anos.	América Latina
	Doações de terras ou dinheiro	- As doações de terras ou dinheiro podem deduzir-se até 50% do imposto sobre o IRS, com um limite de 6% do total de lucros tributáveis - Pode trocar-se dívida tributária por terrenos costeiros de especial valor ecológico	França
		Dedução no IRPF do 25% dos donativos, doações ou aporções realizados pelas pessoas físicas	Espanha
	Proprietários de terrenos com acordos de custódia	- Aplicam-se deduções à pecuária independente, trabalhos realizados por titulares de explorações florestais processos de transformação, elaboração de processos de manufactura e produtos naturais, etc. - Além disso não se integram na base impositiva do imposto os financiamentos concedidos a quem explore propriedades florestais, o ordenamento de montes, planos diestráticos ou planos de repovoamento florestal aprovados pela administração florestal.	Espanha
Impostos sobre o Território	Titulares de Certificados para a Conservação	Costa Rica - Isenção do imposto sobre o território a Titulares de Certificados para a Conservação - Estes certificados são concedidos por o governo a proprietários de terrenos com valores ambientais especiais que se comprometem a conservá-los por um mínimo de vinte anos.	América Latina
	Doação ou transmissão	Costa Rica - Isento do imposto sobre o território a doação ou transmissão aos proprietários de Refúgios Nacionais de vida selvagem	América Latina
	Proprietários de zonas de bosque com planos de gestão florestal	Costa Rica - Isento também do imposto sobre o território	América Latina
	Para os empresários que estabelecem novas explorações florestais	Costa Rica - Bonificações no imposto sobre o território	América Latina
	Para Proprietários	Argentina - Que consistem maioritariamente em bonificações ou isenções sobre o imposto territorial provincial	América Latina
	Reservas Particulares de Património Natural	Brasil - Isentas do Imposto sobre a Propriedade Territorial	América Latina

Tipo de objeto fiscal	Tipo de Acordo	Tipo de Incentivo Fiscal	País de aplicação
Imposto sobre Transmissões Patrimoniais	Aquisições dos terrenos	<ul style="list-style-type: none"> - As aquisições dos terrenos por parte de titulares de explorações agrárias, as compras realizadas por empresários ou profissionais no exercício da sua atividade empresarial ou profissional ficam isentas do imposto. - As “explorações agrárias prioritárias”, os seus titulares poderão beneficiar de uma bonificação de 90% na base impositiva do imposto quando adquiram outra exploração agrária na sua integridade e se mantenham na sua propriedade por um mínimo de 5 anos 	Espanha
Imposto sobre terras não cultivadas	Para os empresários que estabelecem novas explorações florestais	Costa Rica - Bonificações	América Latina
Imposto sobre a renda dos lucros	Para os empresários que estabelecem novas explorações florestais	Bonificações no imposto sobre a renda dos lucros obtidos pela comercialização de produtos das plantações	América Latina
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	Prevê alguns benefícios para entidades sem fins lucrativos e proprietários dos terrenos sujeitos a acordos de custódia	Bonificações e isenções devido ao caráter agrícola ou florestal da maioria dos terrenos.	Espanha
	Fundações e associações e utilidade pública	Sujeitos passivos de IVA	Espanha
Imposto sobre Sociedades (IS)	Empresas privadas	<ul style="list-style-type: none"> - Regime das comunidades titulares montes vizinhos em mão comum - Investimentos em tecnologias de informação e da comunicação, por investimentos em bens de interesse cultural ou social, ou por investimentos ambientais - Incentivos fiscais aplicáveis para as empresas de reduzida dimensão, entre as que se encontram a maioria das sociedades agrícolas - A dedução no IS de 35% dos donativos realizados pelas pessoas jurídicas 	Espanha
	Entidades sem fins lucrativos, , entre as que se podem encontrar as entidades de custódia	<ul style="list-style-type: none"> - Isenção parcial do imposto a algumas rendas - Trato especial a algumas explorações económicas, entre as que se encontram entre outros a gestão de parques e outros espaços naturais protegidos de características semelhantes 	Espanha
	As associações não declaradas de utilidade pública	O regime fiscal das entidades parcialmente isentas	Espanha

Tipo de objeto fiscal	Tipo de Acordo	Tipo de Incentivo Fiscal	País de aplicação
Imposto sobre bens imóveis	Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Argentina - 60% de redução sobre o imposto sobre bens imóveis em geral ou até para algumas províncias a isenção deste imposto	América Latina
		Benefícios fiscais que afetam ou podiam afetar os proprietários de propriedades sujeitas a acordos de custódia, singularmente	Espanha
	Entidades sem fins lucrativos	Estabelecem bonificações sobre o IBI	Espanha
	Mecenato	Estabelecem bonificações sobre o IBI	Espanha
Imposto sobre Atividades Económicas	Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Aplicar benefícios fiscais que afetam ou podiam afetar os proprietários de propriedades sujeitas a acordos de custódia.	Espanha
	Entidades sem fins lucrativos	Estabelecem bonificações sobre as atividades económicas	Espanha
	Mecenato	Estabelecem bonificações sobre as atividades económicas	Espanha
Imposto sobre Veículos de Tração Mecânica (IVTM)	Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Aplicar benefícios fiscais que afetam ou podiam afetar os proprietários de propriedades sujeitas a acordos de custódia	Espanha
	Entidades sem fins lucrativos	Estabelecem bonificações	Espanha
	Mecenato	Estabelecem bonificações	Espanha
Áreas “intangíveis”	Argentina Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Argentina - Até 80% em áreas “intangíveis	América Latina
Impostos provinciais	Argentina Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Argentina - Isenção total ou parcial, ou até 100% de redução dos impostos provinciais	América Latina
	Argentina para Reservas de Uso Múltiplo e Parque Naturais	Argentina - Bonificação de 40% para reservas de uso múltiplo e de 90% para os Parques Naturais	América Latina
Carga Impositiva	Argentina Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários	Argentina - Deferimento ou isenção da carga impositiva para algumas províncias	América Latina
Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS)	Brasil Reservas Particulares de Património Natural criadas por proprietários particulares	Brasil - O ICMS é um imposto estatal similar ao IVA, que representa por volta de 90% das receitas dos estados. Uma quarta parte da recolha deste imposto deve ser cedida aos municípios. Estes fazem a sua gestão e distribuem pelas entidades que entenderem entre elas as Reservas Particulares de Património.	América Latina

Baseado em (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

De acordo com a Tabela 2.5, são enumerados já alguns dos incentivos fiscais aplicados e possíveis (caso espanhol) nos vários países onde a Custódia do Território tem aplicação.

Da análise efetuada podemos verificar que os incentivos fiscais pelo estabelecimento dos acordos de custódia é mais significativo nos Estados Unidos da América, América Latina e Reino Unido. Os impostos que podem sofrer alguma percentagem de redução ou até mesmo isenção pela aplicação de determinados acordos são:

- Rendimentos brutos ajustados
- Imposto de sucessões e Doações
- Deduzir o valor dos diretos reais
- Pagamento por Serviços Ambientais e Hidrológicos
- IRS
- Impostos sobre o Território
- Imposto sobre Transmissões Patrimoniais
- Imposto sobre terras não cultivadas
- Imposto sobre o rendimento
- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)
- Imposto sobre Sociedades (IS)
- Imposto sobre bens imóveis
- Imposto sobre Atividades Económicas
- Imposto sobre Veículos de Tração Mecânica (IVTM)
- Áreas “intangíveis”
- Impostos provinciais
- Carga Impositiva
- Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS)

Todas reduções e isenções possíveis têm em conta os tipos de acordos a estabelecer, o tipo de entidades e proprietários envolvidos, os recursos da propriedade a conservar, entre outros.

Assim podemos verificar e de forma geral que os tipos de acordos mais beneficiados são:

- Acordos de conservação
- Servidões
- Doações, transmissão, heranças ou legados
- Acordo de gestão
- Usufruto
- Acordos Voluntários entre privados
- Aquisições dos terrenos
- Certificado de Conservação
- Mecenato
- Reservas Particulares de Património Natural
- Reservas de Uso Múltiplo e Parque Naturais
- Reservas Particulares de Património Natural criadas por proprietários particulares

De todos os acordos e incentivos fiscais apresentados, as entidades ou proprietários que mais podem beneficiar com estes incentivos são:

- Entidades sem fins lucrativos
- Proprietários que realizem ações para a proteção, preservação ou restauração do equilíbrio ecológico.
- Pagamentos as terras florestais que estão localizadas em áreas que abastecem água a mais de 5.000 pessoas, e que não excedam os 4.000 hectares
- Proprietários de terrenos sujeitos a acordos de custódia
- Proprietários de zonas de bosque com planos de gestão florestal
- Para os empresários que estabelecem novas explorações florestais
- Fundações e associações
- Empresas privadas que participem nos acordos de custódia
- As associações não declaradas de utilidade pública

2.2.2.8 Fatores que contribuem para incentivar a participação privada e benefícios para os proprietários

2.2.2.8.1 Fatores para incentivar a participação privada

A “Custódia do Território” como anteriormente descrito é um instrumento que tem como principal objetivo fomentar o contato com proprietários privados de forma intensa, assim sendo é importante incentivar a participação dos vários agentes privados de forma a envolvê-los nestes acordos. Assim alguns dos factores que permitem incentivar a participação privada, estão baseados no (Roca and Rotés 2006) são:

- A natureza voluntária dada à conservação privada da terra permite aos proprietário adaptar a melhor forma de conservação tendo em conta as suas necessidades.
- As diferentes tipologias de áreas protegidas é possível adaptá-las às prioridades da comunidade local.
- O financiamento dos organismos governamentais para a aquisição de terras tem vindo a diminuir significativamente nos últimos anos, dado que a conservação privada – entre a conservação privada de terra e os *Land trust* (entidades de custódia) – converteu-se no principal método para alcançar as metas de conservação local.
- O crescente ritmo de expansão e desenvolvimento não planificado faz com que muitas comunidades incidam importância à conservação da terra tendo em conta as gerações futuras.
- A Custódia do Território como instrumento de gestão dos valores naturais, culturais e patrimoniais poderá trazer benefícios para os proprietários destas áreas.

2.2.2.8.2 Benefícios e vantagens para os proprietários

Assim seguidamente especificamos quais os benefícios e vantagens dos diferentes proprietários integrarem a aderirem aos diferentes acordos de custódia, baseado em (Roca and Rotés 2006) identificando os seguintes:

- Reconhecimento social – proporciona a participação numa iniciativa de conservação do património natural e cultural. Poderá assemelhar a um certificado de qualidade
- Satisfação pessoal – O proprietário assegura-se que as gerações presentes e futuras poderão vir a usufruir do património cultural e natural da sua propriedade graças ao seu compromisso acordado.
- Aprendizagem mútua – A colaboração contínua é uma boa oportunidade para as duas partes adquirirem novos conhecimentos e por em prática técnicas de conservação e gestão da propriedade.
- Assessoria – A entidade de custódia pode oferecer ao proprietário orientação sobre questões legais, assessoria para a gestão da propriedade com critérios conservacionistas, informação sobre os possíveis benefícios fiscais, etc.
- Planificação do Futuro da propriedade – Através do diálogo continuado entre proprietário e entidade de custódia, pode-se abordar conjuntamente a planificação da propriedade. Se for considerado necessário, mediante a redação de um plano de gestão.
- Ações na propriedade através do voluntariado - Algumas entidades de custódia contam com pessoas voluntárias que podem estar dispostas a realizar trabalhos de estudos, manutenção e melhoria da propriedade, sempre que o proprietário esteja interessado.
- Possibilidades de financiamento – As entidades de Custódia são normalmente hábeis na procura de financiamento, podendo orientar o proprietário sobre as possibilidades de obtenção de recursos económicos. Também existem algumas entidades de custódia com suficiente capacidade económica para financiar diretamente ações nas propriedades que apresentam acordos pré-estabelecidos.

2.2.2.9 Colaboração entre o setor público e privado

Um dos principais fatores da “Custódia do Território” é a colaboração entre o setor público e privado permitindo uma coexistência harmoniosa entre ambos e que estes setores caminhem para um desenvolvimento mais sustentável.

Dando como o exemplo dos Estados Unidos da América, que apresenta muitos organismos ambientais de ordem estatal que atuam praticamente como organizações para a conservação das terras ao adquirir a propriedade das servidões sobre terrenos privados. Em alguns estados, como Maryland e Virginia, foram constituídas entidades quase estatais e especificamente com este objetivo (Roca and Rotés 2006).

A nível federal, alguns organismos públicos também são proprietárias de servidões como, por exemplo, o *U.S. Fish and Wildlife Service* (Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos E.U.A.) que possui servidões que, na sua maioria, tributam zonas húmidas que servem como terrenos para a nidificação de patos. Outro exemplo é constituído pelo *National Park Service* (Serviço de Parques Nacionais), que também possui servidões de conservação (Roca and Rotés 2006).

Existem muitos casos concretos de colaboração entre ambos setores, em particular no âmbito local, com o objetivo de alugar a preservação de espaços abertos públicos, paisagens e terras rurais. Entre os mecanismos mais populares estão as autorizações de conservação de terras, as leis impositivas,

as emissões estatais de bonús, o perdão do imposto imobiliário, e outras iniciativas em matéria de benefícios.

Outro exemplo é a Inglaterra, onde o setor público ou privado são promotores da conservação em terras privadas e a sua colaboração é de extrema importância.

2.2.2.10 Conclusão sobre as diferentes iniciativas no mundo

Um dos principais desafios de conservação de terras privadas é o desenho de ferramentas legais simples e de fácil aplicação, de maneira que as áreas privadas possam ficar rapidamente sujeitas a uma proteção permanente. A experiência dos EUA demonstra que a aprovação de leis sólidas em matéria de conservação de terras privadas traz consigo um rápido aumento da criação de áreas protegidas privadas. Assim, por exemplo, a utilização de mecanismos para a conservação de terras privadas nos EUA, tais como as servidões de conservação. Este trouxe juntamente um enorme aumento similar na quantidade e capacidade das organizações para a conservação das terras.

Juntamente com os instrumentos de conservação também há que destacar os incentivos fiscais como mecanismo que favorece o desenvolvimento de iniciativas de conservação de terras privadas. Entre estes incentivos destacam-se as deduções em impostos com uma grande carga tributária, como pode ser o imposto sobre os rendimentos ou o imposto sobre o património mobiliário e imobiliário.

A conservação privada tem como base principal a participação voluntária e é na prática que aproveita o crescente interesse do setor privado em particular na conservação. Para impulsionar esta atividade a chave encontra-se em oferecer instrumentos jurídicos adequados e de simples aplicação para que os proprietários privados possam proteger as suas terras frente ao desenvolvimento. (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010)

2.3 Enquadramento nacional

2.3.1 Planos, programas e estratégias nacionais no âmbito da custódia do território

O ordenamento jurídico português estabelece, para além das garantias políticas, as garantias administrativas e contenciosas, as quais constituem meios de defesa dos particulares perante a Administração Pública. As garantias administrativas efetivam-se através dos órgãos da administração, das suas estruturas administrativas e formas de controlo normalmente utilizadas; as garantias contenciosas, por seu lado, efetivam-se através da intervenção dos tribunais administrativos.

Deste modo, as leis gerais, ou seja, as que regem o ambiente em geral a nível nacional, internacional e comunitário, parecem muito abertas à participação, à informação e à responsabilização dos cidadãos.

Da análise da legislação geral, vemos que existe claramente uma opção por valores de:

- Participação, entendida como contribuição dos cidadãos (enquanto diferentes grupos sociais, entidades coletivas ou individuais, públicas ou privadas) tanto na formulação como na execução das políticas ambientais, e ainda na valorização do ambiente; um exemplo dessa intenção é a Convenção de Aarhus e a Diretiva Quadro da Água que são também muito claras quando indicam que os processos de participação devem ter lugar nas etapas iniciais dos processos de tomada de decisão, de modo a que os contributos dos cidadãos possam ser integrados nos projetos ambientais ou de recursos hídricos;
- Responsabilização, através da definição dos deveres dos cidadãos, dos agentes responsáveis, das populações e dos utilizadores (dever de não poluir ou causar danos à natureza, deveres de cumprir as normas de descargas) e da existência de mecanismos de punição e controlo dos danos ao ambiente; os deveres são considerados tanto pela positiva (dever de contribuir para a promoção da qualidade do ambiente) como pela negativa (não causar dano ao ambiente); de salientar igualmente o direito de acesso à justiça em questões de ambiente, como direito fundamental dos cidadãos, mas que alarga também o seu domínio de responsabilidade;
- Informação, entendida como a existência de “fluxos contínuos entre os órgãos centrais e os cidadãos”, isto é, salientando a necessidade de os órgãos competentes informarem os cidadãos e de estes contribuírem para a melhoria dos serviços prestados, através de um mecanismo de feedback.

A informação é o menos acentuado dos valores expressos nas nossas leis gerais, que salientam claramente a participação e a responsabilização, enquanto que na legislação internacional e comunitária está mais ausente a questão da responsabilização dos cidadãos e mais explícitos e detalhados os temas da participação e da informação. Mas, evidentemente, a responsabilização e a participação só fazem sentido se houver acesso dos cidadãos à informação e atenção das entidades competentes às sugestões e reclamações dos cidadãos.

Deste modo, os valores expressos nas nossas leis assumem uma posição de grande abertura face à participação e à responsabilização, e parecem indicar uma grande vontade de ouvir e atender os cidadãos (Parlamento Europeu 2000).

Todos os planos e estratégias foram especificados anteriormente, assim como, qual a importância da participação pública e da custódia do território para um desenvolvimento sustentável.

2.3.2 Instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional direcionado à responsabilidade social e ambiental como forma de desenvolvimento sustentável

No âmbito nacional existem vários instrumentos de gestão territorial que focam e incidem neste aspeto da participação, responsabilidade ambiental e social dos cidadãos, empresas e entidades do território diretamente relacionadas com a decisão nos factores de ordenamento do território e conservação da natureza.

Alguns dos instrumentos de gestão territorial nacional que colocam ênfase em todas as seguintes questões que tão importantes são para uma maior aproximação dos vários intervenientes do território:

- Desenvolvimento Sustentável
- Participação cidadã nos processos de decisão
- Sensibilização da população para a importância da conservação da natureza e património quer natural e cultural
- Colaboração entre entidades da área de intervenção e os intervenientes do território
- Responsabilidade Ambiental e Social

2.3.2.1 Estratégias Nacionais

Para analisar os antecedentes para a custódia do território e como objeto de estudo a aplicação num caso específico em Portugal, é importante antes de mais rever as políticas, instrumentos e estratégias que possam ter um papel importante nos fatores de desenvolvimento sustentável.

Assim seguidamente, Tabela 2.6, apresentamos em resumo os principais pontos das várias estratégias nacionais que têm já contemplado ou de alguma forma indiretamente ações que permitam incentivar os acordos de custódia do território.

Tabela 2.6 Pontos de referência nas estratégias nacionais que permitam o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.

Estratégias Nacionais	Ponto de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	<p>- Primeiro objetivo: Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”. Este objetivo incorpora dois sub-objectivos cruciais: Este esforço integrado na promoção do capital humano terá repercussões no potencial de inovação das empresas e da sociedade, bem como num cabal desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente, num contexto de crescente complexidade nacional e Internacional, condições indispensáveis para que se possam explorar as oportunidades abertas pela evolução para a “sociedade do conhecimento”.</p> <p>- Segundo objetivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética.</p> <p>Pretende-se um crescimento mais rápido da economia portuguesa, potenciado pelo desenvolvimento de um comportamento responsável por parte dos agentes económicos.</p> <p>- Terceiro objetivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património.</p> <p>Este objetivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado, a proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, para que o património natural seja evidenciado como fator de diferenciação positiva. Tem-se em vista, também, a preservação e valorização do património construído.</p> <p>- Quinto objetivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território.</p> <p>O que se pretende é mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território. Preconiza-se, também, o valorizar do papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atrativas e sustentáveis, de modo a reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.</p> <p>- Sexto objetivo: Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional.</p> <p>Este objetivo reafirma o compromisso de Portugal com o projeto europeu e compreende a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, para a concretização dos objetivos de desenvolvimento do Milénio, bem como para um ambiente melhor e mais seguro à escala do planeta e, em particular, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas.</p> <p>- Sétimo objetivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.</p> <p>Assume-se o propósito estratégico de promover a modernização da administração pública como elemento fundamental para uma governação qualificada e para uma maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos e adotar boas práticas no domínio da sustentabilidade são linhas de força essenciais no necessário processo de modernização da administração pública.</p>
Plano estratégico nacional para o turismo	<p>Este documento sintetiza as conclusões do diagnóstico, objetivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, que foram materializadas em 5 eixos, através de 11 projectos. A implementação desses projetos requer a participação de várias entidades que influenciam directa ou indirectamente a qualidade do destino Portugal e dos seus produtos turísticos, estando a concretização dos objetivos dependente não só do Turismo de Portugal,ip, mas também do envolvimento efetivo destas entidades.</p>
Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN)	<p>A estratégia de implementação do PNTN assume a necessidade de consagrar a integração e sustentabilidade dos seguintes vectores:</p> <ol style="list-style-type: none"> Conservação da natureza; Desenvolvimento local; Qualificação da oferta turística; Diversificação da atividade turística.

Estratégias Nacionais	Ponto de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
Plano estratégico nacional para a pesca	<p>A estratégia a implementar pressupõe a sustentabilidade dessas zonas, a prazo, e, por conseguinte, terá que ser uma estratégia integrada e coerente com as especificidades e necessidades de cada região e contar, para o efeito, com a participação ativa dos agentes locais.</p> <p>A estratégia de desenvolvimento do sector da pesca passa, necessariamente, pela sua sustentabilidade a longo prazo e é orientada por princípios de salvaguarda do património natural e cultural, de preservação do meio ambiente e de coesão social das populações.</p> <p>Com o 4º e último objectivo específico do Programa pretende-se “Assegurar o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras mais dependentes da pesca”.</p>
Orientação Estratégicas para o Sector Marítimo Portuário (OESMP)	<p>Objectivo 1 – Incrementar a qualidade dos serviços e acrescentar valor para os <i>stakeholders</i> – insere-se nas quatro dimensões do universo lato e diversificado que caracteriza os <i>stakeholders</i> do IPTM, IP – Estado, Governo, sociedade e clientes</p> <p>Objectivo 12 – Valorizar o capital humano</p>
Plano de Ação para o Litoral 2012-2015	Contribuir para o desenvolvimento local e para o crescimento económico
Estratégia Nacional para o Mar	<p>- Sustentabilidade do setor</p> <p>Coordenação com as políticas de desenvolvimento regional, nomeadamente como forma de consolidar a integração de cada entidade gestora no tecido social e empresarial da respetiva área de atuação;</p> <p>- Proteção dos valores de saúde pública e ambiental</p> <p>Incorporação dos princípios subjacentes à estratégia nacional e comunitária para o desenvolvimento sustentável;</p>
Plano Estratégico Nacional (PEN) para o Desenvolvimento Rural	- Assegurar a coerência com as outras políticas comunitárias, em particular nos domínios da coesão e do ambiente;
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC)	- Participar, Sensibilizar e Divulgar – identifica o imperativo de levar a todos os agentes sociais o conhecimento sobre alterações climáticas e a transmitir a necessidade de acção e, sobretudo, suscitar a maior participação possível por parte desses agentes na definição e aplicação desta estratégia.
Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional (GIZC)	<p>Zona costeira harmoniosamente desenvolvida e sustentável, baseada numa abordagem sistémica e de valorização dos seus recursos e valores identitários, suportada no conhecimento e gerida segundo um modelo que articula instituições, políticas e instrumentos e assegura a participação dos diferentes atores intervenientes.</p> <p>Assim, são definidos como objetivos transversais:</p> <p>- Reforçar e promover a articulação institucional e a coordenação de políticas e instrumentos;</p> <p>- Promover a informação e a participação pública.</p> <p>- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico;</p> <p>- Promover o desenvolvimento sustentável de atividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos da zona costeira;</p>
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)	<p>Opção Estratégica 7) Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local</p> <p>Opção Estratégica 9) Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil</p>

Estratégias Nacionais	Ponto de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
Diretiva Quadro da Água	Elaboração de programas de medidas que sejam ajustados às condições existentes a nível regional ou local.

(IA 2007), (Turismo.de.Portugal 2007), (Conselho.Ministros 1998), (Direção.Geral.Pescas.Agricultura 2007), (INAG, Aveiro et al. 2010), (MAMAOT 2012), (Estrutura.Missão.Assuntos.Mar 2007), (Grupo.Interministerial 2005), (Parlamento.Europeu.Conselho 2005), (MAOTDR 2007), (Conselho.União.Europeia 2006), (Comité.Executivo.Comissão.Alterações.Climáticas 1999), (Conselho.de.Ministros 2009), (ICNB 2009), (Parlamento.Europeu 2000)

Realizando e elaborando uma análise das várias estratégias nacionais tendo em conta os principais objetivos do desenvolvimento sustentado, podemos verificar que das estratégias relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável, Turismo, Turismo de Natureza, Pesca, Setor Marítimo Portuário, Plano de Ação para o Litoral, Mar, Desenvolvimento Rural, Alterações Climáticas, Zona Costeira, Conservação da Natureza e Biodiversidade e Água, podemos salientar alguns pontos importantes como os seguintes:

- Desempenho das tarefas de cidadania e de defesa do ambiente;
- Crescimento Sustentado;
- Comportamento responsável por parte dos agentes económicos;
- Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- Proteção do ambiente, com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais;
- Reforçar o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território;
- Conservação da biodiversidade e a sustentabilidade dos ecossistemas;
- Adotar boas práticas no domínio da sustentabilidade;
- Participação de várias entidades;
- Conservação da natureza;
- Pressupõe a sustentabilidade das várias zonas;
- Participação ativa dos agentes locais;
- Salvaguarda do património natural e cultural, de preservação do meio ambiente e de coesão social das populações;
- Contribuir para o desenvolvimento local e para o crescimento económico;
- Proteção dos valores ambientais;
- Participar, Sensibilizar e Divulgar;
- Assegura a participação dos diferentes atores intervenientes;
- Promover a informação e a participação pública;
- Conservar e valorizar os recursos e o património natural, cultural e paisagístico;
- Aperfeiçoar a articulação e a cooperação entre a administração central, regional e local;
- Assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil;
- Elaboração de programas de medidas que sejam ajustados às condições existentes a nível regional ou local.

2.3.2.2 Instrumentos de Gestão Territorial

A gestão ambiental está enquadrada em muitos dos âmbitos dos instrumentos de gestão territorial em Portugal seguidamente salientamos alguns dos pontos interessantes e que se enquadrem neste tema e façam referência a tais instrumentos (decreto lei 380/99):

PEIRVRA (Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro) articula-se com os seguintes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), de acordo com o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, Tabela 2.7:

Tabela 2.7 Pontos de referência nos instrumentos de gestão territorial que permitam o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.

Instrumentos de Gestão Territorial Âmbito Nacional	Pontos de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro (retificada pela Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de Setembro).	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturar o território nacional de acordo como modelo e a estratégia de desenvolvimento económico-social sustentável do País, promovendo uma maior coesão territorial e social, - Estimular o desenvolvimento local e regional, - Salvaguardar e valorizar os recursos naturais e promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a proteção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico e cultural; - Promovendo a coerência vertical entre os níveis nacional, regional e local e a coerência horizontal entre sectores distintos com incidência espacial, bem como favorecer iniciativas e comportamentos dos particulares e dos agentes económicos convergentes com os objetivos definidos.
Políticas de Ordenamento do Território e Urbanismo Decreto-lei nº 48/98 – Estabelece as bases das políticas de ordenamento do território e urbanismo Artigo 5º	<ul style="list-style-type: none"> - Sustentabilidade e solidariedade intergeracional, assegurando a transmissão às gerações futuras de um território e de espaços edificados corretamente ordenados; - Ponderação dos interesses públicos e privados em causa; - Subsidiariedade, coordenando os procedimentos dos diversos níveis da Administração Pública, por forma a privilegiar o nível decisório mais próximo do cidadão; - Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial; - Responsabilidade, garantindo a prévia ponderação das intervenções com impacte relevante no território e estabelecendo o dever de reposição ou compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental; - Contratualização, incentivando modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;

Instrumentos de Gestão Territorial Âmbito Nacional	Pontos de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
<p>Planos Setoriais de Incidência Territorial</p> <p>Planos sectoriais são instrumentos de maior concretização das políticas para o ordenamento do território com incidência em diversas áreas da administração central como é o caso do ambiente e florestas. (Decreto-Lei 380/99)</p>	<p>Plano Nacional da Água</p> <p>Elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº45/94 de 22 de Fevereiro, define orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação actual e na definição de objectivos a alcançar através de medidas e acções.</p> <p>Recordam-se as grandes linhas de orientação que nortearam a elaboração dos PBH e que não poderão deixar de pautar a estruturação deste PNA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados • Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país • Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos <p>Fonte. Documento plano nacional da água - Colocar a fonte.</p> <p>"A Participação activa no processo de elaboração do PNA2010 potencia o conhecimento, promove a coesão, a participação, a sustentabilidade, a mudança e a competitividade, garantindo a compatibilização dos interesses locais, regionais, nacionais e externos, o que se reflectirá no sucesso e na eficácia da sua aplicação." Fonte site PNA 2010 colocar fonte.</p>
	<p>Plano sectorial da rede natura 2000</p> <p>Plano Sectorial da Rede Natura (PSRN) 2000, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 5 de Junho;</p> <p>Os principais objetivos visam o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Através da inserção das normas e orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares; - A definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão, com vista à utilização sustentável do território; - Na medida em que são estes os planos vinculativos dos particulares;

Instrumentos de Gestão Territorial Âmbito Nacional	Pontos de referência para o Desenvolvimento Sustentável, Participação e Conservação da Natureza de forma integrada.
<p>Planos Setoriais de Incidência Territorial</p> <p>Planos sectoriais são instrumentos de maior concretização das políticas para o ordenamento do território com incidência em diversas áreas da administração central como é o caso do ambiente e florestas. (Decreto-Lei 380/99)</p>	<p>Plano de ordenamento do espaço marítimo</p> <p>Plano de ordenamento do espaço marítimo (201º - Pagina INAG) (em elaboração na sequência do Despacho n.º 32277/2008, de 18 de Dezembro);</p> <p>– Efetuar o levantamento de todas as atividades que se desenvolvem nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição portuguesa, cartografando essas actividades e identificando o respectivo grau de dependência das comunidades locais e delimitar os espaços já consignados.</p> <p>– Ordenar os usos e atividades do espaço marítimo, presentes e futuros, em estreita articulação com a gestão da zona costeira.</p> <p>– Garantir a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marítimo no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial.</p> <p>– A necessidade de otimizar e integrar as dimensões económica, social e ambiental associadas ao uso e exploração do espaço marítimo e dos seus recursos, garantindo a sustentabilidade, a longo prazo, do ambiente e das atividades económicas;</p> <p>– A participação nos direitos e interesses sobre o espaço marítimo associada à responsabilização coletiva</p>

(Assembleia. República 1998), (MAMAOT 2007), (INAG 2000), (INAG 1994), (ICNB 2006), (INAG, Aveiro et al. 2010)

Analisando os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional podemos salientar alguns pontos importantes que vão de encontro ao desenvolvimento sustentável e por sua vez têm como principais elementos:

- Salvar e valorizar os recursos naturais e promover a sua utilização sustentável, bem como garantir a proteção dos valores ambientais e do património natural, paisagístico e cultural;
- Favorecer iniciativas e comportamentos dos particulares e dos agentes económicos convergentes com os objetivos definidos;
- Ponderação dos interesses públicos e privados em causa;
- O nível decisório mais próximo do cidadão;
- Participação, reforçando a consciência cívica dos cidadãos através do acesso à informação e à intervenção nos procedimentos de elaboração, execução, avaliação e revisão dos instrumentos de gestão territorial;

- Responsabilidade, compensação dos danos que ponham em causa a qualidade ambiental;
- Modelos de atuação baseados na concertação entre a iniciativa pública e a iniciativa privada na concretização dos instrumentos de gestão territorial;
- Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do país;
- Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos;
- Compatibilização dos interesses locais, regionais, nacionais e externos, o que se reflectirá no sucesso e na eficácia da sua aplicação;
- Orientações nos instrumentos de gestão territorial que vinculam diretamente os particulares;
- A definir nos planos de ordenamento que vinculam as entidades privadas, nos quais deverão ser fixados e zonados os usos do território e os regimes de gestão;
- Garantir a utilização sustentável dos recursos, a sua preservação e recuperação, potenciando a utilização eficiente do espaço marítimo no quadro de uma abordagem integrada e intersectorial;
- A participação nos direitos e interesses sobre o espaço marítimo associada à responsabilização coletiva.

2.3.3 Instrumentos de Conservação da Natureza e Biodiversidade no âmbito da Custódia do Território

Seguidamente apresentamos, Tabela 2.8, todos os instrumentos que serão importantes para a aplicação da Custódia do Território e algumas das políticas de conservação da natureza e biodiversidade.

Tabela 2.8 Os instrumentos de âmbito nacional das políticas de conservação da natureza e biodiversidade.

Conceito		Legislação
Legislação Áreas Protegidas		
Áreas Protegidas - Estatutos de Conservação	Estabelece a Rede Nacional de Áreas Protegidas	Decreto-Lei n.º 19/93 (D.R. n.º 19, Série I-A de 1993-01-23) Decreto-Lei n.º 227/98 (D.R. n.º 163, Série I-A de 1998-07-17) Alteração ao Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro
	Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade	Decreto-Lei n.º 142/2008, (D.R. n.º 142, de 2008-07-24) Revoga os Decretos-Leis n.ºs 264/79, de 1 de Agosto e 19/93, de 23 de Janeiro Declaração de Rectificação n.º 53-A/2008, (D.R. n.º 183, Série I, Suplemento de 2008-09-22) Rectifica o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho
	Integração de políticas sectoriais nas áreas protegidas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/96 (D.R. n.º 156, Série I-B de 1996-07-08)
	Estabelece o processo de candidatura e reconhecimento de áreas protegidas privadas	Portaria n.º 1181/2009 (D.R. n.º 194, Série I de 2009-10-07) - MAOTDR
Convenções / directivas / acordos		
Directivas Aves e Habitats	Transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens)	Decreto-Lei n.º 140/99 (D.R. n.º 96, Série I-A de 1999-04-24) Decreto-Lei n.º 49/2005 (D.R. n.º 39, Série I-A de 2005-02-24 - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril

Conceito		Legislação
Convenções / directivas / acordos		
Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial	Aprova a lista nacional de sítios (1.ª fase) prevista no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 226/97, de 27 de Agosto (transpõe para o direito interno a Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens)	Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 (D.R. n.º 198, Série I-B de 1997-08-28)
	Cria diversas zonas de protecção especial e revê a transposição para a ordem jurídica interna das Directivas n.os 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio	Decreto-Lei n.º 384-B/99 (D.R. n.º 223, Série I-A, Suplemento de 1999-09-23)
	Aprova a 2.ª fase da lista nacional de sítios a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2000 (D.R. n.º 153, Série I-B de 2000-07-05)
	Divulga a lista dos sítios de importância comunitária (SIC) situados em território nacional pertencentes às regiões biogeográficas atlântica, mediterrânica e macaronésica	Portaria n.º 829/2007 (D.R. n.º 147, Série I de 2007-08-01)
	Aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 relativo ao território do continente	Resolução do Conselho de Ministros nº 115-A/2008, (D. R. nº 139, Série I, Suplemento de 2008-07-21)
Convenção sobre a Diversidade Biológica	Aprova, para ratificação, a Convenção sobre a Diversidade Biológica	Decreto nº 21/93 de 21 de Junho (D.R. n.º 143, Série I-A de 1993-06-21)

Conceito		Legislação
Convenções / directivas / acordos		
CITES	Transposição para Portugal da Convenção de Washington	Decreto n.º 50/80 (D.R. n.º168, Série I de 1980-07-23)
	Promove a aplicação da Convenção sobre o Comércio Internacional nas Espécies da Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES)	Decreto-Lei n.º 114/90 (D.R. n.º 80, Série I de 1990-04-05)
	Regulamenta o comércio internacional das espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção	Portaria n.º 236/91 (D.R. n.º 68, Série I-B de 1991-03-22)
	Estabelece a proibição de detenção animais vivos das espécies constantes no anexo II à Convenção CITES	Portaria n.º 359/1992 (D.R. n.º 268, Série II de 1992-11-19)
	Assegura a execução da Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies de Fauna e Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), do Regulamento (CE) n.º 338/97, do Conselho, de 9 de Dezembro de 1996, relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio, e do Regulamento (CE) n.º 865/2006, da Comissão, de 4 de Maio, revogando o Decreto-Lei n.º 114/90, de 5 de Abril	Decreto-Lei n.º 211/2009 (D.R. n.º 171, Série I de 2009-09-03) - MAOTDR
	Aprova a lista de espécies de cujos espécimes vivos, bem como dos híbridos deles resultantes, é proibida a detenção	Portaria n.º 1226/2009 (D.R. n.º 197, Série I de 2009-10-12)- MAOTDR, MADRP
	Regulamento de transposição da CITES para a União Europeia	Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho, de 9 de Dezembr
	Estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º338/97 do Conselho relativo à protecção de espécimes da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio.	Regulamento (CE) n.º 865/2006 da Comissão, de 4 de Maio
	Altera, no que respeita às colecções de amostras e a certas formalidades relacionadas com o comércio de espécies da fauna e da flora selvagens, o Regulamento (CE) n.º 865/2006 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho	Regulamento (CE) n.º 100/2008 da Comissão, de 4 de Fevereiro

Conceito	Legislação	
Convenções / directivas / acordos		
CITES	Estabelece restrições à introdução na Comunidade de espécimes de determinadas espécies da fauna e flora selvagens.	Regulamento (CE) n.º 359/2009 da Comissão de 30 de Abr
	Altera o Regulamento (CE) n.º 338/97 do Conselho relativo à protecção de espécies da fauna e da flora selvagens através do controlo do seu comércio	Regulamento (CE) n.º 709/2010 da Comissão de 22 de Julho
Convenção de Berna	Regulamenta a aplicação da convenção da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa	Decreto-Lei n.º 316/89 (D.R. n.º 219, Série I de 1989-09-22) Convenção de Berna (19.09.1979)
Convenção de Bona	Aprova para ratificação a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (CMS).	Decreto n.º 103/80 (D.R. n.º 236, Série I de 1980-10-11) Convenção de Bona (23.06.1979)
Acordos	Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha, relativo ao Programa de Reprodução em Cativeiro do Lince-ibérico	Decreto n.º 50/2008, D.R. n.º 203, Série I de 20-10-2008
	Aprova o Acordo de Cooperação, no domínio do Ambiente e do Ordenamento do Território entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos	Decreto n.º 51/2008, D. R. n.º 204, Série I de 21-10-2008
	Estabelece o regime jurídico aplicável à celebração de protocolos de cooperação transfronteiriça, bem como o respectivo procedimento de controlo prévio.	Decreto-Lei n.º 161/2009 (D.R. n.º 135, Série I de 2009-07-15)
Meio Marinho até 2020/Regime Jurídico	Estabelece o regime jurídico das medidas necessárias para garantir o bom estado ambiental do meio marinho até 2020, transpondo a Directiva n.º 2008/56/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de Junho.	Decreto-Lei n.º 108/2010, D.R. n.º 199, Série I de 2010-10-13

Conceito	Legislação	
Legislação Nacional - Proteção de espécies		
Exóticas	Regula a introdução na natureza de espécies não indígenas da flora e da fauna	Decreto-Lei n.º 565/99 - (D.R. n.º 295, Série I-A de 1999-12-21)
	Adopta providências destinadas a evitar a propagação e a continuação da existência da espécie denominada <i>Eichhornia crassipes</i> (Mart.), Solms., conhecida vulgarmente por jacinto-aquático, jacinto-de-água ou desmazelos.	Decreto-Lei n.º 165/74 (D.R. n.º 94, Série I de 1974-04-22) Processo em Revisão
	Comunicação da Comissão sobre Espécies Exóticas Invasoras”	Comunicação da Comissão sobre Espécies Exóticas Invasoras”
Espécies	Aprova para ratificação a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (CMS)	Decreto n.º 103/80 (D.R. n.º 236, Série I de 1980-10-11)
	Protecção do lobo ibérico	Lei n.º 90/88 (D.R. n.º 187, Série I de 1988-08-13)
	Regulamenta a aplicação da convenção da vida selvagem e dos habitats naturais na Europa	Decreto-Lei n.º 316/89. D.R. n.º 219, Série I de 1989-09-22
	Regime de protecção do azevinho espontâneo	Decreto-Lei n.º 423/89 (D.R. n.º 278, Série I de 1989-12-04)
	Regulamenta a Lei do lobo ibérico	Decreto-Lei n.º 139/90 (D.R. n.º 97, Série I de 1990-04-27)
	Revê a transposição para a ordem jurídica interna da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril (relativa à conservação das aves selvagens), e da Directiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de Maio (relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens). Revoga os Decretos-Leis n.os 75/91, de 14 de Fevereiro, 224/93, de 18 de Junho, e 226/97, de 27 de Agosto.	Decreto-Lei n.º 140/99. (D.R. n.º 96, Série I-A de 1999-04-24) Decreto-lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro,
	Estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira.	Decreto-Lei n.º 169/2001 (D.R. n.º 121, Série I-A de 2001-05-25) Decreto-Lei n.º 155/2004 (D.R. n.º 152, Série I-A de 2004-06-30) - Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001
	Aprova o Regulamento da Actividade de Observação de Cetáceos nas Águas de Portugal Continental	Decreto-Lei n.º 9/2006 (D.R. n.º 5, Série I-A de 2006-01-06)

Conceito		Legislação
Legislação Nacional - Proteção de espécies		
Espécies	Plano de Acção para a Conservação do Lince-ibérico em Portugal.	Despacho n.º 12697/2008, D.R. n.º 87, Série II de 2008-05-06
	Cria a Rede Nacional de Centros de Recuperação para a Fauna	Portaria n.º 1112/2009 (D.R. n.º 188, Série I de 2009-09-28)
	Regulamenta as condições de organização, manutenção e actualização do Registo Nacional CITES e as condições do exercício das actividades que impliquem a detenção de várias espécies.	Portaria n.º 7/2010, de 5 de Janeiro, DR, 1ª Série, n.º 2.
Floresta / Incêndios Rurais / Agricultura		
Estabelece o condicionamento da arborização com espécies florestais de rápido crescimento		Decreto-Lei n.º 175/88 (D.R. n.º 114, Série Ide 1988-05-17)
Estabelece regras de ordenamento das zonas percorridas por incêndios florestais em áreas protegidas		Decreto-Lei n.º 180/89 (D.R. n.º 123, Série Ide 1989-05-30)
Define os serviços competentes para a decisão de aplicação de coimas e sanções acessórias em processos de contra-ordenação em matéria de legislação florestal		Decreto-Lei n.º 20/98 (D.R. n.º 28, Série I-Ade 1998-02-03) Decreto-Lei n.º 253/98 (D.R. n.º 184, Série I-Ade 1998-08-11) - Altera o Decreto-Lei n.º 20/98, de 3 de Fevereiro
Indica as entidades que, no território nacional, participam directamente na prevenção, detecção, vigilância e combate a incêndios, bem como as que prestam socorro de emergência pré-hospitalar nas Regiões Autónomas, para efeitos de aplicação do disposto no Decreto-Lei n.º 144/97, de 7 de Junho (diploma que veio conceder reduções nas taxas de utilização do espectro radioeléctrico e com actuação na área de protecção civil e da prevenção e combate a incêndios)		Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/98 (D.R. n.º 36, Série I-B de 1998-02-12)
Cria a Comissão de Recurso e Análise de Projectos Florestais e define as respectivas atribuições, competências e funcionamento. Regulamenta a Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto (Lei de Bases da Política Florestal)		Decreto-Lei n.º 224/98 (D.R. n.º 163, Série I-A de 1998-07-17)
Regula o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos planos regionais de ordenamento florestal (PROF), a aplicar nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto		Decreto-Lei n.º 204/99 (D.R. n.º 133, Série I-A de 1999-06-09)
Estabelece para a implementação da Rede Nacional de Emergência e Segurança a denominação do projecto e da rede como SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal		Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2002 (D.R. n.º 30, Série I-B de 2002-02-05)

Conceito	Legislação
Floresta / Incêndios Rurais / Agricultura	
Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS)	Decreto-Lei n.º 64/2004 (D.R. n.º 69, Série I-Ade 2004-03-22) - Estabelece as regras gerais de aplicação do Portaria n.º 176/2005 (D.R. n.º 31, Série I-Bde 2005-02-14) - Aprova o Regulamento de Aplicação dos Planos Zonais na intervenção «Medidas agro-ambientais», do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS) Portaria n.º 503/2005 (D.R. n.º 108, Série I-Bde 2005-06-06) - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas Altera vários artigos do Regulamento de Aplicação dos Planos Zonais na intervenção «Medidas agro-ambientais», do Plano de Desenvolvimento Rural (RURIS), aprovado pela Portaria n.º 176/2005, de 14 de Fevereiro
Cria as comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios	Lei n.º 14/2004 (D.R. n.º 108, Série I-Ade 2004-05-08)
Cria o programa «Voluntariado jovem para as florestas»	Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2005 (D.R. n.º 51, Série I-B de 2005-03-14) Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 (D.R. n.º 102, Série I-B de 2006-05-26)
Regulamenta o Decreto-Lei n.º 22/2006, de 2 de Fevereiro, definindo os termos em que se processa a coordenação da actividade dos serviços dependentes dos Ministérios da Administração Interna, do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas no âmbito da defesa da floresta contra incêndios	Portaria n.º 798/2006 (D.R. n.º 155, Série I de 2006-08-11)
Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas	Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2006 (D.R. n.º 179, Série I de 2006-09-15)
Estabelece medidas de protecção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios	Decreto-Lei n.º 55/2007 (D.R. n.º 50, Série I de 2007-03-12) Declaração de Rectificação n.º 37/2007 (D.R. n.º 89, Série I de 2007-05-09) - De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 55/2007, do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, sobre a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 327/90, de 22 de Outubro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 54/91, de 8 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 34/99, de 5 de Fevereiro
Rectifica a Portaria n.º 678/2009, de 23 de Junho, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, que define o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios para 2009, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009	• Declaração de Rectificação n.º 49/2009 (D.R. n.º 134, Série I de 2009-07-14) - PCM

Conceito	Legislação
Floresta / Incêndios Rurais / Agricultura	
Aprova o Código Florestal	Decreto-Lei n.º 254/2009 (D.R. n.º 186, Série I de 2009-09-24) Declaração de Rectificação n.º 88/2009 (D.R. n.º 227, Série I de 2009-11-23) - PCM - Centro Jurídico
(ICNF 2012)	

Para uma possível aplicação e implementação da custódia do território e tal como temos vindo a descrever, os principais recursos de conservação e os principais objetivos de conservação prendem-se com a conservação da natureza e biodiversidade. Para além disso algumas iniciativas de custódia do território tiveram por base estes instrumentos. Assim é importante ter em conta os diferentes elementos legislativos enunciados seguidamente:

- Áreas Protegidas - Estatutos de Conservação
- Directivas Aves e Habitats
- Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Protecção Especial
- Convenção sobre a Diversidade Biológica
- CITES
- Convenção de Berna
- Convenção de Bona
- Acordos
- Meio Marinho até 2020/Regime Jurídico
- Exóticas
- Espécies
- Floresta / Incêndios Rurais / Agricultura

Estas leis permitem para além de incentivar as iniciativas de custódia também ajudar a desenvolver medidas de gestão adequadas tendo em conta os objetivos a que se propõem cada acordo de conservação.

2.3.4 Quadro legal dos Regimes de Propriedade em Portugal

Para tentar estudar a possibilidade de aplicação da Custódia do Território em Portugal é necessário antes de mais analisar os regimes de propriedade em Portugal, para que se possa diferenciar entre propriedade privada, propriedade do estado e o domínio público hídrico ou marítimo de forma a identificar quais as propriedades onde possam ser estabelecidos acordos de custódia e facilitar a seleção dos possíveis acordos a utilizar.

Esta análise aos regimes de propriedade é importante já que é importante definir em concreto que tipo de propriedade pertence ao âmbito público e privado, para definir a aplicação concreta ao nosso caso de estudo. O caso de estudo incide num habitat específico no sistema lagunar da “Ria” de Aveiro, área onde domínio público e privado em alguns casos é de complexa definição.

2.3.4.1 O conceito de propriedade

Para analisar o conceito de propriedade em Portugal analisamos o Código Civil Português que define no artigo nº1302 como objeto do direito privado “*Só as coisas corpóreas, móveis ou*

imóveis, podem ser objecto do direito de propriedade regulado neste código”. e como conteúdo do direito de propriedade no artigo nº1305 “O proprietário goza de modo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição das coisas que lhe pertencem, dentro dos limites da lei e com observância das restrições por ela impostas”.

Relativamente ao conceito de propriedade apresentado anteriormente existem algumas restrições para o regime de propriedade que são as seguintes:

- «Numerus clausus» - Não é permitida a constituição, com carácter real, de restrições ao direito de propriedade ou de figuras parcelares deste direito senão nos casos previstos na lei; toda a restrição resultante de negócio jurídico, que não esteja nestas condições, tem natureza obrigacional; O quinhão (partilha, herança) e o compáscuo (direito de utilizar um pasto comum) constituídos até à entrada em vigor deste código ficam sujeitos à legislação anterior.
- Propriedade resolúvel e temporária - O direito de propriedade pode constituir-se sob condição; A propriedade temporária só é admitida nos casos especialmente previstos na lei; À propriedade sob condição é aplicável o disposto nos artigos 272º a 277º.
- Expropriações - Ninguém pode ser privada, no todo ou em parte, do seu direito de propriedade senão nos casos fixados na lei.
- Requisições - Só nos casos previstos na lei pode ter lugar a requisição temporária de coisas do domínio privado.
- Indemnização - Havendo expropriação por utilidade pública ou particular ou requisição de bens, é sempre devida a indemnização adequada ao proprietário e aos titulares dos outros direitos reais afectados.

(Verbo.Jurídico 2010)

2.3.4.1.1 Propriedade das águas

Existem diferentes definições ao nível da propriedade tendo em conta diferentes recursos, tais como o regime de propriedade sobre as águas, que se acordo com o Código Civil são definidos como *“As águas são públicas ou particulares; as primeiras estão sujeitas ao regime estabelecido em leis especiais e as segundas às disposições dos artigos seguintes”.*

Na definição da propriedade das águas, podem ser classificadas como públicas ou privadas, Relativamente ao regime sobre a propriedade das águas particulares de acordo com (Verbo.Jurídico 2010), as águas particulares são:

- As águas que nascerem em prédio particular e as pluviais que nele caírem, enquanto não transpuserem, abandonadas, os limites do mesmo prédio ou daquele para onde o dono dele as tiver conduzido, e ainda as que, ultrapassando esses limites e correndo por prédios particulares, forem consumidas antes de se lançarem no mar ou em outra água pública;
- As águas subterrâneas existentes em prédios particulares;
- Os lagos e lagoas existentes dentro de um prédio particular, quando não sejam alimentados por corrente pública;

- As águas originariamente públicas que tenham entrado no domínio privado até 21 de Março de 1868, por preocupação, doação régia ou concessão;
- As águas públicas concedidas perpetuamente para regas ou melhoramentos agrícolas;
- As águas subterrâneas existentes em terrenos públicos, municipais ou de freguesia, exploradas mediante licença e destinadas a regas ou melhoramentos agrícolas.
- Os poços, galerias, canais, levadas, aquedutos, reservatórios, albufeiras e demais obras destinadas à captação, derivação ou armazenamento de águas públicas ou particulares;
- O leito ou álveo das correntes não navegáveis nem fluviáveis que atravessam terrenos particulares.

2.3.4.1.2 Co-propriedade

Existe propriedade em comum, ou co-propriedade, quando duas ou mais pessoas são simultaneamente titulares do direito de propriedade sobre a mesma coisa.

Os direitos dos consortes ou comproprietários sobre a coisa comum são qualitativamente iguais, embora possam ser quantitativamente diferentes; as quotas presumem-se, todavia, quantitativamente iguais na falta de indicação em contrário do título constitutivo.

As regras da compropriedade são aplicáveis, com as necessárias adaptações, à comunhão de quaisquer outros direitos, sem prejuízo do disposto especialmente para cada um deles.

2.3.4.1.3 Propriedade de imóveis

A propriedade dos imóveis abrange o espaço aéreo correspondente à superfície, bem como o subsolo, com tudo o que neles se contém e não esteja desintegrado do domínio por lei ou negócio jurídico. É importante salientar que as coisas imóveis sem dono conhecido consideram-se do património do Estado.

2.3.4.1.3.1.1 Domínio do Estado e outras pessoas Coletivas

Conceito de Domínio Público

Para além do domínio privado é importante ter em atenção a sua diferenciação com o regime a propriedade pública. Assim de acordo com o artigo 1304º do Código Civil Português *“O domínio das coisas pertencentes ao Estado ou a quaisquer outras pessoas colectivas públicas está igualmente sujeito às disposições deste código em tudo o que não for especialmente regulado e não contrarie a natureza própria daquele domínio”*.

O conjunto das coisas e direitos públicos pertencentes à Administração formam o domínio público, objectivamente considerado. Por isso as coisas públicas são também denominadas bens de domínio público. De salientar, ainda, que também fazem parte do domínio público os direitos da Administração sobre as coisas particulares, nomeadamente, as servidões administrativas (Caetano, 1990). Das múltiplas definições de bens de domínio público encontradas na doutrina, podemos apresentar a seguinte:

-“1- Conjunto das coisas que, pertencendo a uma pessoa colectiva de direito público de população e território, são submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afectadas,

a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua in comerciabilidade, em ordem a preservar a produção dessa utilidade pública (acepção objectiva). 2- Conjunto de normas que definem e regulam os direitos que se exercem sobre as coisas públicas (acepção institucional)”. (Jorge Alves and Carvalho)

Objeto do Domínio Público

São classificadas como públicas atendendo ao fim a que se destinam e de acordo com as características que apresentam. Neste sentido, a doutrina tem-se dividido e, diversos autores advogam quais os critérios a que os bens devem obedecer para que se possam considerar do domínio público. Os critérios, bem como os respectivos autores, são os seguintes:

- São dominiais os bens afectos ao uso imediato do público e insusceptíveis de propriedade privada (Bérthélemy);
- São dominiais os bens afectos ao uso do público ou aos serviços públicos. Critério de uso público directo ou indirecto (Hauriou);
- São dominiais os bens que desempenham o papel principal em serviços públicos essenciais (Jèze);
- São dominiais os bens particularmente adoptados ao funcionamento de um serviço público ou à satisfação de uma necessidade pública e que não podem ser substituídos sem inconveniente (Waline);
- São dominiais os bens que por si só oferecem imediata utilidade pública na satisfação dos interesses sociais de maior gravidade (Otto Mayer).

Dado que não se consegue encontrar uma teoria que clarifique o que é ou não coisa pública, podemos tentar, de entre diversas coisas consideradas como públicas pelos vários países, onde vigora o instituto jurídico do domínio público, verificar se existem algumas semelhanças que nos possam elucidar melhor. Por sua vez, de acordo com, as categorias de coisas que hoje são consideradas públicas na generalidade das legislações são três:

- A do domínio de circulação que é, por definição, constituída pelas coisas indispensáveis à sobrevivência e funcionamento da Nação, em tempo de paz ou de guerra, e que, por esta via, constituem elementos essenciais a todo o sistema de defesa nacional, o que implica estarem fundamentalmente a cargo do Estado;
- A do domínio militar, constituída pelas coisas ao dispor das Forças Armadas, destinando-se, essencialmente, à utilização em tempo de guerra, sendo imprescindíveis à defesa nacional, pelo que se encontram unicamente sob a responsabilidade do Estado;
- A do domínio cultural, composta por coisas que, embora constituam a expressão espiritual superior de um Povo, como comunidade humana, não são tão importantes como as duas classes anteriormente apresentadas.

Assim através do quadro abaixo, Tabela 2.9, indicado podemos observar os bens como dominiais pela CRP, Decreto-Lei nº 477/80, de 15 de Outubro e pela portaria nº671/2000, de 17 de Abril, que

estabelece o Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) são discriminados na tabela seguinte (Jorge Alves and Carvalho):

Tabela 2.9 Apresentação dos bens de domínio público.

Bens Classificados como Dominiais	Diploma Legal		Portaria (CIBE)	671/2000
	CRP	DL 477/80		
As águas territoriais como os leitos e os fundos marinhos contínuos, bem como os lagos, lagoas, e cursos de água navegáveis ou flutuantes, com os respetivos leitos	X	X	X	
As camadas áreas superiores ao território acima do limite reconhecido ao proprietário ou superficiário.	X	X		
Os jazigos minerais, as nascentes de águas mineromedicinais, as cavidades naturais e subterrâneas existentes no subsolo, com exceção das rochas, terras comuns e outros materiais habitualmente usados na construção	X	X	X	
As estradas e as linhas férreas nacionais como os seus acessórios e obras de arte.				
Os outros bens de domínio público hídrico referidos ao Decreto Lei nº 5:787 , de 10 de Maio de 1919, e no Decreto Lei nº 468/71, de 5 de Novembro		X	X	
As valas abertas pelo Estado e as barragens de utilidade pública		X	X	
Os portos artificiais e docas, os aeroportos e aeródromo de interesse publico do Estado para a Secretaria da Presidência e para a sua residência e das pessoas da sua família.				
Os direitos públicos sobre imoveis privados classificados ou de uso e fruição sobre quaisquer bens privados.		X		
As servidões administrativas e as restrições de utilidade pública ao direito de propriedade		X		
Quaisquer outros bens do Estado sujeitos por lei ao regime do domínio público	X	X	X	
Terrenos classificados como espaço natural ou zona verde, de lazer, praças públicas ou para instalação de infraestruturas ou equipamentos públicos			X	
Cemitérios públicos			X	

(Jorge Alves and Carvalho)

Classificação e Administração do Domínio Público

No Direito português existem vários sistemas propostos com vista à classificação, por grupos, dos bens do domínio público, tais como os que se baseiam (Jorge Alves and Carvalho):

- Na função que os bens desempenham (domínio público militar, de circulação, cultural, entre outros.),
- No titular do direito da propriedade pública (domínio público do Estado, da região autónoma, do município e da freguesia),

- No processo da sua criação (domínio público natural e artificial) e na consistência material das coisas (domínio público terrestre, hídrico e aéreo) (Fernandes, 1991).

Domínio Público Hídrico

Domínio público hídrico, é o que diz respeito às águas públicas. Por se encontrar integrado no domínio público do Estado, os bens, naturais ou artificiais, que o constituem estão, nos termos da lei, submetidos a um regime especial de protecção em ordem a garantir que desempenhem o fim de utilidade pública a que se destinam, regime que os subtrai à disciplina jurídica dos bens do domínio privado tornando-os “inalienáveis, impenhoráveis e imprescritíveis”. É habitual subdividi-lo em, Tabela 2.10:

Tabela 2.10 Bens do domínio público hídrico.

Domínios do Domínio Público Hídrico	
Domínio marítimo	As águas territoriais, com os seus leitos e a plataforma continental (Constituição de 1933, art. 49º n.º 2); As águas do mar interiores, com os seus leitos e margens (Dec. N.º 5787-4 I, art. 1º n.º 1 e Decreto-Lei n.º 468/71, art. 1º, 2º, 3º e 5º); As demais águas sujeitadas à influência das marés nos rios, lagos e lagoas, com os seus leitos e margens, até aos limites interiores fixados no quadro n.º 1 do Decreto-Lei n.º 265/72 – Regulamento Geral das Capitanias (Dec. n.º 5787-4 I, art. 2º, 3º e 5º).
Domínio fluvial	Os cursos de água navegáveis ou flutuáveis, com seus leitos e margens, para montante dos limites interiores fixados pelo quadro n.º 1 do Decreto-Lei n.º 265/72 (Dec. n.º 5787-4 I, art. 2º, 3º e 5º); Os cursos de água não navegáveis nem flutuáveis que, por decreto especial, forem reconhecidos de utilidade pública como aproveitáveis para a produção de energia eléctrica, nacional ou regional, ou para irrigação (Constituição de 1933, art. 49º n.º 3); Os leitos e margens dos cursos de água não navegáveis nem flutuáveis nos troços em que atravessarem terrenos públicos (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 3 e Dec.-Lei n.º 468/71, art. 5º).
Domínio lacustre	Os lagos e lagoas navegáveis ou flutuáveis que não se situem dentro de um prédio particular, com seus leitos e margens (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4); Os lagos e lagoas navegáveis que situando-se dentro de um prédio particular sejam alimentados por corrente pública, com seus leitos e margens (Dec. n.º 5787-4 I, art. 2º n.º 2 <i>a contrario</i>); Os lagos e lagoas não navegáveis nem flutuáveis que, por decreto especial, forem reconhecidos de utilidade pública como aproveitáveis para a produção de energia eléctrica nacional ou regional, ou para irrigação (Constituição de 1933, art. 49º n.º 3); Os lagos e lagoas não navegáveis nem flutuáveis formados pela natureza em terrenos públicos (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4); Os lagos e lagoas não navegáveis nem flutuáveis circundados por diversos prédios particulares (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 4).
Outros bens:	Os canais e valas navegáveis ou flutuáveis, com os respectivos leitos e margens (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º, n.º 2); As valas abertas pelo Estado com os respectivos leitos e margens (Constituição de 1933, art. 49º n.º 4 e Dec.-Lei n.º 468/71); Os pântanos formados pela natureza em terrenos públicos (Dec. n.º 5787-4 I, art. 10º n.º 4); Os pântanos circundados por diversos prédios particulares (<i>ibidem</i>); As águas nativas que brotarem em terrenos públicos, municipais ou de

	<p>freguesia (Dec. n.º 5787-4 I, art. 10º n.º 5);</p> <p>As águas pluviais que caírem em terrenos públicos, municipais ou de freguesia (<i>ibidem</i>);</p> <p>As águas que correrem pelos terrenos públicos, municipais ou de freguesia (<i>ibidem</i>);</p> <p>As águas subterrâneas que existam em terrenos públicos, municipais ou de freguesia (<i>ibidem</i>);</p> <p>As águas de fontes públicas (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 6);</p> <p>As águas dos poços e reservatórios construídos à custa dos concelhos e das freguesias (<i>ibidem</i>);</p> <p>As águas que tenham início em qualquer prédio particular, do Estado ou dos corpos administrativos, logo que umas e outras transpuserem abandonadas os limites dos respectivos prédios ou forem lançar-se em outras águas públicas ou no mar (Dec. n.º 5787-4 I, art. 1º n.º 6).</p>
--	--

(INAG 2004)

Os bens do domínio público estão juridicamente afectos ao uso comum, isto é, em regra podem ser livre e gratuitamente utilizados por todos, em conformidade com a sua função principal.

O Estado pode, no entanto, através da respectiva entidade administrante, autorizar a particulares o uso privativo de determinadas parcelas do domínio público hídrico, mediante a atribuição de uma licença ou concessão, consoante a natureza do uso em questão. (INAG 2004)

Conceito de Leito e seus Limites

Entende-se por leito o terreno coberto pelas águas, quando não influenciadas por cheias extraordinárias, inundações ou tempestades. No leito compreendem-se os mouchões (ilhas cultiváveis formadas nos rios), nele formado por deposição aluvial.

O leito das águas do mar, bem como das demais águas sujeitas à influência das marés, é limitado pela linha da máxima preia-mar de águas vivas equinociais, habitualmente designada por LMPAVE. Esta linha é definida, para cada local, em função do espraiamento das vagas, em condições médias de agitação do mar, no primeiro caso, e em condições de cheias médias, no segundo.

O leito das restantes águas é limitado pela linha que corresponder à estrema dos terrenos que as águas cobrem em condições de cheias médias, sem transbordar para o solo natural, habitualmente enxuto. Esta linha é definida, conforme os casos, pela aresta ou crista superior do talude marginal ou pelo alinhamento da aresta ou crista do talude molhado das motas, cômoros, valados, tapadas ou muros marginais. (INAG 2000)

Conceito de Margem e sua Largura, Figura 2.4 e 2.5

Uma margem é uma faixa de terreno contíguo ao leito ou sobranceira à linha que limita o leito das águas. A margem das águas do mar, bem como a das águas navegáveis ou flutuáveis sujeita à jurisdição das autoridades marítimas ou portuárias, tem a largura de 50 metros; a margem das restantes águas navegáveis ou flutuáveis tem a largura de 30 metros; a margem das águas não navegáveis nem flutuáveis, nomeadamente torrentes, barrancos e córregos de caudal descontínuo, tem a largura de 10 metros. (INAG 2000)

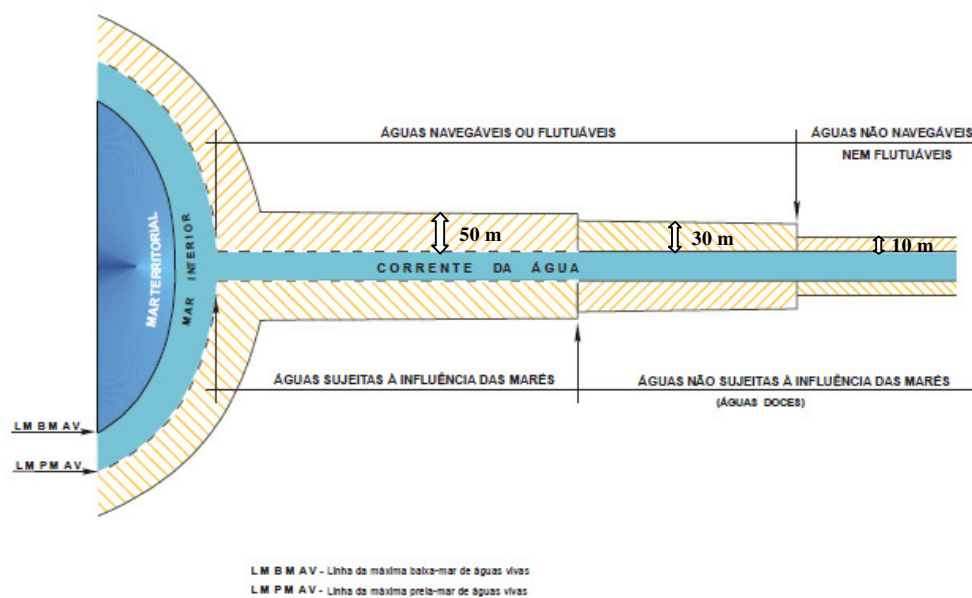


Figura 2.3 Esquema indicativo da largura das Margens (INAG 2000).

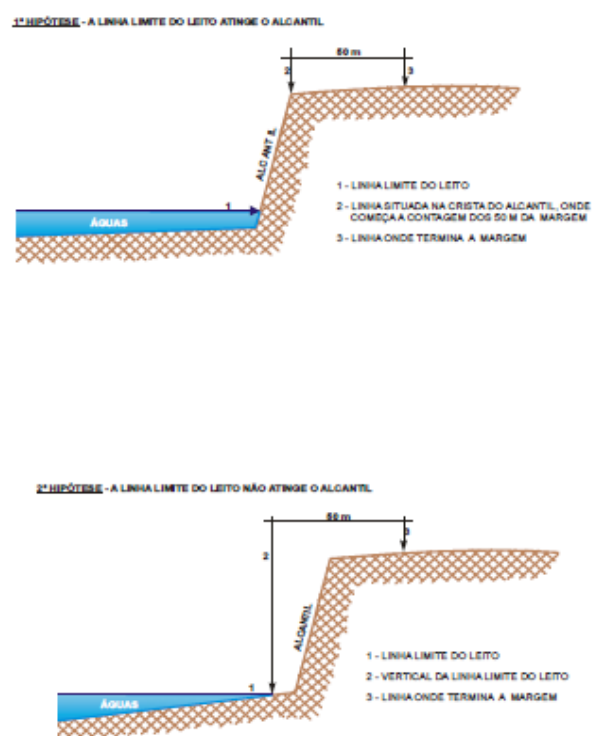


Figura 2.4 Margens com Arribas Alcantiladas (INAG 2000).

2.3.5 Figuras legais que podem permitir acordos de custódia do território

Depois de analisados os diferentes regimes de propriedade em Portugal e fazer a respetiva divisão e diferença entre regime de propriedade privada e propriedade pública, seguidamente apresentamos quais os tipos de acordos que poderão permitir e promover os acordos de custódia do território, Tabela 2.11.

Tabela 2.11 Descrição das formas possíveis para o estabelecimento de acordos que possam incentivar a custódia do território.

Figuras legais	Definição	Variantes
Usucapião	A posse do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo, mantida por certo lapso de tempo, faculta ao possuidor, salvo disposição em contrário, a aquisição do direito a cujo exercício corresponde a sua atuação: é o que se chama usucapião.	Usucapião de imóveis: Não podem adquirir-se por usucapião: a) As servidões prediais não aparentes; b) Os direitos de uso e de habitação. Usucapião de móveis: Os direitos reais sobre. Coisas móveis sujeitas a registo adquirem-se por usucapião, nos termos seguintes: a) Havendo título de aquisição e registo deste, quando a posse tiver durado dois anos, estando o possuidor de boa fé, ou quatro anos, se estiver de má fé; b) Não havendo registo, quando a posse tiver durado dez anos, independentemente da boa fé do possuidor e da existência de título.
Aquisição da propriedade	O direito de propriedade adquire-se por contrato, sucessão por morte, usucapião, ocupação, acessão e demais modos previstos na lei. O momento da aquisição do direito de propriedade é: a) No caso de contrato, o designado nos artigos 408º e 409º; b) No caso de sucessão por morte, o da abertura da sucessão; c) No caso de usucapião, o do início da posse; d) Nos casos de ocupação e acessão, o da verificação dos factos respectivos.	
Ocupação	Podem ser adquiridos por ocupação os animais e outras coisas móveis que nunca tiveram dono, ou foram abandonados, perdidos ou escondidos pelos seus proprietários, salvas as restrições dos artigos seguintes.	
Acessão	Dá-se a acessão, quando com a coisa que é propriedade de alguém se une e incorpora outra coisa que lhe não pertencia.	Acessão Natural: A acessão diz-se natural, quando resulta exclusivamente das forças da natureza; Aluvião - Pertence aos donos dos prédios confinantes com quaisquer correntes de água tudo o que, por acção das águas, se lhes unir ou neles for depositado, sucessiva e imperceptivelmente. Avulsão - Se, por acção natural e violenta, a corrente arrancar quaisquer plantas ou levar qualquer objecto ou porção conhecida de terreno, e arrojá-las sobre prédio alheio, o dono delas tem o direito de exigir que lhe sejam entregues, contanto que o faça dentro de seis meses, se antes não foi notificado para fazer a remoção no prazo judicialmente assinado. Mudança de leito - Se a corrente mudar de direcção, abandonando o leito antigo, os proprietários deste conservam o direito que tinham sobre ele, e o dono do prédio invadido conserva igualmente a propriedade do terreno ocupado de novo pela corrente. Se a corrente se dividir em dois ramos ou braços, sem que o leito antigo seja abandonado, é ainda aplicável o disposto no número anterior. Formação de ilhas e mouchões, lagos e lagoas - As ilhas ou mouchões, ou lagos ou lagoas que se formem nas correntes de água pertencem ao dono da parte do leito ocupado.

Figuras legais	Definição	Variante
Acessão	Dá-se a acessão, quando com a coisa que é propriedade de alguém se une e incorpora outra coisa que lhe não pertencia.	Acessão industrial Dá-se a acessão industrial, quando, por facto do homem, se confundem objetos pertencentes a diversos donos, ou quando alguém aplica o trabalho próprio a matéria pertencente a outrem, confundindo o resultado desse trabalho com propriedade alheia. A acessão industrial é mobiliária ou imobiliária, conforme a natureza das coisas.
Usufruto	<p>Usufruto é o direito de gozar temporária e plenamente uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância.</p> <p>O usufruto pode ser constituído por contrato, testamento, usucapião ou disposição da lei. Se este for constituído por contrato por contrato ou testamento em favor de várias pessoas só após morte da última.</p> <p>Duração. Tem normalmente duração do da vida do usufrutuário, mas se for constituído a favor de uma pessoa coletiva, de direito público ou privado a sua duração é de cerca de 30 anos.</p> <p>Trespasse a terceiros. Pode ser trespasado a terceiros definitivamente ou temporariamente, mas o usufrutuário é que responde pelo que possa acontecer.</p> <p>Direitos e obrigações do usufrutuário</p> <p>Os direitos e obrigações do usufrutuário são regulados pelo título constitutivo do usufruto; na falta ou insuficiência deste, observar-se-ão as disposições seguintes.</p> <p>Uso, fruição e administração da coisa ou do direito</p> <p>O usufrutuário pode usar, fruir e administrar a coisa ou o direito como faria um bom pai de família, respeitando o seu destino económico.</p> <p>Âmbito do usufruto</p> <p>O usufruto abrange as coisas acrescidas e todos os direitos inerentes à coisa usufruída.</p>	<p>Usufruto simultâneo e sucessivo - O usufruto pode ser constituído em favor de uma ou mais pessoas, simultânea ou sucessivamente, contanto que existam ao tempo em que o direito do primeiro usufrutuário se torne efetivo.</p> <p>Usufruto de coisas consumíveis - Quando o usufruto tiver por objeto coisas consumíveis, pode o usufrutuário servir-se delas ou aliená-las, mas é obrigado a restituir o seu valor, findo o usufruto, no caso de as coisas terem sido estimadas; se o não fora, a restituição será feita pela entrega de outras do mesmo género, qualidade ou quantidade, ou do valor destas na conjuntura em que findar o usufruto. O usufruto de coisas consumíveis não importa transferência da propriedade para o usufrutuário.</p> <p>Usufruto de coisas deterioráveis - Se o usufruto abranger coisas que, não sendo consumíveis, são, todavia, susceptíveis de se deteriorarem pelo uso, não é o usufrutuário obrigado a mais do que restituí-las no fim do usufruto como se encontrarem, a não ser que tenham sido deterioradas por uso diverso daquele que lhes era próprio ou por culpa do usufrutuário. Se as não apresentar, o usufrutuário responde pelo valor que as coisas tinham na conjuntura em que começou o usufruto, salvo se provar que perderam todo o seu valor em uso legítimo.</p>

Figuras legais	Definição	Variante
Direito de superfície	<p>O direito de superfície consiste na faculdade de construir ou manter, perpétua ou temporariamente, uma obra em terreno alheio, ou de nele fazer ou manter plantações. O direito de superfície constituído pelo Estado ou por pessoas coletivas públicas em terrenos do seu domínio privado fica sujeito a legislação especial e, subsidiariamente, às disposições deste código.</p> <p>O direito de superfície pode ser constituído por contrato, testamento ou usucapião, e pode resultar da alienação de obra ou árvores já existentes, separadamente da propriedade do solo.</p>	
Servidões	As servidões são reguladas, no que respeita à sua extensão e exercício, pelo respetivo título.	<p>Servidões prediais Servidão predial é o encargo imposto num prédio em proveito exclusivo de outro prédio pertencente a dono diferente; diz-se serviente o prédio sujeito à servidão e dominante o que dela beneficia. Podem ser objecto da servidão quaisquer utilidades, ainda que futuras ou eventuais, susceptíveis de ser gozadas por intermédio do prédio dominante, mesmo que não aumentem o seu valor. As servidões prediais podem ser constituídas por contrato, testamento, usucapião ou destinação do pai de família.</p> <p>Servidões legais Servidões legais de passagem Servidão em benefício de prédio encravado Servidões de passagem para o aproveitamento de águas</p> <p>Servidões legais de águas Aproveitamento de águas para gastos domésticos Aproveitamento de águas para fins agrícolas Servidão legal de presa Servidão legal de aqueduto para o aproveitamento de águas públicas Servidão legal de escoamento</p>
Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos	<p>Chama-se emparcelamento o conjunto de operações de remodelação predial destinadas a pôr termo à fragmentação e dispersão dos prédios rústicos pertencentes ao mesmo titular, com o fim de melhorar as condições técnicas e económicas da exploração agrícola.</p> <p>Os terrenos aptos para cultura não podem fraccionar-se em parcelas de área inferior a determinada superfície mínima, correspondente à unidade de cultura fixada para cada zona do País; importa racionamento, para este efeito, a constituição de usufruto sobre uma parcela do terreno.</p>	
Troca de terrenos	<p>Troca de terrenos</p> <p>A troca de terrenos aptos para cultura só é admissível:</p> <p>a) Quando ambos os terrenos tenham área igual ou superior à unidade de cultura fixada para a respectiva zona;</p> <p>b) Quando, tendo qualquer dos terrenos área inferior à unidade de cultura, da permuta resulte adquirir um dos proprietários terreno contíguo a outro que lhe pertença, em termos que lhe permitam constituir um novo prédio com área igual ou superior àquela unidade;</p> <p>c) Quando, independentemente da área dos terrenos, ambos os permutantes adquiram terreno confinante com prédio seu.</p>	

(Verbo.Jurídico 2010)

Todas estas figuras legais à semelhança dos países onde a custódia do território tem vindo a desenvolver-se, são importantes instrumentos que permitem a aplicação de acordos de custódia.

2.3.6 Incentivos Fiscais de possível aplicação para a Custódia do Território

Para o caso português é também importante fazer uma breve análise aos diferentes benefícios fiscais que já existem na lei e que nos permite de alguma maneira a aplicabilidade da custódia do território, e que são apresentados na Tabela 2.12.

Tabela 2.12 Incentivos fiscais possíveis para as diferentes entidades em Portugal

Entidade	Objeto	Benefícios
Entidades sem fins lucrativos		<p>Ao adquirir o estatuto de utilidade pública, as entidades passam a beneficiar da isenção subjectiva e objectiva do rendimento das pessoas colectivas</p> <p>Imposto sobre o valor acrescentado (IVA), as entidades sem fins lucrativos podem beneficiar das isenções.</p> <p>Ao nível dos impostos sobre o património, o legislador português previu no caso do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) um regime de isenção subjectiva que dispensa, em certas condições, a tributação das aquisições de bens imóveis a título oneroso. No caso do imposto municipal sobre imóveis (IMI), o legislador consagrou igualmente uma isenção subjectiva a favor destas entidades e uma isenção objectiva relativamente aos prédios destinados à realização dos fins prosseguidos pelas entidades.</p>
Empresas sediadas em Portugal	Fundos de investimento imobiliário em recursos florestais	Ficam isentos de IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário, que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional, desde que pelo menos 75 % dos seus activos estejam afectos à exploração de recursos florestais e desde que a mesma esteja submetida a planos de gestão florestal, aprovados e executados de acordo com a regulamentação em vigor, ou seja objecto de certificação florestal realizada por entidade legalmente acreditada.
	Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo	<p>Pode ser concedido um crédito entre 10% e 20% da colecta de IRC, e concedidas isenções ou reduções de IMT, IMI e Imposto do Selo, aos projectos de investimento (de valor igual ou superior a 5.000.000 €), realizados até 31 de Dezembro de 2020, desde que relevantes para o desenvolvimento dos sectores considerados de interesse estratégico para a economia nacional e para a redução das assimetrias regionais, que induzam a criação de postos de trabalho e que contribuam para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional. Os projectos de investimento de empresas portuguesas no estrangeiro, de montante igual ou superior a 250.000 € e que demonstrem interesse estratégico para a internacionalização da economia portuguesa podem beneficiar de (i) um crédito de IRC entre 10% e 20%, limitado a 25% da colecta, não podendo exceder, por exercício, 1.000.000 €, e (ii) eliminação da dupla tributação económica, nos termos e condições estabelecidos no artigo 51º do Código do IRC, durante o período contratual, quando o investimento seja efectuado sob a forma de constituição ou aquisição de sociedades estrangeiras.</p>

Entidade	Objeto	Benefícios
Empresas sediadas em Portugal	Sistema de incentivos em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)	<p>O SIFIDE II vigora até 2015.</p> <p>Nos termos do SIFIDE II, são dedutíveis à colecta, em determinadas condições, as despesas com investigação e desenvolvimento, nas seguintes percentagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - 32,5% das despesas realizadas no exercício; - 50% do acréscimo das despesas do exercício relativamente à média dos 2 exercícios anteriores, até ao limite de 1.500.000 €. - a percentagem de 32,5% é majorada em 10% no caso de PME que não beneficiem da taxa incremental de 50% por não terem ainda completado 2 exercícios de actividade. <p>As empresas deverão obter uma declaração comprovativa emitida por entidade nomeada pelo Ministro da Economia e Emprego.</p> <ul style="list-style-type: none"> - 70% das despesas relativas à contratação de doutorados pelas empresas para as actividades de investigação e desenvolvimento, até ao limite de 1.800.000 €.
	Regime Fiscal de Apoio ao Investimento realizado em 2009 (RFAI)	<p>O RFAI2009 foi prorrogado sendo aplicável a investimentos relevantes realizados até 31 de Dezembro de 2012 em determinado imobilizado corpóreo e incorpóreo. Prevê-se uma dedução à colecta, até à concorrência de 25% da mesma, para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - investimentos até 5.000.000 €, dedução de 20% do investimento relevante; - investimentos superiores a 5.000.000 €, dedução de 10% do investimento relevante. <p>São ainda concedidas isenções de IMI, IMT e Imposto do Selo relativamente a aquisição de prédios que constituam investimento relevante.</p>
	Benefícios Fiscais à Interioridade	<p>Medidas de combate à desertificação humana e incentivadoras da recuperação acelerada das zonas do interior.</p> <p>Às empresas que exerçam directamente e a título principal, uma actividade económica de natureza agrícola, comercial, industrial ou de prestação de serviços nas áreas do interior, adiante designadas “áreas beneficiárias”, são concedidos os benefícios fiscais seguintes:</p> <ol style="list-style-type: none"> É reduzida a 15% a taxa de IRC, para as entidades cuja actividade principal se situe nas áreas beneficiárias; No caso de instalação de novas entidades, cuja actividade principal se situe nas áreas beneficiárias, a taxa é reduzida a 10% durante os primeiros 5 exercícios de actividade; As reintegrações e amortizações relativas a despesas de investimentos até € 500.000, com exclusão das respeitantes à aquisição de terrenos e de veículos ligeiros de passageiros, dos sujeitos passivos de IRC que exerçam a sua actividade principal nas áreas beneficiárias podem ser deduzidas, para efeitos da determinação do lucro tributável, com a majoração de 30%; Os encargos sociais obrigatórios suportados pela entidade empregadora relativos à criação líquida de postos de trabalho por tempo indeterminado nas áreas beneficiárias são deduzidos, para efeitos da determinação

	<p>do lucro tributável, com uma majoração de 50%, uma única vez por trabalhador admitido nessa entidade ou outra entidade com a qual existam relações especiais nos termos do Código do IRC.</p> <p>Ficam isentas do pagamento de IMT, na medida em que tal esteja autorizado pelo órgão deliberativo do respectivo município e desde que participadas nos termos da lei ao serviço de finanças competente, as aquisições:</p> <p>a) Por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fracção autónoma de prédio urbano situado nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente a primeira habitação própria permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%;</p> <p>b) De prédios ou fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas.</p> <p>Para efeitos destes incentivos, as áreas beneficiárias são delimitadas de acordo com critérios que atendam, especialmente, à baixa densidade populacional, ao índice de compensação ou carência fiscal e à desigualdade de oportunidades sociais, económicas e culturais.</p> <p>As áreas territoriais que beneficiam, para efeitos do disposto no artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de incentivos à recuperação acelerada das regiões que sofrem de problemas de interioridade encontram-se definidas pela Portaria n.º 1117/2009, de 30 de Setembro, e são as seguintes: Alto Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Douro, Entre Douro e Vouga, Baixo Vouga, Minho-Lima, Tâmega, Baixo Mondego, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Dão-Lafões, Pinhal Interior Norte, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Alentejo Central, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve.</p>
Criação líquida de empregos	<p>As empresas que aumentem o número de empregados por via da admissão de jovens com idade superior a 16 anos e inferior a 35 anos, com excepção dos jovens com menos de 23 anos, que não tenham concluído o ensino secundário, e que não estejam a frequentar uma oferta de educação-formação que permita elevar o nível de escolaridade ou qualificação profissional para assegurar a conclusão desse nível de ensino, ou de desempregados de longa duração, por contrato sem termo, poderão majorar em 50% o custo fiscal relativo aos correspondentes encargos. Essa majoração poderá ser efectuada durante um período de 5 anos, a contar do início da vigência do contrato de trabalho. O montante máximo da majoração anual, por posto de trabalho, é de 14 vezes a retribuição mínima mensal garantida.</p> <p>A majoração em 50% dos encargos suportados com o mesmo colaborador passa, a partir de 2011, a poder ser aplicável a mais do que uma entidade patronal, desde que entre estas não existam relações especiais.</p> <p>- Este regime não é cumulável com outros incentivos de apoio ao emprego, aplicáveis ao mesmo trabalhador ou posto de trabalho.</p>

Entidade	Objeto	Benefícios
Empresas sediadas em Portugal	Mecenato	<p>São considerados como custo fiscal (dentro de determinados limites e, em determinadas circunstâncias, com majoração) os donativos concedidos a determinadas entidades cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, científica ou tecnológica, desportiva e educacional.</p> <p>Dedução para efeitos da determinação do lucro tributável das empresas</p> <p>Mecenato científico</p> <p>Deduções à colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares</p> <p>Imposto sobre o valor acrescentado - Transmissões de bens e prestações de serviços a título gratuito</p> <p>Mecenato para a sociedade de informação</p>
	Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e Sociedades de Capital de Risco (SCR)	<p>As SGPS e as SCR não são tributadas em IRC pelos lucros que lhes sejam distribuídos, desde que detenham uma participação no capital da subsidiária não inferior a 10% esta seja mantida durante pelo menos 1 ano;</p> <p>As mais-valias e menos-valias realizadas pela transmissão de partes de capital, detidas por, pelo menos, 1 ano, não são tributadas em IRC, excepto se:</p> <p>(i) as partes de capital tiverem sido adquiridas a entidades relacionadas, ou a entidades residentes em paraíso fiscal, e tiverem sido detidas por período inferior a 3 anos; ou</p> <p>(ii) a sociedade tenha resultado de transformação, há menos de 3 anos, de outra sociedade que não usufruísse deste benefício.</p> <p>Este regime passa também a aplicar-se a sociedades residentes para efeitos fiscais em Portugal mas constituídas segundo o direito de outro Estado Membro da União Europeia cujo objecto seja a gestão de participações sociais de outras entidades, desde que respeitem os requisitos estabelecidos na lei portuguesa para as SGPS.</p> <p>Os encargos financeiros por financiamentos contraídos para a aquisição das partes de capital que possam beneficiar da não tributação da eventual mais-valia não são dedutíveis em IRC.</p>
	Serviços financeiros a entidades públicas	<p>O Estado, Associações de Direito Público e Instituições de Segurança Social, quando realizem operações de financiamento a empresas com recurso a fundos obtidos de empréstimo junto de instituições de crédito, ficam sujeitas a tributação, relativamente a esses rendimentos, pela diferença, verificada em cada exercício, entre os juros e outros rendimentos de capitais de que sejam titulares relativamente a essas operações e os juros devidos a essas instituições, com dispensa de retenção na fonte de IRC.</p>
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional	<p>Apenas 30% dos lucros resultantes exclusivamente da actividade de transporte marítimo são tributados.</p> <p>Isenção de imposto do selo nas operações de financiamento externo para aquisição de navios, contentores e outro equipamento para navios, contratados por empresas armadoras da marinha mercante, ainda que essa contratação seja feita através de instituições financeiras nacionais.</p>

Entidade	Objeto	Benefícios
Empresas sediadas em Portugal	Colectividades desportivas, de cultura e recreio	Os rendimentos das colectividades desportivas, de cultura e recreio, ficam isentos de IRC, desde que a totalidade dos seus rendimentos brutos sujeitos a tributação, e não isentos, não exceda o montante de 7.500 €. As importâncias investidas pelos clubes desportivos em novas infra-estruturas, não provenientes de subsídios, podem ser deduzidas à matéria colectável até ao limite de 50 % da mesma, sendo o eventual excesso deduzido até ao final do segundo exercício seguinte ao do investimento.
	Associações e confederações	<p>As pessoas colectivas públicas, de tipo associativo, criadas por lei para assegurar a disciplina e representação do exercício de profissões liberais e as confederações e associações patronais e sindicais ficam isentas de IRC, excepto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS.</p> <p>Ficam também isentos de IRC os rendimentos das associações sindicais e das pessoas colectivas públicas, de tipo associativo, criadas por lei para assegurar a disciplina e representação do exercício de profissões liberais, derivados de acções de formação prestadas aos respectivos associados no âmbito dos seus fins estatutários.</p> <p>Ficam igualmente isentos de IRC os rendimentos obtidos por associações de pais derivados da exploração de cantinas escolares.</p>
	Baldios e comunidades locais	<p>Estão isentas de IRC as comunidades locais, quanto aos rendimentos derivados dos baldios, incluindo os resultantes da cessão de exploração, bem como os da transmissão de bens ou da prestação de serviços comuns aos compartes, quando, em qualquer caso, aqueles rendimentos sejam afectos, de acordo com o plano de utilização aprovado, com os usos ou costumes locais, ou com as deliberações dos órgãos competentes dos compartes, em investimento florestal ou outras benfeitorias no próprio baldio ou, bem assim, em melhoramentos junto da comunidade que os possui e gere, até ao fim do quarto exercício posterior ao da sua obtenção, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado à Direcção-Geral dos Impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo.</p> <p>Não são abrangidos pelas isenções referidas os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS, e as mais -valias resultantes da alienação, a título oneroso, de áreas do baldio.</p>

Baseado em (Pricewaterhouse.Coopers 2012) e (AICEP.Portugal.Global 2012)

Tendo em conta os benefícios fiscais apresentados são possíveis para empresas sediadas em Portugal e entidades sem fins lucrativos e incidem sobre os seguintes objetos:

- Fundos de investimento imobiliário em recursos florestais
- Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo
- Sistema de incentivos em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)
- Entidades sem fins lucrativos
- Regime Fiscal de Apoio ao Investimento realizado em 2009 (RFAI)
- Criação líquida de empregos
- Mecenato
- Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e Sociedades de Capital de Risco (SCR)
- Serviços financeiros a entidades públicas
- Empresas armadoras da marinha mercante nacional
- Colectividades desportivas, de cultura e recreio
- Associações e confederações
- Baldios e comunidades locais
- Benefícios Fiscais à Interioridade

Estes diferentes objetos podem permitir a redução e até a insenção dos seguintes impostos:

- Imposto sobre o valor acrescentado (IVA),
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT)
- Imposto municipal sobre imóveis (IMI)
- IRC
- Imposto do Selo
- Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)

Para além destes incentivos também podem existir outros especificamente para empresas e que se podem relacionar com as iniciativas *Business and Biodiversity* e que tendo em conta casos concretos podem ser aplicados.

2.3.7 Algumas limitações ambientais do Direito de Propriedade

No regime jurídico da propriedade privada e à hora de aplicar a Custódia do Território é importante salientar o fato de existirem diferentes instrumentos públicos que determinam as intervenções em determinado local e tendo em conta os recursos e património em causa.

Assim podem surgir algumas limitações ambientais do Direito de Propriedade que podem passar por (Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010) :

- Áreas protegidas
- Espécies de Fauna e Flora protegidas
- Paisagem
- Património Histórico
- Aproveitamentos Cinegético
- Aproveitamentos Urbanísticos

3 Exemplo prático da aplicabilidade da custódia do território

O enquadramento quer internacional, quer nacional, seguidamente apresenta-se um exemplo da aplicação da custódia do território, que apresenta experiências interessantes e com algum nível aplicação prática.

Para tal selecionamos a comunidade da Catalunha em Espanha que através da “Xarxa de Custodia del Territori” tem vindo a desenvolver e promover a conservação e proteção do património em áreas privadas com experiências comprovadas e significativas.

Como tal e como não podia deixar de ser introduzimos algumas das experiências já desenvolvidas em Portugal, os casos das organizações sem fins lucrativos, a Liga Portuguesa da Natureza, a Associação Transumância e Natureza e a Quercus, que têm vindo a desenvolver iniciativas no âmbito da custódia do território.

3.1 Exemplo da entidade de “Xarxa de Custodia del Territori” – Catalunha – Espanha

Como anteriormente explicado, a “Xarxa de Custódia del Territori” é um bom exemplo do conceito apresentado e tem vindo a trabalhar quer ao nível de entidades privadas mas também com entidades públicas. Assim sendo apresentamos em sequência em que consiste o sistema de custódia do território na Catalunha.

Esta entidade tem como principais focos de ação:

- Informação
- Formação
- Assessoria
- Incentivo
- Comunicação e divulgação
- Rede das redes de custódia do território



Figura 3.1 Exemplicação de cada uma das ações da XCT (“Xarxa de Custòdia del Territori”)

A figura 3.1 apresentadas mostram de forma explícita os principais focos de ação da custódia do território (da esquerda para a direita, de cima para baixo), a informação das ações da entidade, a formação aos vários intervenientes nos processos e mecanismos de custódia, assessoria e ajuda na gestão das várias áreas, incentivo à participação dos vários proprietários, comunicação e divulgação do que a entidade desenvolve e tem vindo a desenvolver, agrupamentos das redes de custódia do território em Espanha para troca de ideias, mecanismo de negociação.

3.1.1 Enquadramento legislativo

Na Catalunha, o contexto legislativo de ordenamento do território contempla mecanismos úteis para a aplicação da custódia do território, como por exemplo:

- As oportunidades para declarar reservas e parques naturais por parte dos proprietários dos terrenos afetados, e das administrações locais com competências urbanísticas. Bem como a possibilidade de delimitar superfícies florestais com presença de espécies florestais de área reduzida, estando todas contempladas pela lei 12/1985 de Espaços Naturais.
- As declarações das propriedades privadas com refúgio da fauna selvagem que prevê a lei 3/1988 de proteção dos animais.
- Os benefícios fiscais de diferentes tipos que se aplicam em propriedades rústicas florestais e propriedades rústicas incluídas em áreas protegidas (imposto de bens imóveis, transmissões patrimoniais, sucessões e doações, imposto sobre o aluguer de pessoas físicas).
- Os convénios de colaboração que estabeleceram algumas áreas protegidas, pelos quais a propriedade particular cede total ou parcialmente a gestão das suas propriedades, com finalidades de conservação, por um período determinado de anos.
- O ordenamento e a gestão urbanística do solo não urbanizável de proteção já iniciou em alguns municípios e outros não, estão a começar a dar os primeiros passos.

- As diferentes fórmulas de proteção de conexões ecológicas e paisagísticas e de espaços naturais de nacional, comarcal ou local, tal com os planos especiais, os consórcios, os convénios ou os quadros estratégicos de proteção.
- Os instrumentos de suporte na gestão sustentável do território no marco do programa europeu de desenvolvimento rural.
- Os órgãos e instrumentos de administração pública com participação de representantes da propriedade privada.

3.1.2 O conceito na Catalunha – Espanha

Para melhor perceber de que maneira pode enquadrar a gestão em espaços privados através da entidade de custódia, de seguida é apresentado o exemplo de uma das entidades que foi uma das primeiras a impulsionar este tipo de iniciativa em Espanha.

Ao longo da história, o território esteve submetido a contínuas modificações, que algumas vezes foram positivas e outras vezes negativas. Nos últimos anos, para fazer frente a estas alterações, surgiram diferentes formas de gerir e preservar o meio, entre estes o conceito de Custódia do Território e Acordos de Custódia.

Tendo em conta o que já foi referido anteriormente a Custódia do Território visa a proteção e a conservação da biodiversidade e os elementos de maior interesse do território constituindo um acordo com proprietários e utilizadores de forma a protegê-los e conservá-los.

São as entidades de custódia que facilitam a participação da sociedade na conservação do território através do intercâmbio de opiniões e acordos voluntários com os proprietários.

A *Xarxa de Custòdia del Territori (XCT)* nasceu a partir da Declaração de Montesquiu (Novembro de 2000) como centro impulsionador e de desenvolvimento da custódia, mas a sua constituição começou em 6 de Março de 2003.

Mas a data mais significativa para a XCT é Novembro de 2000, quando a *Fundació Territori i Paisatge de Caixa Catalunya* (hoje *Obra Social de Caixa Catalunya*) organiza o Seminário Internacional da Custódia do Território no castelo em Montesquiu (Osona). Este seminário teve como objetivo conhecer as experiências dos Estados Unidos, Canadá, França e Itália.

Desde o ano 2002 tem lugar o processo de constituição da XCT por parte de um grupo impulsionador. É elaborado o primeiro Plano Diretor da XCT com a participação das organizações interessadas, inicia-se a distribuição de um noticiário eletrónico mensal, realiza-se uma sessão explicativa à frente do Parlamento da Catalunha e procuram-se financiamentos para a XCT.

A XCT é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter técnico e divulgativo que impulsiona o uso da custódia do território facilitando a informação, a formação, a qualidade, o assessoramento e o suporte, procurando a difusão a favor da custódia.

Esta entidade é uma associação declarada de utilidade pública, formada para mais de uma centena de entidades, instituições e pessoas físicas da Catalunha, das Ilhas Baleares e Andorra que impulsiona o uso da Custódia do Território, como estratégia de conservação e gestão do meio ambiente e da biodiversidade. (Xarxa.Custodia.Territori 2010)

Com esta finalidade a XCT:

- Serviços e suporte à tarefa das entidades de custódia;
- Faz difusão técnica e cidadania sobre a custódia de território;
- Leva a cabo busca aplicada em custódia do território;
- Cria alianças com instituições, empresas e agentes implicados para promover a conservação da terra.

A XCT trabalha para fomentar espaços de encontro entre o mundo da custódia e as empresas e instituições que participam de maneira ativa e voluntária na melhoria do desenvolvimento económico-social e ambiental do território. E, por isso, criaram o *Programa Empresas de Acordo com a Terra*. (Xarxa.Custodia.Territori 2010)

3.1.3 Onde se aplica a custódia do território

As propriedades e espaços por detrás do território que tenham um interesse especial para a fauna, a flora, o património natural, o património cultural ou as paisagens que acolhem ou possam acolher e se são aplicadas as medidas adequadas.

Estas propriedades são de propriedade privada, apesar dos instrumentos de custódia também utilizam-se em propriedades de propriedade municipal que pertencem a câmaras municipais ou a outras administrações locais. Por vezes os terrenos onde a atuam as entidades de custódia são de domínio público (isto quer dizer que pertencem ao conjunto da sociedade), como agora os espaços costeiros e marinhos, ou os rios e as ribeiras. (Xarxa.Custodia.Territori 2010)

As propriedades podem estar incluídas dentro os espaços protegidos legalmente (parques naturais, reservas naturais, Rede Natura 2000, etc.) ou até fora destes espaços naturais protegidos. No primeiro caso a custódia do território complementa e reforça a proteção legal.

A custódia do território na Catalunha pode ser aplicada para diferentes âmbitos do território, quer fluvial, marinho, costeiro e áreas de lazer.

Para tal como e para promover a rede de trabalho foram desenvolvidos diferentes grupos de trabalho, pontuais ou permanentes, para desenvolver diferentes aspetos da custódia do território.

Os estatutos da xct regulam os grupos de trabalho como forma de participação dos membros da xct. A criação de novos grupos pode ser proposta tanto pelos membros da xct como pelo conselho de membros ou assembleia. É o conselho de membros (órgão do governo) que aprova a criação de novos grupos. Os impulsionadores dos grupos têm de ser membros da xct. Apesar disso, pode-se convidar a participar dos grupos as organizações não membros, sempre que tenha algum tipo de relação com os objetivos fundacionais da xct. (Xarxa.Custodia.Territori 2010)

Atualmente existem 4 grupos de trabalho ativos:

- Custódia Agrícola
- Custódia Fluvial
- Custódia Marinha
- Custódia de zonas de lazer

3.1.4 Entidades e Agentes implicados

Os agentes implicados na custódia do território podem ser os proprietários privados das diferentes áreas, e as possíveis entidades a promover e incentivar estes acordos.

Seguidamente apresentamos um mapa, Figura 3.2 com a localização dos vários membros da custódia do território na Comunidade da Catalunha.

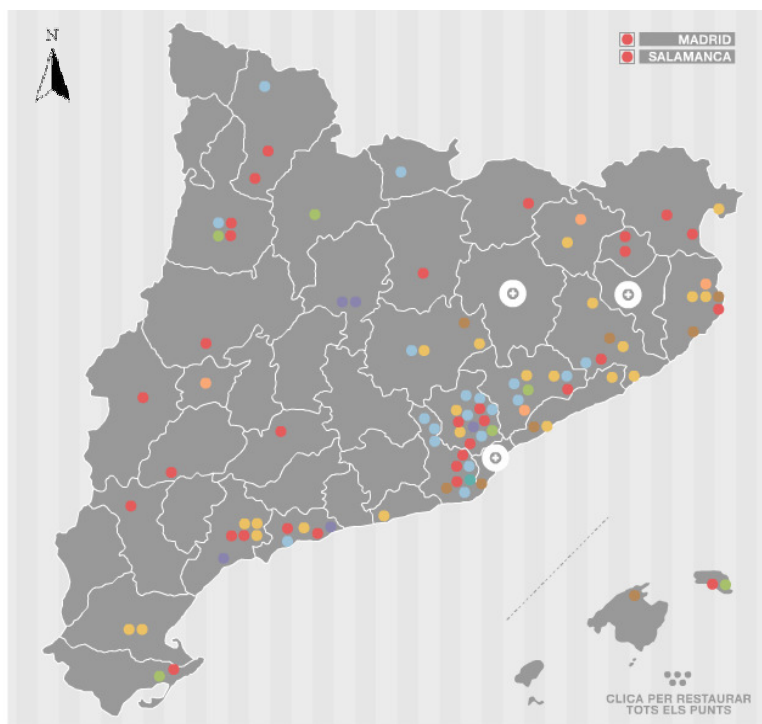


Figura 3.2 Mapa representativo dos vários membros da *Xarxa de Custòdia del Territori (XCT)*

Tal como nos mostra imagem anterior existem cerca de 157 membros, pessoas e organizações colaboradores que se apresentam como membros da custódia do território na Catalunha, entre eles câmara municipais, outras adiministrações, associações, consorcios, empresas, fundações, universidades e procura geral, membros colaboradores.

Por exemplo um espaço de custódia fluvial, quer pública ou privada, pode ser gerida por uma só entidade de custódia e dirigida a mais que uma entidade, por mais de um órgão de administração pública e, em ocasiões, também para pessoas a título voluntário.

As entidades de custódia fluvial são entidades membros da Rede de Custódia do Território que dedicam parte ou toda a sua atividade em desenvolvimento de acordos de custódia fluvial para a reabilitação, restauração e melhoria dos rios e das zonas húmidas da Catalunha.

Os proprietários chegam a acordos de custódia com as entidades para conservar todos os valores existentes nestes espaços fluviais que transcorrem pelas suas propriedades partilhando as atividades (agrícolas, florestais, pecuárias, etc) da propriedade.

As administrações competentes podem dar suporte e colaborar no desenvolvimento de acordos de custódia fluvial nos espaços ribeirinhos. Estas administrações, nos âmbitos da custódia fluvial na Catalunha são: Agência Catalana da Água, Departamento do Meio Ambiente e Habitação, Departamento da Agricultura e Ação Rural, Concelhos Comarcais Municipais e Ajuntaments.

Estas entidades relacionadas com a custódia fluvial podem colaborar da seguinte forma:

- As entidades da custódia fluvial, através do voluntariado, juntam a cidadania aos rios e às zonas húmidas
- As entidades e administrações podem fazer custódia fluvial colaborando na gestão dos espaços ribeirinhos e aquáticos do seu município
- As entidades e proprietários têm acordos de custódia fluvial para a conservar e restaurar os valores naturais das propriedades privadas.

3.1.5 O que se entende por acordo e por contrato de custódia do território?

O termo acordo de Custódia do Território utilizado coloquialmente por proprietários e entidades que trabalham para implementar as estratégias de custódia do território, tem uma conotação jurídica ampla, que abrange os nomeados negócios jurídicos unilaterais, bilaterais e multilaterais.

Esta abordagem pode até incluir os casos em que levar a cabo certas atividades de custódia do território não implica qualquer tipo de acordo sem que se formalize nenhum contrato, como por exemplo, ações de sensibilização ou assessoramento a um ou diversos proprietários.

O acordo de Custódia do Território é baseado nos diferentes aspetos que se seguem, (Xarxa.Custodia.Territori 2010):

- É um acordo jurídico baseado na confiança
- É um acordo jurídico baseado na colaboração
- Negocia-se de forma totalmente individual e aberta
- Negócio jurídico consensual
- Negócio Jurídico de trato sucessivo

3.1.6 Os acordos da XCT

Segundo o documento (Xarxa.Custodia.Territori 2010), os principais acordos básicos utilizados baseam-se em:

- Estabelecimento de condições de gestão da pessoa proprietária ou gestora;
- Assessoria da entidade à pessoa proprietária da propriedade;
- Redação de um plano de gestão para a propriedade;
- Acompanhamento periódico dos objetivos de custódia para a entidade de custódia;
- Cessão de um direito de uso ou gestão de uma propriedade à entidade de custódia.

3.1.7 Opções jurídicas para a custódia do território em propriedades privadas

Tal como nos outros países já exemplificados anteriormente, na Catalunha a “Xarxa de Custodia del Territori” também apresenta na sua legislação específica a possibilidade de incentivar estas iniciativas de custódia através de diferentes acordos, que na Tabela 3.1, abaixo são explicados.

Tabela 3.1 Tipos de acordos utilizados pela “Xarxa de Custodia del Territori” e respectivas características.

Tipos de Acordos	Objetivos	Abrangência	Eficácia	Gestão	Temporalidade
Propriedade	Gestão integral da propriedade orientada para a conservação	Total	Real	ECT	Perpétuo
UsoFruto	Gestão integral da propriedade orientada para a conservação	Total	Real	ECT	30 anos (por defeito) 99 anos (máximo)
Arrendamento	Gestão integral da propriedade orientada para a conservação	Total	Pessoal	ECT	7 anos (LCC) Livre (Cc)
Direito Real e aproveitamento Parcial	Gestão de determinados usos da propriedade	Parcial	Real	ECT (do objeto do direito real), propriedade do resto dos direitos)	30 (por defeito) 99 (máximo)
Direito de Superfície	Gestão de determinados usos da propriedade	Parcial	Real	Propriedade (do resto dos direitos)	30 (por defeito) 99 (máximo)
Censo Enfitéutico	Gestão integral da propriedade orientada para a conservação	Total	Real	ECT	Perpétuo
Cessação de Uso ou Precário	Gestão integral da propriedade orientada para a conservação	Total	Pessoal	ECT	Livre (Cesa��o do uso) ou regov�vel em qualquer momento (precário)
Arrendamento de Direitos	Gestão de determinados usos da propriedade	Parcial	Pessoal	Propriedade do resto das faculdades)	Livre
Mandato/ Arrendamento de Serviços	Acompanhamento, assessoria, suporte, voluntariado	Parcial	Pessoal	Propriedade	Livre
Outros Acordos escritos	Acompanhamento, assessoria, suporte, voluntariado	Parcial	Pessoal	Propriedade	Livre
Acordo Verbal	Acompanhamento, assessoria, suporte, voluntariado	Parcial	Pessoal	Propriedade	Sempre revogável

(Xarxa.Custodia.Territori 2010)

De acordo com os censos de 2009 (Xarxa.Custodia.Territori 2010), os tipos de acordos de custódia do território mais comum são os seguintes:

- 29% Cessão de uso e arrendamentos
- 14% Convénio Territorial
- 7 % Acordo Verbal
- 7% Propriedade
- 2% Direitos Reais de aproveitamento

Em geral os acordos de custódia não se formalizam em escritura pública nem se fazem registos de propriedade porque a principal base é a confiança entre as diferentes partes e tal poderia dissuadir a iniciativa para assinar estes acordos. Contudo, na utilização do registo, observa-se que poderia ser uma forma mais segura de garantir os compromissos de ambas as partes e serem melhorados estes acordos (Xarxa.Custodia.Territori 2010).

3.1.8 O desenho, a negociação e o seguimento dos acordos de custódia

Quando um proprietário e uma entidade de custódia entram em contato, independentemente de quem tenha dado o primeiro passo, começam a tomar decisões, levando-se a cabo diversas ações. Apesar de tudo isto é importante salientar que cada acordo é um acordo e há que ter em conta as adaptações correspondentes.

A Figura 3.3, abaixo, representa o processo de negociação desde a identificação das áreas a conservar, negociação com os proprietários e acompanhamento das diferentes ações.

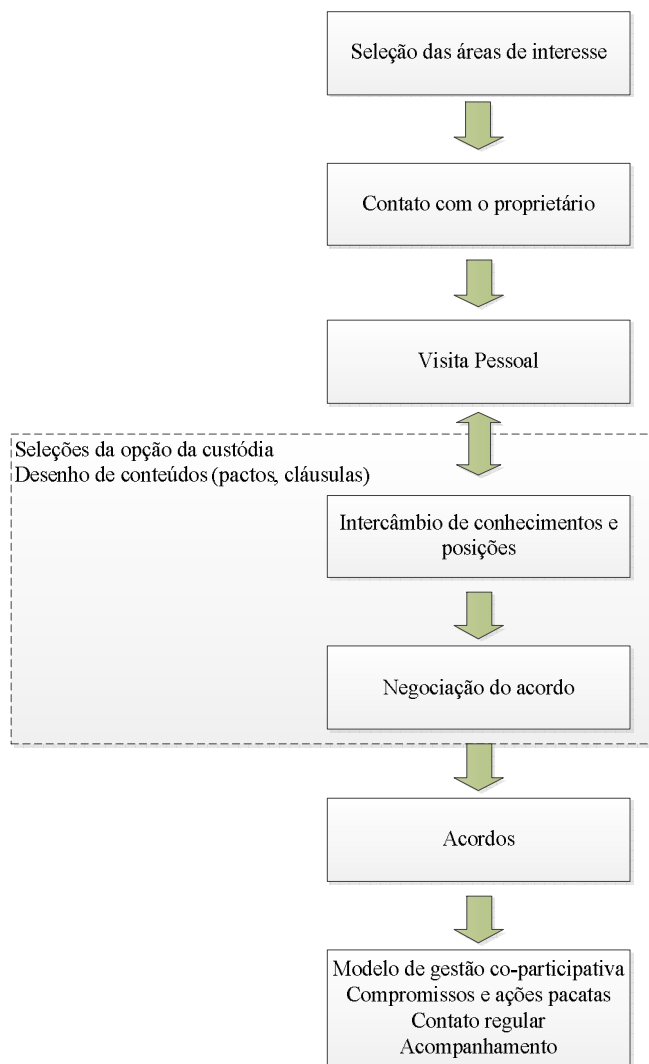


Figura 3.3 Esquema do caminho para o estabelecimento de um acordo de custódia (Xarxa.Custodia.Territori 2010)

3.1.9 Critérios de qualidade para a redação dos acordos e contratos de custódia do território

De forma a dar solidez à posição jurídica tanto dos proprietários como das entidades de custódia do território nos acordos de custódia, e eventualmente poder formalizar na escritura pública dos acordos de custódia no Registo da Propriedade, segundo o documento (Xarxa.Custodia.Territori 2010), todo o acordo há que ter em conta os seguintes critérios:

1. A identificação da propriedade;
2. A identificação das partes que subscrevem o acordo de custódia;
3. A formalização do acordo;
4. A data do acordo de custódia subscrito;
5. O valor do direito constituído;
6. A duração temporal;
7. O cânone;

8. As obrigações de fazer prestações;
9. O regime de disposição;
10. A extinção, a rescisão ou a resolução.

3.1.10 Incentivo ao estabelecimento de acordos de custódia

Para trabalhar com a entidade de custódia do território é necessário uma mínima capacidade económica. A procura de fontes de financiamentos mais adequados assim como o desenvolvimento de todas as ações e gestões necessárias conhece-se como captação de fundos. Este âmbito é chave e tem de enfrentar uma questão estratégica e de convicção por parte da entidade. A xct assessora neste sentido as entidades de custódia do território que o solicitam.

Abaixo detalha-se possíveis vias para financiamento para as entidades de custódia e formas para incentivar estas iniciativas.

Capital próprio

Para encontrar financiamento é necessário arricar e investir. Criar um fundo próprio de recursos da entidade de custódia como a base para investir em novos projetos e procurar novos recursos.

Ajudas e financiamentos

Periodicamente convoca-se ajudas e financiamentos pelos quais as entidades de custódia podem optar. Têm de estar preparados para prever quando são abertas as candidaturas e quais requerimentos que são solicitados.

A finalidade das ajudas pode ser variada, e podem agrupar-se em públicos (europeus, estatais, autonómicos, locais, ...) e privados (fundações privadas, obras sociais, instituições locais e comarcais...).

Pessoas

Todos dão valor a determinadas coisas na vida e está disposto a contribuir. Nestes encontra-se a conservação do património através das entidades de custódia. Contatar com as pessoas e oferecer-lhes uma boa opção que satisfaça a sua necessidade de colaborar na conservação do património. Existem diferentes fórmulas:

- Sócios, uma fonte estável de suporte
- Mecenas pessoais, até os mesmos proprietários com quem trabalhem
- Doações, é necessário organizar bem as campanhas e estratégias
- Bónus de contribuição, certificado de reconhecimento da contribuição, uma iniciativa ou aquisição de terrenos.

Produtos financeiros

As entidades e instituições financeiras têm um amplo leque de produtos para financiar investimentos tendo em conta o âmbito. A xct trabalha ativamente para conseguir produtos mais atrativos para financiar a custódia do território:

- Apólices de crédito, que permitem solucionar os ajustes temporais entre despesas e receitas
- Antecipação de créditos de financiamentos, que foram atribuídos mas que ainda não foi saldada.
- Créditos para o investimento
- Investidores de capital
- Banca ética ou cooperativa de financiamento da economia social

Colaboração empresarial e responsabilidade social das empresas

O setor privado tem um interesse crescente em participar em iniciativas sociais como implicar-se na conservação do património do território onde está localizado, como parte da sua Responsabilidade Social Empresarial (SER).

Procuram propostas criativas e adequadas a cada organização. Não se limita a dar um financiamento para determinado projeto, existem diferentes fórmulas como as seguintes:

- Colaboração económica ou em espécie a entidades ou iniciativas de custódia
- Voluntariado cooperativo: os trabalhadores da empresa dão os recursos humanos, experiência, infraestrutura ou assessoria aos projetos solicitados
- Cessão de uso ou de gestão de propriedades da empresa
- Marketing com causa: a empresa impulsiona ações de marketing, concretas e temporais, com a finalidade não só comercial se não também social
- Venda de produtos da entidade de merchandising ou de mercado de custódia (lotes de natal, promoção aos cliente, etc.)

Merchandising

A venda de produtos de uma determinada área pode ser uma boa via de financiamento se previamente analisarem de maneira rigorosa a viabilidade comercial dos produtos.

O mercado de custódia criado pela xct não é um exemplo. Esta exposição permanente promove produtos elaborados com matérias prima procedentes de propriedades com acordos de custódia e projetos de conservação, assim como produtos que patrocinem ou contribuam para impulsionar as iniciativas de custódia.

Colaboração entre organizações

As alianças entre organizações são a parte mais importante do trabalho da rede e permite obter de maneira conjunta o que não podem conseguir se estão a título individual. Existem diferentes formas:

- Alianças temporais entre organizações para determinados projetos
- Alianças a longo prazo entre organizações muito relacionadas ou próximas
- Garantias financeiras de outras organizações ou instituições.
- Partilhar pessoal ou serviços com outras organizações para baixar despesas estruturantes

Outras formas de suporte

Em alguns casos, as receitas provêm de contratos pela prestação de serviços executados pela entidade. A mais, a obtenção de recursos não se acaba no financiamento direto. Há muitas possibilidades e é necessário alguma imaginação:

- Ações de voluntariado
- Donativos e colaborações em dinheiro
- Divulgação da entidade e respetivas ações

3.1.11 Projecto de instalação de um ponto de observação de fauna na propriedade das *Closes de la Fonollera*

Um dos exemplos concretos da custódia do território na Catalunha está associado à propriedade das *Closes de la Fonollera*. As *Closes de la Fonollera* é uma propriedade litoral de 25 hectares, situada num ambiente privilegiado delimitado a Este pelo Mar Mediterrâneo e a Norte pelo Rio Ter. O valor natural dos seus habitats aquáticos e a pressão antrópica que está sujeito levou a associação Nereo a assinar um acordo de custódia com o proprietário para, assim, recuperar e conservar os habitats da propriedade.

Foi possível elaborar um plano de gestão que incluiu a eliminação de espécies vegetais exóticas, a criação de uma zona húmida permanente e a recuperação do sistema dunar. Todas estas ações foram acompanhadas de uma gestão de uso público da propriedade através de itinerários pedestres, painéis informativos e a construção de um observatório para observação da fauna.

O projeto que se apresenta baseia-se na construção do observatório próximo da zona húmida que será criado artificialmente para que os visitantes possam aproveitar a observação da fauna sem a prejudicar.

3.2 Exemplos práticos em Portugal

3.2.1 Origem de formas de conservação da natureza, património e paisagem em áreas privadas em Portugal

Em Portugal e realizando uma análise e levantamento de informação, foi possível verificar que existem algumas entidades que fomentam a custódia do território.

3.2.1.1 Origem

Em Portugal iniciou-se com a Quercus e com o Fundo para a conservação da natureza que permitiu financiar a criação de uma rede de micro-reserva, a Associação Transumância e Natureza com o projeto Faia Brava e a Liga para a Proteção da Natureza com o projeto da conservação das aves estepárias. Para além destas iniciativas promovidas por uma organização não governamental, existe uma iniciativa da União Europeia, mas que em Portugal teve como promotor o ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade) (entidade pública), a Iniciativa *Business & Biodiversity*.

3.2.1.2 Tipo de entidade e objectivo de criação

Em Portugal, já se iniciaram algumas iniciativas de gestão de espaços privados, sempre através de entidades sem fins lucrativos, como a Quercus que possui uma rede de micro reservas que através de um fundo para a conservação da natureza e ajudas de alguns privados permite a conservação de algumas pequenas áreas, habitats e espécies com interesse de conservação.

Outra das entidades é a Liga Portuguesa da Natureza quer no âmbito da proteção dos habitats para as aves estepárias na zona de Castro Verde actuou contra algumas iniciativas que estavam a ser lançadas por algumas empresas que pretendiam reflorestar a área com espécies de crescimento rápido. Esta entidade através da aquisição de terrenos no âmbito de um programa de financiamento conseguiu adquirir algumas das áreas de maior interesse para a conservação desta espécie e conseguiu, posteriormente, com a criação do Programa Zonal de Castro Verde, o desenvolvimento de uma medida agroambiental, permitindo a celebração de acordos com os proprietários da restante área, para que estes pudessem gerir as áreas e conservar as espécies estepárias da zona.

Para além destas entidades, também a Associação Transumância e Natureza (entidade sem fins lucrativos) agiu de modo a preservar e conservar o abutre negro e a águia de bonelli, através da participação de associados fundadores, ligados a 3 organizações internacionais de conservação da natureza (*World Wildlife Fund* - WWF, *Fonds d'Intervention pour les Rapaces* (FIR) e *MAVA Foundation*). As ações de conservação das duas espécies e dos seus habitats basearam-se noutros projetos de conservação de aves rupícolas, que estavam em curso noutros pontos da Europa, designadamente em França, Espanha e Itália. Para poder levar a cabo estes intuitos de conservação, a Associação Transumância e Natureza centrou-se nos seguintes meios de atuação: (1) aquisição de terrenos importantes para aves, (2) alimentação artificial e (3) sensibilização da população local para a conservação de espécies de fauna e flora com importante estatuto de conservação.

A Iniciativa *Business & Biodiversity*, tem como principal objetivo desta Iniciativa da União Europeia, é incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a proteção da biodiversidade e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global. A Iniciativa procura promover, através de acordos voluntários de longa duração, um campo comum para a colaboração entre estes dois sistemas distintos: *business* e biodiversidade, que favoreça a introdução da biodiversidade nas estratégias e políticas das empresas.

3.2.1.3 Entidades e áreas geridas em cada zona

A Quercus já conseguiu até ao momento a aquisição de cerca de 600 há de terrenos (2,5 km de frente de rio) com locais importantes para a nidificação de diversas espécies ameaçadas como a cegonha-preta ou águia-de-bonelli.

Para o caso da Associação Transumância e Natureza, principal motivação servir de suporte para a implementação de um projeto de conservação do Abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*) e da Águia de Bonelli (*Aquila fasciata*) na região Nordeste de Portugal. Nesse âmbito, procedeu-se à aquisição de um conjunto de propriedades importantes para essas espécies de aves, que com o tempo se foram interligando, e formam presentemente uma área contínua com 526 hectares e por legislação para criação reserva privada o ICNB definiu os limites da APP FB (Despacho n.º 33/PRES/2010), incluindo 3 parcelas de propriedade da ATN, numa área total de 214,668 ha.

A liga portuguesa da Natureza com o objectivo protecção e conservação das aves estepárias apresenta atualmente, a LPN é proprietária de 6 Reservas da Biodiversidade no Concelho de Castro Verde, com um total de 1.812 hectares (mil oitocentos e doze hectares).

Em Portugal já aderiram à Iniciativa Business & Biodiversity empresas e organizações de diversos setores de atividades económicas.

3.2.1.4 *Instrumentos e leis que permitiram incentivar a gestão em áreas privadas*

A Associação Transumância e Natureza e a Liga Portuguesa da Natureza revêm-se na legislação seguinte:

- Em Portugal e de acordo com a promoção da gestão de espaços privados, poderá ser promovida através do Decreto-Lei nº 142/2008 a criação de áreas protegidas de estatuto privado (APP). O proprietário efetua o pedido para a criação da área protegida ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e Florestas) que está regulado pela Portaria nº 1181/2009 de 7 de Outubro.

Para o caso da Microreservas da Quercus o enquadramento legislativo é o seguinte:

- Enquanto não se proceder à revisão da atual legislação das áreas protegidas continua a vigorar um articulado que estabelece entre as diversas classificações o “sítio de interesse biológico” (artº 10º do Dec-lei 19/93 de 23 de Janeiro). Estas áreas são consideradas como “áreas privadas protegendo espécies da fauna e flora e habitats com interesse ecológico científico”, criadas a pedido do proprietário.

3.2.1.5 *Formas e acordos utilizados pelas diferentes entidades para facilitar a gestão das áreas*

As formas e acordos utilizados pelas diferentes entidades de iniciativas de Custódia do Território descrevem-se seguidamente:

- Associação Transumância e Natureza – Aquisição de um conjunto de propriedades para conservação de algumas espécies de aves
- Liga Portuguesa da Natureza – Através de um financiamento Europeu do Programa Life foi possível fazer a aquisição de algumas propriedades e o estabelecimento de acordos anuais com agricultores da região, comprometendo-se estes a seguir algumas condições com o objetivo de criar melhores condições para a avifauna e proteger o seu habitat.
- Quercus – Através do Fundo de Conservação da Natureza foi possível estabelecer contratos de aquisição, arrendamento ou outras figuras jurídicas que garantam a conservação e gestão dos espaços.
- A Iniciativa *Business & Biodiversity* é voluntária e assenta em compromissos públicos das empresas que aderem. A adesão pressupõe um compromisso de divulgação da atuação em matéria de biodiversidade e da sua integração no processo de decisão empresarial. O início da adesão dá-se com a produção de um documento elaborado pela empresa/organização que explicita publicamente a sua história, o seu setor de actividade, a sua política para a biodiversidade e o tipo de acordo que pretende firmar. A formalização da adesão é efectuada através da assinatura do documento (que pode ser designado por compromisso,

protocolo ou memorando de entendimento) pelo responsável da empresa/organização aderente e pelo Presidente do ICNF. Desde o início da pretensão da adesão até à sua formalização poderão ser estabelecidos contactos com o ICNF.

3.2.1.6 Figuras tributárias e incentivos fiscais para promover os acordos

Dado que ainda é muito recente a custódia do território em Portugal, ainda não existem incentivos fiscais específicos para os acordos de custódia já existentes.

Assim seguidamente apresenta-se na tabela 3.2 um resumo das entidades criadas em Portugal no âmbito da custódia do território e respetivos mecanismos de acordos, tipo de entidades origem, dimensão das áreas, objetivo de criação e instrumentos e leis que estiveram na base da criação.

Tabela 3.2 Apresentação das várias entidades portuguesas e seus principais objetivos tendo em conta a aplicação da custódia do território.

Entidade	Quercus	Liga Portuguesa da Natureza	Associação Transumância e Natureza	Iniciativa Business and Biodiversity
Origem	Quercus e com o Fundo para a conservação da natureza que permitiu financiar a criação de uma rede de micro-reserva.	Liga Portuguesa da Natureza com a conservação de espécies estepárias com o fundo do programa Life +	Associação Transumância e Natureza com o projeto Faia Brava.	Iniciativa da União Europeia, mas que em Portugal teve como promotor o ICNB.
Tipo de Entidade	Organização sem fins lucrativos	Organização sem fins lucrativos	Organização sem fins lucrativos	Entidade Pública
Objetivo de Criação	Conservação de algumas pequenas áreas, habitats e espécies com interesse de conservação.	Proteção dos habitats para as aves estepárias na zona de Castro Verde	Preservar e conservar o abutre negro e a águia de bonelli	Incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a proteção da biodiversidade e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global
Áreas geridas em cada zona	600 hectares de terrenos (2,5 km de frente de rio)	6 Reservas da Biodiversidade no Concelho de Castro Verde, com um total de 1.812 hectares (mil oitocentos e doze hectares)	526 hectares e por legislação para criação reserva privada o ICNB definiu os limites da APP (Área privada protegida) numa área total de 214,668 ha.	Empresas e organizações de diversos setores de atividades económicas.

Entidade	Quercus	Liga Portuguesa da Natureza	Associação Transumância e Natureza	Iniciativa Business and Biodiversity
Instrumentos e leis que permitaram incentivar a conservação em áreas privadas	Sítio de interesse biológico” (artº 10º do Dec-lei 19/93 de 23 de Janeiro). Estas áreas são consideradas como “áreas privadas protegendo espécies da fauna e flora e habitats com interesse ecológico científico”, criadas a pedido dos proprietários das áreas em questão.	Decreto-Lei nº 142/2008 a criação de áreas protegidas de estatuto privado (APP)	Decreto-Lei nº 142/2008 a criação de áreas protegidas de estatuto privado (APP)	
Formas e acordos utilizados	Contratos de aquisição, arrendamento ou outras figuras jurídicas que garantam a conservação e gestão dos espaços.	Através de um financiamento Europeu do Programa Life foi possível fazer a aquisição de algumas propriedades e o estabelecimento de acordos anuais com agricultores da região, comprometendo-se estes a seguir algumas condições com o objetivo de criar melhores condições para a avifauna e proteger o seu habitat.	Aquisição de um conjunto de propriedades para conservação de algumas espécies de aves	É voluntária e assenta em compromissos públicos das empresas que aderem. A formalização da adesão é efectuada através da assinatura do documento (que pode ser designado por compromisso, protocolo ou memorando de entendimento) pelo responsável da empresa/organização aderente e pelo Presidente do ICNB

(Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

3.2.2 Metodologia e acompanhamento dos Acordos de Custódia do Território

Tendo em conta os vários exemplos portugueses apresentados, salientamos o exemplo da rede de microreservas de iniciativa da Quercus a qual segue o seguinte procedimento para implementar o projeto e metodologia para implementação dos Acordos de Custódia.

3.2.2.1 Metodologia para implementação de um projeto de gestão em áreas privadas

Para implementar o projeto em seguida descreve-se como poderá decorrer a respetiva metodologia tendo em conta alguma espécie ou habitat protegida com importantes estutos de conservação.

Levantamento dos locais que pela sua importância justificam a sua conservação efetiva (ex. colónias de nidificação de aves em escarpas ou zonas húmidas, abrigos de morcegos, vestígios de bosques e outra vegetação climática, comunidades vegetais raras, áreas com presença de espécies florísticas raras e/ou endémicas, etc).

Os critérios de seleção (Quercus 2006) de áreas são os seguintes:

- Grau e número de endemismos
- Estatuto de ameaça dos *taxa*
- Presença de disjunções (florísticas e de habitats)
- Raridade à escala regional dos habitats
- Originalidade da combinação florística
- Divergência ecológica das populações face a *core* dos *taxa*
- Sensibilidade a perturbação antrópica de habitats e espécies
- Características de vegetação envolvente
- E ainda,
- Bosques climáticos
- Localidades clássicas
- Pequenas localidades com exemplares de comunidades frequentes, mas em excepcional estado de conservação

3.2.2.2 *Metologia e implementação dos acordos de Custódia do Território*

Tendo em conta os espaços ou áreas de interesse é importante criar metodologias para facilitar os acordos com os diferentes proprietários privados intervenientes.

Para poder iniciar os acordos de custódia do território é necessário seguir os seguintes passos de acordo com (Quercus 2006) :

- Identificação e cartografia das áreas potenciais de constituir uma micro-reserva;
- Com base na lista de espécies endémicas ameaçadas ou em informação que nos chega, é feita uma análise ponderada sobre as áreas que potencialmente poderão constituir micro-reservas.
- Contacto com o proprietário, a fim de sondar a sua disponibilidade para colaborar na conservação dos valores naturais existentes;
- Nos primeiros contatos com o proprietário é avaliada a sensibilidade do mesmo para preservar os valores naturais em causa. Procura-se perceber qual a sua disponibilidade para colaborar na gestão da área proporcionando condições favoráveis de conservação.
- Validação Científica da área por instituição científica;
- Para cada caso é pedido o aconselhamento de especialistas na matéria no que toca à definição das áreas mínimas de conservação, medidas de gestão do habitat mais favoráveis à manutenção e fomento dos valores naturais que se pretendem proteger, monitorização, etc.
- Formalização jurídica da sua proteção, com assinatura e contrato de gestão
- A criação de uma micro-reserva passa normalmente por um contrato de Custódia de Natureza no entanto caso se considere imperativa a sua conservação, poder-se-á também avançar para uma aquisição da área em questão.

4 Análise Comparativa da Custódia do Território ao nível internacional Catalunha e Portugal

Para complementar o nosso estudo e trabalho realizamos uma análise das diferentes experiências existentes já descritas ao nível internacional e na Península Ibérica, nomeadamente, Catalunha e Portugal, proposta de análise e melhora para uma aplicação mais eficaz da Custódia do Território em Portugal e em específico para o nosso caso de estudo.

4.1 Análise comparativa das experiências existentes no Mundo, Catalunha e Portugal e sugestões para aplicação ao nosso caso de estudo

Assim seguidamente apresentamos uma análise comparativa global em que focamos as diferentes origens, os objetivos para a criação destas entidades, sua importância e mecanismos para a implementação da Custódia do Território.

De acordo com esta análise comparativa podemos descrever desde a origem até aos incentivos e mecanismos para incentivar a custódia do território.

4.1.1 Origem

De seguida apresentamos as várias formas apresentadas tendo em conta os casos de estudo, como são, o caso internacional, Catalunha e Portugal.

Aqui fazemos uma comparação e análise global da situação em termos da origem dos diferentes conceitos (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 Origem das várias iniciativas de custódia no Mundo Catalunha e Portugal

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
<ul style="list-style-type: none"> - Estados Unidos da América - século XIX - <i>The Trustees of Public Reservations</i> - Canadá - América Latina - anos 90 - Inglaterra - século XIX - <i>National Trust</i> - Holanda - França - anos 70 - <i>Conservatoire du Litoral</i> - Colômbia - <i>The Nature Conservancy</i> - Espanha - anos 70 - <i>Custodia del território</i> - União Europeia - <i>Business and Biodiversity</i> 	<p>A <i>Xarxa de Custòdia del Territori (XCT)</i> nasceu a partir da Declaração de Montesquiú (Novembro de 2000) como centro impulsionador e de desenvolvimento da custódia, mas a sua constituição normal começou em 6 de Março de 2003.</p> <p>Mas a data mais significativa para a xct é Novembro de 2000, quando a <i>Fundació Territori i Paisatge de Caixa Catalunya</i> (hoje <i>Obra Social de Caixa Catalunya</i>) organiza o Seminário Internacional da Custódia do Território no castelo em Montesquiú (Osona). Este seminário teve como objetivo conhecer as experiências dos Estados Unidos, Canadá, França e Itália.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Quercus e com o Fundo para a conservação da natureza que permitiu financiar a criação de uma rede de micro-reserva. - Liga Portuguesa da Natureza com a conservação de espécies estepárias com o fundo do programa Life + - Associação Transumância e Natureza com o projeto Faia Brava. - Iniciativa da União Europeia, mas que em Portugal teve como promotor o ICNB.

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Desta análise é possível retirar que as diferentes formas de custódia do território já existem desde o século XIX, onde salientamos os Estados Unidos como impulsionador através do movimento *The Trustees of Public Reservation*. Pouco mais tarde começou a surgir na Europa, mais precisamente na Inglaterra com *National Trust*.

Outras iniciativas foram surgindo nos outros países da Europa, entre eles Espanha e mais especificamente na comunidade da Catalunha, onde a custódia do território teve as suas primeiras iniciativas com a assinatura de declaração de Montesquiú, mas formalizou-se oficialmente em 2003 através da *Fundació Territori i Paisatge de Caixa Catalunya*, quando organizou um seminário onde foi apresentado as experiências de outros países.

Em Portugal, a custódia do território tem vindo a dar os primeiros passos à poucos anos, através da Quercus, Liga Portuguesa da Natureza e Associação Transumância e Natureza. Estas organizações representam grande importância e representatividade no setor da conservação da natureza e biodiversidade, promoção e divulgação de todo este património natural em Portugal.

Também salientamos a colaboração das empresas na conservação da biodiversidade, através do *Business and Biodiversity*, que nasceu na Europa e tem vindo a espalhar-se pelos diferentes países da União Europeia, inclusivamente em Portugal onde já algumas empresas ligadas a vários setores de atividade aderiram.

4.1.2 Tipo de entidades

Para que possamos estudar a aplicação é importante focar no tipo de entidades envolvidas na criação e na promoção de iniciativas de custódia do território. Assim na tabela 4.2 apresentamos as diferentes iniciativas ao nível Mundial, da comunidade da Catalunha e Portugal.

Tabela 4.2 Tipos de entidades que promovem e incentivam os acordos de custódia no Mundo, Catalunha e Portugal

Nível internacional	Catalunha	Portugal
Associações e organizações sem fins lucrativos quer de âmbito privado ou público	Uma entidade de custódia do Território (ECT) é qualquer organização pública ou privada, sem fins lucrativos, que impulsiona e participa em iniciativas de custódia do território. Formada para mais de uma centena de entidades, instituições e pessoas físicas da Catalunha, das Ilhas Baleares e Andorra	Organização sem fins lucrativos de âmbito privado ou público

Fonte. Elaboração própria.

Em breve resumo é possível verificar que de forma global as entidades que têm vindo a desenvolver e promover iniciativas de custódia do território, são em geral organizações sem fins lucrativos, quer de âmbito privado ou público.

Tal como nos outros países, em Portugal também estas iniciativas têm vindo a ser desenvolvidas por entidades sem fins lucrativos, entidades estas com grande importância e bastante conceituadas no nosso país para a promoção da conservação da natureza e biodiversidade das suas áreas de atuação. Tal como estas, outras entidades enquadradas em territórios específicos são capazes de ter um papel semelhante.

Para além destas iniciativas das entidades sem fins lucrativos também têm vindo a surgir outras que implicam as empresas privadas na conservação da biodiversidade, com significativa importância em Portugal e que é possível para qualquer empresa privada que tenha uma preocupação ambiental e queira fazer algo para conservar a nossa biodiversidade. À semelhança destas, dentro de uma determinada área qualquer empresa pode ter esse papel bem vincado e intervir e estabelecer compromissos de conservação da biodiversidade, por exemplo, relativa à sua área de ação.

4.1.3 Objectivo de criação

Grande parte destas entidades tiveram importantes objetivos para o desenvolvimento destas iniciativas tendo em conta a conservação e proteção de algum recurso que poderia estar ameaçado num futuro próximo.

Assim fazemos uma análise comparativa aos diferentes objetivos que levaram à criação e desenvolvimento destes acordos, tabela 4.3.

Tabela 4.3 Objetivos principais para criação das primeiras iniciativas de custódia.

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
Proteção de áreas de lazer, valores e recursos naturais em áreas industrializadas, proteção de habitats e espécies prioritárias, entre outros	Impulsiona o uso da Custódia do Território, como estratégia de conservação e gestão do meio ambiente e da biodiversidade.	<ul style="list-style-type: none"> -Conservação de algumas pequenas áreas, habitats e espécies com interesse de conservação. -Proteção dos habitats para as aves estepárias na zona de Castro Verde -Preservar e conservar o abutre negro e a águia de bonelli -Incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a proteção da biodiversidade e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Assim e de forma geral as primeiras iniciativas do século XIX incidiam sobre a proteção das áreas de lazer e mais recentemente as iniciativas europeias na proteção de determinada espécie ou habitat prioritário.

Em específico na comunidade da Catalunha a custódia do território é uma forma de conservação e gestão do meio ambiente e da biodiversidade em geral e em específico para Portugal, os casos e exemplos existentes incidem sobre a conservação e proteção de um habitat ou espécie prioritário de conservação.

Como tal é importante também salientar o fato de ser mais fácil estabelecer relações com os proprietários privados se as áreas forem reduzidas a uma determinada parte de forma a focar o âmbito de estudo, melhorar e facilitar os acordos.

Assim sendo usar a custódia do território para promover acordos em propriedades com um determinado habitat ou espécie de interesse ou prioritário poderá ser de mais interessante aplicação.

Para além destas iniciativas de colaboração surgiu uma iniciativa europeia que permite a participação de empresas na conservação da biodiversidade com o objetivo de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global e que tem em Portugal seguidores que podem colaborar na sua área de intervenção na ajuda de conservação de determinado tipo de habitat e espécie protegida.

4.1.4 Dimensões e tipo de áreas de aplicação

De forma geral é importante referir a representatividade e áreas de aplicação dos principais exemplos de custódia do território em desenvolvimento.

Tabela 4.4 Áreas e âmbitos de aplicação das experiências ao nível Internacional, Comunidade da Catalunha e Portugal.

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
Quer de âmbito terrestre, Fluvial ou marinho, com proteção da biodiversidade em geral, edificado, Território entre outros. As áreas geridas nas diferentes entidades no mundo podem ser desde poucos hectares a aplicação destes acordos por entidades mais desenvolvidas, que podem gerir e estabelecer acordos para milhões de hectares.	Diferentes âmbitos do território, quer fluvial, marinho, costeiro e áreas de lazer. Atualmente existem 4 grupos de trabalho ativos: - Grupo de trabalho da Custódia Agrícola - Grupo de trabalho da Custódia Fluvial - Grupo de trabalho da Custódia Marinha - Grupo de trabalho da Custódia de zonas de lazer	- 600 hectares de terrenos (2,5 km de frente de rio) - Reservas da Biodiversidade no Concelho de Castro Verde, com um total de 1.812 hectares (mil oitocentos e doze hectares) - 526 hectares e por legislação para criação reserva privada o ICNF definiu os limites da APP (Área privada protegida) numa área total de 214,668 ha. - Empresas e organizações de diversos setores de atividades económicas com o objetivo de proteção da biodiversidade em geral.

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Nas experiências já referenciadas é importante salientar o fato dos acordos de custódia estabelecidos podem abarcar diferentes âmbitos de atuação ao nível Internacional e Catalunha, tais como fluvial, marinho, terrestre, agrícola, zonas de lazer, quer para proteção e conservação da biodiversidade em geral, património edificado, território, entre outros. As entidades que representam e promovem estes acordos são normalmente importantes nos países onde atuam e com significativo número de propriedades e áreas de gestão, onde foram estabelecidos acordos.

Em Portugal dado que estas iniciativas começam a dar os primeiros passos e sempre com o objetivo de proteger e conservar determinado habitat ou espécie, mas com áreas de gestão que podem ir até próximo dos 2.000 hectares.

Na Europa e Portugal as iniciativas de colaboração de empresas de vários setores de atividade, como a construção, bancos, adegas e outros a participarem na proteção da biodiversidade em geral. Em Portugal já são algumas as empresas que têm vindo aderir a esta iniciativa, que permite de alguma maneira dar reconhecimento e promoção destas como preocupados com as questões ambientais e fomentar a responsabilidade ambiental das empresas.

4.1.5 Instrumentos de base para a aplicação da custódia do território

Aqui é importante análise e efetuar uma análise comparativa dos vários instrumentos serviram de base para aplicação da custódia do território nos vários países.

Tabela 4.5 Intrumentos de gestão territorial de base que permitiram a aplicação da custódia do território nos diferentes países.

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de áreas protegidas privadas - Programas específicos que permitem fomentar os acordos de custódia do território e conservação de determinados habitats e espécies protegidas. - A criação de instrumentos específicos para a criação de restrições para as áreas privadas - Criação de entidades externas que avaliam a gestão ambiental das áreas - Instrumentos de conservação da natureza e biodiversidade - Legislação dos regimes de propriedades e regime e interação entre entidades públicas e privadas. - Benefícios fiscais para o estabelecimento de determinados acordos de custódia e determinado tipo de propriedades. 	<p>As oportunidades para declarar reservas e parques naturais por parte dos proprietários dos terrenos afetados, e das administrações locais com competências urbanísticas. Bem como a possibilidade de delimitar superfícies florestais com presença de espécies florestais de área reduzida, estando todas contempladas pela lei 12/1985 de Espaços Naturais.</p> <p>As declarações das propriedades privadas com refúgio da fauna selvagem que prevê a lei 3/1988 de proteção dos animais.</p> <p>Os benefícios fiscais de diferentes tipos que se aplicam em propriedades rústicas florestais e propriedades rústicas incluídas em áreas protegidas (imposto de bens imóveis, transmissões patrimoniais, sucessões e doações, imposto sobre o aluguer de pessoas físicas).</p> <p>Os convénios de colaboração que estabeleceram algumas áreas protegidas, pelos quais a propriedade particular cede total ou parcialmente a gestão das suas propriedades, com finalidades de conservação, por um período determinado de anos.</p> <p>O ordenamento e a gestão urbanística do solo não urbanizável de proteção já iniciou em alguns municípios e outros não, estão a começar a dar os primeiros passos.</p> <p>As diferentes fórmulas de proteção de conexões ecológicas e paisagísticas e de espaços naturais de nacional, comarcal ou local, tal com os planos especiais, os consórcios, os convénios ou os quadros estratégicos de proteção.</p> <p>Os instrumentos de suporte na gestão sustentável do território no marco do programa europeu de desenvolvimento rural.</p> <p>Os órgãos e instrumentos de administração pública com participação de representantes da propriedade privada.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de Conservação da Natureza e Biodiversidade no âmbito da Custódia do Território - Instrumentos de Gestão Territorial Estratégias Nacionais - Legislação para os Regimes de Propriedade em Portugal e benefícios fiscais. - Sítio de interesse biológico” (artº 10º do Dec-lei 19/93 de 23 de Janeiro). Estas áreas são consideradas como “áreas privadas protegendo espécies da fauna e flora e habitats com interesse ecológico científico”, criadas a pedido do proprietário. - Decreto-Lei nº 142/2008 a criação de áreas protegidas de estatuto privado (APP)

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

De forma geral da análise aos vários instrumentos que permitiram o desenvolvimento da custódia do território para o caso internacional, comunidade da Catalunha, a possibilidade de criação de áreas protegidas de estatuto privado é comum.

Para além disto para a base da custódia do território, todos os instrumentos de gestão territorial, conservação da natureza e biodiversidade e legislação específica para os regimes de propriedade são comuns ao nível Internacional, Catalunha e Portugal.

Ao nível Internacional existem alguns exemplos onde foram desenvolvidos programas específicos para fomentar estes acordos. No caso Catalão a existência de determinados órgãos e instrumentos que permitem a participação das entidades privadas na tomada de decisão da administração pública.

Em Portugal à semelhança dos outros países os instrumentos de gestão territorial, de conservação da natureza e biodiversidade já apresentam enfoque na questão da participação pública nos processos de decisão e intervenção dos usuários do território. A legislação para os regimes de propriedade serve de complemento e base jurídica para a possibilidade do estabelecimento de determinados tipos de acordos. Apesar disto é importante desenvolver outros mecanismos ou instrumentos capazes de responder na prática a esta questão, como podem ser a existência de determinados incentivos fiscais, financeiros, etc específicos para a utilização de determinados tipos de acordos tendo em conta as prioridades de conservação e proteção.

4.1.6 Formas e figuras jurídicas para promover os acordos de custódia

Assim para o estabelecimento dos acordos de custódia é necessário analisar as diferentes formas jurídicas para aplicação da custódia do território e sua aplicação prática.

Tabela 4.6 Formas e figuras jurídicas para aplicação da custódia do território

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
Doação de terrenos		
Compra de terrenos ou aquisição da propriedade	Propriedade	Aquisição da propriedade
Troca de terrenos		Troca de terrenos
Legado e herança de terrenos		
Direito de aquisição preferente		
Expropriação		
Servidões		Servidões
Arrendamento de terrenos	Arrendamento Arrendamento de Direitos Mandato/ Arrendamento de Serviços	Arrendamento
Contratos, convénios e consórcios		Contratos de aquisição Estabelecimento de acordos anuais com agricultores da região
Autorizações administrativas		
Conservation Buyers Transactions ou Programs (Transações ou Programas de Compradores de Valores a Conservar)		
Assinatura de terrenos de domínio privado do Estado		
Reservas privadas formais	Áreas protegidas de estatuto privado	Áreas protegidas de estatuto privado (APP)
Reservas privadas informais ou voluntárias		
Concessões		

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
Usufruto	Usufruto	Usufruto
Règlement à l'amiable" (acordo amigável)	Acordo Verbal	
Uso de domínio público e os bens patrimoniais		
A cessação de outros direitos ou Censo Enfitéutico	Cessação de Uso ou Precário Censo Enfitéutico	
Acordos Voluntários entre União Europeia e Empresas		Compromisso, protocolo ou memorando de entendimento
	Direito Real e aproveitamento Parcial	
	Direito de Superfície	Direito de superfície
	Outros Acordos escritos	
		Usucapião
		Ocupação
		Acessão
		Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Tendo em conta a abordagem efetuada anteriormente podemos dizer que de forma global e tendo em conta os diferentes tipos de acordos e diferentes formas de poder estabelecer e fomentar a custódia do território, existem diferentes vertentes, quer através da transmissão ou sem transmissão da propriedade de um proprietário privado para uma entidade de custódia para permitir a conservação dos diferentes espaços.

Em comum dentro das experiências salientadas ao nível Internacional, Catalunha e Portugal, como formas jurídicas para estabelecimento de acordos temos a aquisição da propriedade, arrendamento, áreas protegidas de estatuto privado e o usufruto.

Outras formas de acordos são possíveis e de importância para acordar com os proprietários privados a gestão das suas áreas, como são acordo verbal, cessação de uso ou precário, censo enfitéutico, comum aos exemplos ao nível Internacional e catalães Para a análise comparativa entre Português e ao nível Internacional, as servidões, os contratos, convénios, consórcios, protocolos são possíveis e permitem o estabelecimento de acordos entre as entidades e os proprietários privados e as empresas e as entidades que promovem as iniciativas *Business and Biodiversity*.

Analisando o caso português e tendo em conta os exemplos existentes da aplicação à custódia do território, os diferentes acordos utilizados são a aquisição da propriedade, contratos de aquisição, acordos anuais com agricultores e protocolos, áreas protegidas de estatuto privado, através das iniciativas da Quercus, Associação Transumância e Natureza, Liga Portuguesa da Natureza e ICNF (Iniciativa *Business and Biodiversity*).

Outros possíveis e já possíveis no código civil português podem ser troca de terrenos, servidões, arrendamento, usufruto, direito de superfície, usucapião, acessão, Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos e ocupação.

4.1.7 Figuras legais para aplicação de acordos no âmbito da custódia do território

Assim e como forma de avaliar aplicação das várias formas jurídicas e frequência de utilização baseamo-nos na análise que foi realizada em Espanha, Catalunha e de alguma forma em Portugal.

Tabela 4.7 Formas jurídicas para aplicação dos acordos de custódia nos casos apresentados

Espanha	Catalunha	Portugal
<ul style="list-style-type: none">- Compra e venda- Doação, permuta e legado- Cessão ou aquisição de direitos- Servidões (de conservação)- Arrendamento- Cessão de uso- Contrato/ Convenio de Custódia- Acordo Verbal- Apoio Técnico- Reconhecimento- Educação	<ul style="list-style-type: none">- Cessão de uso e arrendamentos- Convénio Territorial- Acordo Verbal- Propriedade- Direitos Reais de aproveitamento	<ul style="list-style-type: none">- Aquisição de propriedade- Áreas protegidas de estatuto privado (APP)- Compromisso, protocolo ou memorando de entendimento- Estabelecimento de acordos anuais com agricultores da região

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Na tabela 4.7, podemos verificar que os acordos aqui apresentados, estão dispostos por ordem de utilização em cada um dos países e comunidade.

Assim tendo em conta esta análise podemos verificar que quer em Espanha e Portugal a forma jurídica mais utilizada é a aquisição da propriedade. Esta forma tendo em conta o esquema da figura 2.2, mostra-nos que esta é a forma com maior efetividade, compromisso e custo associado.

Em específico na Comunidade da Catalunha, os acordos mais utilizados são a cessação de uso e arrendamentos. A cessação e arrendamento no caso do estado espanhol também se enquadram nos instrumentos jurídicos com mais utilização para a custódia do território. Esta forma está relacionada com a cedência do domínio útil ou arrendamento de uma propriedade, por exemplo a uma entidade de custódia, em troca de quantia inferior se efetuar a aquisição da propriedade.

Dado que na Comunidade da Catalunha o desenvolvimento da custódia do território tem vindo a ser significativo e importante e onde se apresenta maior desenvolvimento nesta matéria, já foi possível avaliar a aplicação dos vários acordos, e daqui foi possível concluir que a cessação de uso e o arrendamento apresentam uma percentagem de cerca de 30% de aplicação.

Assim todas estas formas jurídicas para aplicação dos acordos de custódia são possíveis de aplicação em Portugal, já que nos no caso Catalão e Internacional estas utilizações especificamente para o estabelecimento dos acordos de custódia.

4.1.8 Incentivos Fiscais possíveis e aplicados aos acordos de custódia

Como forma de fomentar os acordos de custódia são incluídos na legislação de alguns países benefícios fiscais como forma de promover os acordos. Estes benefícios tanto podem ser para as entidades de custódia (que fomentam os acordos) como para os proprietários privados e inclusivamente empresas.

Seguidamente na tabela apresentamos os vários tipos de impostos onde pode ocorrer redução ou até insenção, existentes ao nível Internacional e Catalunha, de aplicação direta e já experimentados no fomento dos acordos de custódia. No caso de Portugal, apresentamos os impostos que poderam ser aplicados no âmbito da custódia do território.

Tabela 4.8 Tipo de impostos onde possa ocorrer benefício no âmbito da custódia do território

Mundo	Catalunha	Portugal
Rendimentos brutos ajustados		
Imposto de sucessões e Doações	Imposto de sucessões e Doações	
Deduzir o valor dos diretos reais		
Pagamento por Serviços Ambientais e Hidrológicos		
IRS		Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)
		IRC
Impostos sobre o Território		
Imposto sobre Transmissões Patrimoniais	Imposto sobre Transmissões Patrimoniais	Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT)
Imposto sobre terras não cultivadas		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)
Imposto sobre Sociedades (IS)		
Imposto sobre bens imóveis	Imposto de bens imóveis	Imposto municipal sobre imóveis (IMI)
Imposto sobre Atividades Económicas		
Imposto sobre Veículos de Tração Mecânica (IVTM)		Imposto do Selo
Áreas “intangíveis”		
Impostos provinciais		
Carga Impositiva		
Circulação de mercadorias e Serviços (ICMS)		
	Imposto sobre o aluguer de pessoas físicas	

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Tendo em conta a análise comparativa efetuada podemos verificar que em comum ao nível Internacional e caso Catalão poderão ocorrer incentivos fiscais aos impostos relacionados com imposto de sucessões e doações, imposto sobre transmissões patrimoniais e imposto de bens imóveis.

Outros incentivos fiscais já existem como forma de promover os acordos de custódia, relacionados com a redução de uma determinada percentagem ou isenção dos seguintes impostos IRS, IVA, Rendimentos brutos ajustados, deduzir o valor dos direitos reais, pagamento por serviços ambientais e hidrológicos, impostos sobre o território, imposto sobre terras não cultivadas, imposto sobre sociedades (IS), imposto sobre atividades económicas, imposto sobre veículos de tração mecânica (IVTM), áreas "intangíveis, impostos provinciais, carga impositiva e circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

Em Portugal existem determinados tipos de benefícios fiscais já atribuídos tendo em conta determinados da criação de determinado tipo de entidades, tipos de financiamento e investimento às empresas, que podem estar relacionados com a redução ou até isenção dos impostos relacionados com Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), IRC, imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT), imposto sobre o valor acrescentado (IVA), imposto municipal sobre imóveis (IMI), imposto do Selo.

Um dos principais objetivos desta análise é permitir que a redução de algum deste tipo de impostos seja reduzida na aplicação dos acordos de custódia, também como forma de fomentar e promover este tipo de iniciativa em Portugal.

4.1.9 Entidades que podem beneficiar com os incentivos fiscais

Seguidamente apresentamos os objetos de aplicação de incentivos fiscais, quer os aplicados diretamente às iniciativas de custódia, quer os do caso português que são aplicados de forma geral tendo em conta a legislação portuguesa nesta área.

Tabela 4.9 Tipo de entidades que podem beneficiar com a redução ou insenção de determinados impostos

Nível Internacional	Catalunha	Portugal
Entidades sem fins lucrativos		Entidades sem fins lucrativos
Proprietário quem realize ações para a proteção, preservação ou restauração do equilíbrio ecológico.		
Pagamentos as terras florestais que estão localizadas em áreas que subministram água a mais de 5.000 pessoas, e que não exerçam os 4.000 hectares		
Proprietários de terrenos sujeitos a acordos de custódia		
Proprietários de zonas de bosque com planos de gestão florestal	Propriedades rústicas florestais e propriedades rústicas	
Para os empresários que estabelecem novas explorações florestais		Fundos de investimento imobiliário em recursos florestais
Fundações e associações de utilidade pública		Associações de utilidade pública Associações e confederações Colectividades desportivas, de cultura e recreio
Empresas privadas que participem nos acordos de custódia		
As associações não declaradas de utilidade pública		
Para vários tipos de acordos de custódia e para proprietários		
		Sistema de incentivos em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)
		Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo
		Regime Fiscal de Apoio ao Investimento realizado em 2009 (RFAI)
		Criação líquida de empregos
		Mecenato
		Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e Sociedades de Capital de Risco (SCR)
		Serviços financeiros a entidades públicas
		Empresas armadoras da marinha mercante nacional
		Baldios e comunidades locais
		Benefícios Fiscais à Interioridade

(Barreira López, Rodríguez-Guerra et al. 2010), (Roca and Rotés 2006), (Quercus 2006), (LPN 2012), (ICNF 2012), (Transumância.e.Natureza 2012)

Os incentivos fiscais podem desde já ser aplicados a entidades sem fins lucrativos que trabalhem no âmbito da custódia do território (entidades de custódia), nos exemplos de aplicação nesta área ao nível Internacional. Nestas mesmas áreas, em alguns países são aplicados incentivos fiscais a proprietários que assinem acordos de custódia, que realizem ações de conservação e proteção do equilíbrio ecológico e para proprietários de zonas de bosque com planos de gestão florestal. Para além destes existem outros incentivos fiscais a fundações e associações de utilidade pública e empresas privadas que participem nos acordos de custódia.

No caso catalão poderam existir incentivos fiscais para proprietários de áreas rústicas, florestais e rústicas no âmbito de aplicação da custódia do território.

Em Portugal apesar de ainda não existirem incentivos fiscais no âmbito dos acordos de custódia, existem já alguns organismos que beneficiam de alguns benefícios e podem ter interesse de aplicação na custódia do território, e estão relacionados com o que foi dito anteriormente relacionado ao incentivo a empresas com financiamentos em áreas florestais, entidades sem fins lucrativos, associações de utilidade pública, associações e confederações. Existem outros objetos em Portugal que podem ser aplicados incentivos fiscais como os baldios e comunidades locais e o mecenato de possível aplicação no âmbito da custódia do território.

4.1.10 Fatores que contribuem para incentivar a participação privada, benefícios para os proprietários e importância de colaboração entre setor público e privado

4.1.10.1 Incentivos, benefícios e vantagens da participação privada

Como forma de fomentar a Custódia do Território e incentivar os proprietários a colaborar no estabelecimento destes acordos, é importante fomentar a interação e relação estreita com os usuários do território e das áreas a gerir.

Para além disso é importante dado que grande parte das áreas de gestão pública, incluem áreas de âmbito privado, estabelecer mecanismos para melhorar estas relações de proximidade.

Assim existem alguns fatores importantes para incentivar a participação privada que estão relacionados com natureza voluntária destes acordos, permite ao proprietário sempre que queira intervir em qualquer decisão, podendo adaptar às condições da comunidade local. A existência de financiamentos cada vez mais focados na comunidade local e desenvolvimento local. A aplicação da custódia do território permitirá conservar e proteger os recursos aí existentes e mantê-los pelas gerações futuras e possivelmente torná-los numa forma de turismo sustentável.

Existem assim algumas vantagens e benefícios para o proprietário que pode ser resumida no reconhecimento social, satisfação pessoal, aprendizagem mútua, assessoria, planificação do Futuro da propriedade, ações na propriedade através do voluntariado, possibilidades de financiamento (Roca and Rotés 2006).

Salientando o caso catalão é possível incentivar a participação das entidades de custódia, proprietários e empresas privadas a colaborar na custódia do território através da procura de ajudas e financiamentos (quer de âmbito europeu nacional, regional ou local) tendo em conta cada caso específico, serem financiados por sócios, doações e mecenas pessoais, no âmbito da responsabilidade ambiental da empresa (voluntariado cooperativo, cessação de uso ou de gestão de propriedades da empresa e colaboração económica ou em espécie a entidades ou iniciativas de custódia, marketing com causa). Também de salientar fatores importantes para promover e incentivar a custódia do território passam pela colaboração entre as diferentes organizações envolvidas na rede de custódia do território.

Assim todos estes mecanismos são importantes referentes e incentivos para a custódia do território e de possível aplicação em Portugal dado que é importante o incentivo quer à criação das chamadas entidades de custódia como também do fomento dos proprietários privados das áreas a gerir e como das empresas que queiram colaborar e atuar com as iniciativas de custódia.

4.1.11 Metodologia e acompanhamento dos Acordos de Custódia do Território

Seguidamente apresentamos uma metodologia para que uma entidade de custódia possa incentivar os acordos de custódia e estabelecer esse contato direto com os verdadeiros implicados e proprietários das áreas de interesse a gerir.

Assim e tendo em conta os exemplos de aplicação da custódia do território quer em Espanha com o caso da Comunidade da Catalunha (XCT - *Xarxa del custodia del Territori*) e o caso Português (Quercus) analisamos as metodologias em geral aplicadas para estabelecimento dos acordos, se seguida descrevemos.

1º Identificar as áreas de interesse e potenciais – para iniciar os acordos de custódia é importante primeiramente identificar quais as áreas de interesses

2º Análise ponderada das áreas de interesse – é necessário avaliar estas áreas de forma específica tendo em conta o seu verdadeiro interesse de conservação

3º Contatar o proprietário, com a finalidade de sondar a sua disponibilidade para colaborar na conservação dos valores existentes – nos primeiros contatos é importante avaliar o intercambio de opiniões e posições e a sua disponibilidade para colaborar na gestão da área proporcionando condições favoráveis de conservação.

4º Negociação do acordo – aqui é de alguma forma avaliado o tipo de acordo a estabelecer com o proprietário recorrendo se necessário a apoio jurídico nestas matérias.

5º Acordo – estabelece-se o acordo com o proprietário em questão.

6º Modelo de gestão co-participativo – a gestão da área não passa apenas por ser gerida recorrendo à entidade de custódia, mas sim em estreita colaboração com o proprietário privado.

7º Compromisso e ações pactadas – é importante o compromisso de ambas as partes e estabelecimento de ações que tenham parecer quer da entidade de custódia, quer do proprietário privado, sendo importante a criação de confiança com este.

8º Contato regular - este contato é importante já que é através disto que se consegue estabelecer a relação de confiança com o proprietário e que este valorize todo este trabalho de gestão.

9º Acompanhamento – é necessário acompanhar o trabalho desenvolvido nesta área.

Esta poderá ser uma das metodologias associadas para aplicação dos acordos de custódia no nosso caso de estudo e pelas entidades desta área territorial que possam promoverlos.

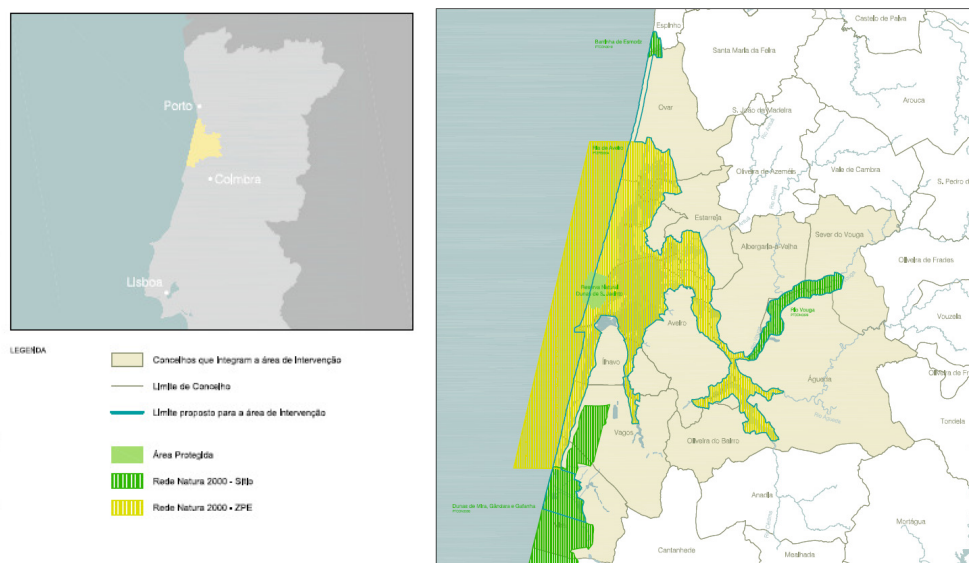


Figura 5.2 Zona de Protecção Especial da Ria de Aveiro (Código — PTZPE0004) e Sítio rio Vouga (Código PTCO0026) (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010)

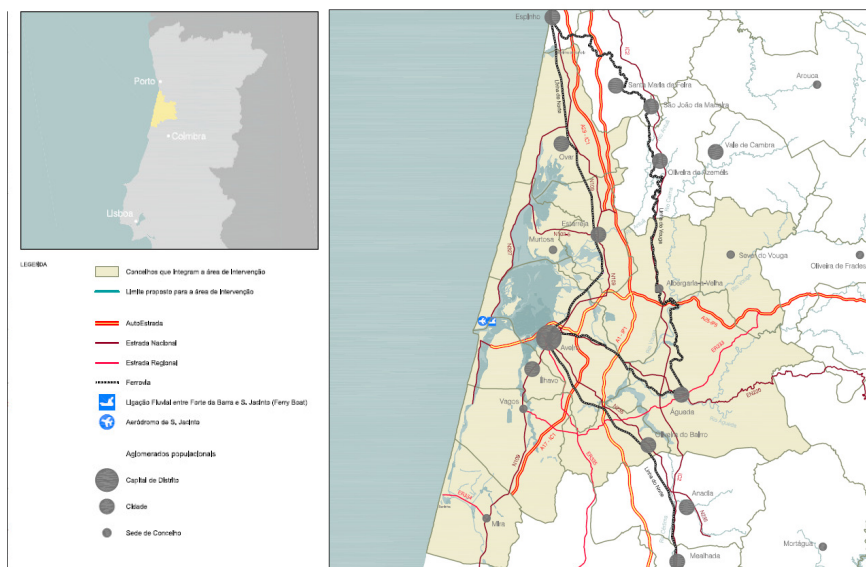


Figura 5.3 Âmbito do Plano Estratégico do Programa Polis (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010).

Na área de intervenção do presente Plano Estratégico, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar — Marinha Grande vincula as entidades públicas e diretamente os particulares, planeando de forma integrada os recursos da orla costeira dos concelhos de Ovar, Murtosa, Aveiro,

Ílhavo, Vagos, Mira, Cantanhede, Figueira da Foz, Pombal, Leiria e Marinha Grande, abrangendo uma faixa ao longo do litoral, designada por zona terrestre de proteção, cuja largura máxima é de 500 metros.

O âmbito de estudo, tem cerca de 37 000 ha, uma extensão de 60 km de frente costeira, 140 km de frente lagunar e 24 km de frente ribeirinha do Vouga, abrangendo os concelhos de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Estarreja, Ílhavo, Mira, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos.

(Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010)

5.1.1 Instrumentos de Gestão Territorial

Tendo em conta a gestão ambiental está enquadrada em muitos dos âmbitos dos instrumentos de gestão territorial em Portugal seguidamente salientamos alguns dos pontos que me parece interessante e que se enquadrem neste e tema e caso de estudo e façam referência a tais instrumentos (decreto lei 380/99).

Tabela 5.1 Articulação dos instrumentos de gestão territorial.

Âmbitos de Intervenção Territorial			Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Nacional	Planos Setoriais com Incidência Territorial Assim os Planos sectoriais são instrumentos de maior concretização das políticas para o ordenamento do território com incidência em diversas áreas da administração central como é o caso do ambiente e florestas. (Decreto-Lei 380/99)	Plano de gestão da região hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis - ARH Centro	Promover o acesso à informação e à participação pública nos processos de tomada de decisão e na definição de instrumentos de gestão, incluindo as entidades gestoras, os grupos de interesse e os utilizadores da água.
		Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2006, de 21 de Julho;	Preservação de valores ecológicos e biológicos que levaram à classificação dos habitats e das espécies de fauna e flora existentes como relevantes em termos de conservação; Conservação de ecossistemas de singular valor natural e à manutenção da diversidade biológica específica; Vulnerabilidades (Pontos fracos × Oportunidades) Criar e executar planos de gestão para as áreas públicas tornando-as modelos a seguir pelos proprietários privados; Constrangimentos (Pontos fortes × Ameaças) Apoiar o associativismo e o emparcelamento em superfícies de dimensão que viabilizem a sua gestão; Para a elaboração de cada PROF contribuiu a participação activa de representantes da administração central, regional e local, bem como as organizações não governamentais

Âmbitos de Intervenção Territorial			Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Nacional	Planos Especiais de Ordenamento do Território	Plano de Ordenamento do Estuário (POE) do Vouga (em elaboração na sequência do Decreto-Lei n.º 129/2008, de 21 de Julho, e do Despacho n.º 22550/2009, de 13 de Outubro).	<ul style="list-style-type: none"> - Definir os regimes de salvaguarda dos recursos e valores naturais, o regime de gestão compatível com os usos e ocupação do solo na zona terrestre de protecção e garantir o ordenamento, de forma integrada, da área dos concelhos envolventes do estuário do rio Vouga, em especial dos concelhos confinantes com a Ria de Aveiro, na área de intervenção do POE Vouga; - Criar um quadro referencial que sistematize e configure as principais normas de ordenamento e gestão das margens e das massas de água da Ria de Aveiro, procedendo à definição de um modelo de intervenção estratégica para a orla estuarina, em especial as margens da Ria de Aveiro, estabelecendo, ainda, um regime que discipline os usos e actividades do plano de água da Ria de Aveiro; - Garantir a articulação com planos, estudos e programas de interesse local, regional e nacional, existentes ou em curso, nomeadamente o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar -Marinha Grande, o Plano Sectorial Rede Natura 2000, o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto, o Plano Intermunicipal da Ria de Aveiro e o Polis Litoral Ria de Aveiro — Operação Integrada de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro; - Compatibilizar os diferentes usos e actividades existentes e ou a desenvolver, com a protecção e valorização ambiental e a utilização sustentável dos recursos hídricos, em especial os estuarinos, assim como dos valores naturais que lhes estão associados; - Assegurar a gestão integrada das águas de transição com as águas interiores e costeiras confinantes e o funcionamento sustentável dos ecossistemas estuarinos; - Preservar e recuperar as espécies aquáticas e ribeirinhas protegidas e ou ameaçadas e os respectivos <i>habitats</i>.

Âmbitos de Intervenção Territorial			Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Nacional	Planos Especiais de Ordenamento do Território	Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Ovar – Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de Outubro, alterado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 13 de Março (em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 22400/2009, de 9 de Outubro)	<p>O Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar-Marinha Grande, POOC, tem natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território, bem como os programas e projetos, de iniciativa pública ou privada, a realizar na sua área de intervenção.</p> <p>Constituem objectivos gerais do POOC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira; - A defesa e conservação da natureza. <p>Constituem objectivos específicos do POOC:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteger e recuperar os ecossistemas naturais com interesse para a conservação; - Assegurar a exploração sustentável dos recursos vivos aquáticos; - Melhorar a qualidade das águas dos sistemas aquáticos; - Garantir a manutenção dos usos e das funções da orla costeira; - Promover a articulação das acções dos diversos factores económicos e sociais.
		Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto (PORNDSJ), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2005, de 13 de Janeiro.	<p>Objetivos Gerais :</p> <p>Corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais da fauna e da flora selvagens protegidas;</p> <p>Estabelecer propostas de uso e ocupação do solo que promovam a necessária compatibilização entre proteção e valorização dos recursos naturais e o desenvolvimento das atividades humanas em presença;</p> <p>Objetivos Específicos</p> <p>Assegurar a informação, sensibilização, formação e participação do público, bem como incentivar e mobilizar a sociedade civil para a conservação do ecossistemas dunares e zonas húmidas litorais.</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Regional	Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Centro, em elaboração por determinação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2006, de 23 de Fevereiro.	<p>A elaboração do PROT deverá constituir uma oportunidade para construir “novos consensos” em torno de uma “nova visão” sobre a inserção da região no espaço nacional e europeu, e para definir um modelo de desenvolvimento que reforce o potencial dos seus sistemas urbano e científico-tecnológico, explore as vantagens das novas acessibilidades e promova a proteção e valorização dos seus recursos naturais e culturais.</p> <p>Região Centro - Opções Estratégicas Territoriais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o potencial turístico, dando projecção internacional ao património natural, cultural e paisagístico; - Valorizar os recursos hídricos e recuperar a qualidade da água, concluindo os projectos integrados de despoluição; - Assumir como prioridade estratégica a protecção, valorização e gestão sustentável dos recursos florestais; - Ordenar a paisagem, salvaguardar as áreas agrícolas ou de valia ambiental da pressão do uso urbano/industrial e implementar estruturas ecológicas de âmbito regional e local; - Ordenar as Áreas Protegidas, articulando níveis elevados de protecção dos valores naturais com o uso sustentável dos recursos, com benefícios económicos e sociais para a população residente.
Municipal	Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UNIR@RIA), publicado através do Aviso n.º 19308/2008, Diário da República, 2.ª Série, n.º 127, de 3 de Julho de 2008;	Constitui ainda objetivo do UNIR@RIA a articulação das estratégias dos municípios envolvidos, nos domínios do desenvolvimento económico e social, da proteção e qualificação ambiental, da distribuição territorial de atividades e infraestruturas, da racionalização do povoamento e do acesso a equipamentos estruturantes e potenciação da região ao nível turístico.
	Plano Director Municipal (PDM) de Águeda, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/95, publicada no DR n.º 13 I Série B, de 16 de Janeiro de 1995, com as alterações subsequentes; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 26626/2001, de 31 de Dezembro;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos; Espaços Urbanizáveis</p> <p>Áreas Industriais: Espaços Industriais</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas; Espaços Florestais</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Áreas de REN; Zona de defesa e ou proteção aos recursos geológicos</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços Culturais; Espaços Canais</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico: -</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Municipal	Plano Director Municipal (PDM) de Albergaria-a-Velha, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/99, publicada no DR n.º 64 I Série B, de 17 de Março de 1999; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 26654/2003, de 20 de Novembro;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos – Categoria A, Categoria B, Categoria C</p> <p>Áreas Industriais: Espaços Industriais – Espaço de Industria Transformadora Existente; Espaço de Industria Transformadora Potencial; Espaço de Industria Extrativa</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas – Espaço Agrícola Protegido; Espaço Agrícola Complementar. Espaços Florestais</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais – Espaço Natural Protegido; Espaço Natural Lúdico; Espaço Natural Turístico. Áreas de REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços Culturais: Espaço Cultural Edificado; Espaço Cultural Não-edificado</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico: -</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>
	Plano Director Municipal (PDM) de Aveiro, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 165/95, publicada no DR n.º 284 I Série B, de 11 de Dezembro, com as alterações e suspensões parciais subsequentes; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 15472/2008, de 4 de Junho;	<p>Perímetros Urbanos: Zonas de Construção: Tipo I, Tipo II ou Tipo III; Zona Predominantemente de Serviços e Armazenagem</p> <p>Áreas Industriais: Zonas Industriais de Armazenagem; Zonas de Industria Extrativa</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Zonas Agrícolas e Florestais; Áreas de RAN.</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Áreas de Salvaguarda Estrita; Áreas de REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Zona de Equipamento.</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico: -</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>
	Plano Director Municipal (PDM) de Espinho, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/94, publicada no DR n.º 117 I Série B, de 20 de Maio;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos e Urbanizáveis: Central Principal; Central Secundário; Dominante; Dominante de expansão.</p> <p>Espaços de Interesse Arquitetónico</p> <p>Áreas Industriais: Espaços destinados a Serviços e Armazenagem; Espaços Industriais.</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Florestais</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços de ocupação condicionada; Zonas de Salvaguarda Estrita; Áreas de REN, Áreas de RAN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços de Equipamentos</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Municipal	Plano Director Municipal (PDM) de Estarreja, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/93, publicada no DR n.º 45 I Série B, de 23 de Fevereiro, com as alterações e suspensões parciais subsequentes; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 25958/2005, de 19 de Dezembro; sujeito a Alteração Regulamentar ao PDM de Estarreja, conforme o Aviso n.º 5153/2010, de 11 de Março, e consequente Declaração de Rectificação n.º 599/2010, de 26 de Março, para efeitos de correcção de lapso no quadro regulamentar;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos (existentes e Potenciais) – Categoria A; Categoria B; Categoria C.</p> <p>Áreas Industriais: Espaços Industriais – Espaço de Industria Transformadora; Espaços de Industria Extrativa.</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas – Espaço Agrícola Protegido; Espaço Agrícola Agro-pecuário. Espaços Florestais – Espaço Florestal Existente; Espaço Florestal Potencial.</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais – Espaço Natural Protegido; Espaço Natural Lúdico; Espaço Natural Turístico. Áreas REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços Culturais – Espaço Cultural Edificado; Espaço Cultural de Conjunto.</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>
	Plano Director Municipal (PDM) de Ílhavo, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/99, publicada no DR n.º 258 I Série B, de 5 de Novembro; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 15826/2003, de 14 de Agosto;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos – Nível I, II e III. Espaços Urbanizáveis de Expansão – Nível I, II e III.</p> <p>Áreas Industriais: Espaços Industriais – Espaço Industrial I e II. Industrias Extrativas e reconverter. Industrias e Armazéns a instalar em Áreas Urbanas e Urbanizáveis.</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas – Espaços Agrícolas coincidentes com a RAN; Espaços Agrícolas Complementares. Espaços Florestais.</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais e de Proteção – Nível I, II, III, IV. Áreas de REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços para equipamentos.</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico: Espaços Urbanizáveis para fins Específicos – Área de Desenvolvimento Turístico I, II e III.</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>
	Plano Director Municipal (PDM) de Mira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/94, publicada no DR n.º 215 I Série B de 16 de Setembro; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 138/2004, de 6 de Janeiro;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos – Espaço Urbano Central; Espaço Urbano Dominante; Espaço Urbano de Transição.</p> <p>Áreas Industriais: Espaços Industriais e de Armazenagem – Zona Industrial; Zona Industrial Informal; Zona Industrial Extrativa.</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços de Ocupação – Condicionada; Áreas de RAN.</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços de Salvaguarda Estrita; Áreas de REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços de Equipamento</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>Zonas Húmidas: Espaço Verde Público</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Municipal	Plano Director Municipal (PDM) de Murtosa, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 75/2002, publicada no DR n.º 84 I Série B, de 10 de Abril; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 11612/2008, de 23 de Abril;	Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos; Espaços Urbanizáveis. Áreas Industriais: Espaços Industriais. Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas e Florestais Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais; Áreas de REN. Áreas de Equipamentos: Espaço de Desenvolvimento Programado – Categoria 6.2 Áreas de Desenvolvimento Turístico: Espaços de Desenvolvimento Programado – Categoria 6.1 Zonas Húmidas: -
	Plano Director Municipal (PDM) de Oliveira do Bairro, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/99 publicada no DR n.º 175 I Série B de 29 de Julho, com as alterações subsequentes; em processo de revisão na sequência do Despacho n.º 15823/2003, de 14 de Agosto;	Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos; Espaços Urbanos Centrais; Espaços Urbanizáveis Áreas Industriais: Espaços para Industrias Transformadoras; Espaços para Industrias Extrativas. Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas, Espaços Florestais. Áreas Naturais Condicionadas: Áreas REN Áreas de Equipamentos: Espaços Canais Áreas de Desenvolvimento Turístico: Zonas Húmidas: -
	Plano Director Municipal (PDM) de Ovar, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/95, publicada no DR n.º 157 I Série B, de 10 de Julho, alterado pela Deliberação nº 2377/2007 publicada no DR nº 237 II Série de 10 de Dezembro;	Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos – Categoria A, B e C. Espaços Praias – Categoria A e B. Áreas Industriais: Espaço Industrial Transformadora; Espaço de Industria Extrativa Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas – Espaço Agrícola Protegido; Espaço de Industria Extrativa. Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais – Espaço Natural Protegido; Espaço Natural Florestado, que incluiu áreas destinadas a Espaço Empreendimento; Espaço Natural Lúdico; Espaço Natural Turístico. Áreas de REN. Áreas de Equipamentos: Espaço Cultural – Espaço Cultural Edificado; Espaço Cultural Não Edificado. Áreas de Desenvolvimento Turístico: Zonas Húmidas: -

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Municipal	Plano Director Municipal (PDM) de Sever do Vouga, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/97, publicada no DR n.º 249 I Série B, de 27 de Outubro;	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos – Categoria A, B, C e D.</p> <p>Áreas Industriais: Espaço Industrial</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Espaços Agrícolas – Espaço Agrícola Protegido; Espaço Agrícola Complementar.</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços Naturais – Espaço Natural Protegido; Espaço Natural Lúdico; Espaço Natural Turístico.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaço Cultural – Espaço Cultural Classificado; Espaço Cultural com interesse.</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>
	Plano Director Municipal (PDM) de Vagos, ratificado pelo Despacho n.º 104/92, publicado no DR n.º 282 II Série, de 7 de Dezembro, com as alterações e suspensão parcial subsequentes; com a 1.º revisão aprovada em Aviso nº8076/2009, na série do DR nº 72 em 14 de Abril de 2009	<p>Perímetros Urbanos: Espaços Urbanos; Espaços Urbanizáveis.</p> <p>Áreas Industriais: Espaços para indústrias Transformadoras; Espaços para Indústrias Extrativas.</p> <p>Áreas Agrícolas e Florestais: Categoria 1 – Áreas sujeitas a regime florestal, Categoria 2 – Áreas abrangidas pela RAN; Categoria 3 – Áreas Agro-florestais</p> <p>Áreas Naturais Condicionadas: Espaços de Proteção a Aquíferos; Espaços Naturais – Categoria 1 (Áreas de REN); Categoria 2 (Áreas de REN potenciais para desenvolvimento programado). Áreas de REN.</p> <p>Áreas de Equipamentos: Espaços de Equipamentos.</p> <p>Áreas de Desenvolvimento Turístico:</p> <p>Zonas Húmidas: -</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial	Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Outros Instrumentos de Gestão Territorial	<p>Estas duas características resultam da interação do homem com o clima, da intensa relação terra/água, dos terrenos suaves de formação recente, da fertilidade dos solos e da água em abundância. Trata-se de um agroecossistema recente, gerido de acordo com objetivos de produção e sustentação económica, sob a permanente ameaça das cheias e da intrusão salina. (IHERA. 2001)</p> <p>6. O Baixo Vouga Lagunar representa cerca de 6 % da ZPE- Zona de Protecção Especial “Ria de Aveiro”, sendo constituído por três principais unidades de paisagem homogéneas, Campo Aberto (cerca de 17%), Sistemas Húmidos (21%) e “Bocage” (52%), interligadas entre si por uma densa rede de corredores constituída por esteiros, valas, sebes e caminhos. A estas unidades de paisagem estão intimamente associados ecossistemas (“Bocage”, “sapal”, “caniçal” e os “arrozais”), suporte de espécies protegidas, fruto da intervenção humana no desenvolvimento da actividade agrícola ao longo dos tempos 7. O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) (Andresen et al., 2001) concluiu que a gestão da água doce no Baixo Vouga Lagunar é uma componente do projecto de capital importância para que os objectivos deste possam ser atingidos. Esta gestão determina o controlo da qualidade da água desuperfície e da água sub-superficial e tem um efeito determinante na conservação do solo. Por sua vez, exerce um papel preponderante na conservação deste agro-ecossistema, em aspectos tais como a paisagem e a biodiversidade da fauna e flora. (Andresen, T. et al., 2001. Estudo de Impacte Ambiental do Projecto de Desenvolvimento Agrícola do Vouga: Bloco do Baixo Vouga Lagunar, Departamento de Ambiente e Ordenamento, Universidade de Aveiro, Portugal.)</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Outros Instrumentos de Gestão Territorial	Estudo de Caracterização para o Reordenamento e Valorização dos Núcleos Piscatórios Lagunares	<p>O principal objectivo deste estudo é o de, após uma análise da situação actual dos núcleos piscatórios lagunares na Ria de Aveiro, desenvolver uma estratégia de intervenção baseada nos objectivos estratégicos definidos em instrumentos de nível superior, nomeadamente no Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro: “<i>Ria Ambientalmente Preservada, Ria Economicamente Dinâmica, Ria de Múltiplas Vivências</i>”; e apresentar uma proposta de requalificação e valorização para cada cais.</p> <p>A área de intervenção deste estudo abrange seis concelhos marginais da Ria, e 22 cais.</p> <p>A primeira etapa deste estudo consistiu no levantamento das características mais relevantes da região, organizadas por pontos positivos e a melhorar, a nível socioeconómico, paisagístico, arquitectónico, de estruturas e navegabilidade, e de infra-estruturas ambientais, o que permitiu concluir que existe um conjunto de factores que diferenciam este espaço (Ria de Aveiro, núcleos piscatórios lagunares e cais) que deverão ser potenciados no sentido de os reordenar e valorizar economicamente, ao mesmo tempo que se identificam um conjunto de fraquezas de dimensão estrutural que desde há muito condicionam a actividade piscatória local desta região.</p>

Âmbitos de Intervenção Territorial		Tópicos de relação com o tema da Custódia do Território e Conservação da Natureza
Outros Instrumentos de Gestão Territorial	Revitalização e Valorização Económica do Salgado de Aveiro	<p>O estudo considera que a actividade salícola na Ria de Aveiro, não só é um <i>ex-libris</i> da cidade como poderá crescer, tanto à custa de um cada vez maior aumento da procura de produtos naturais, como através da utilização dos seus espaços para aquicultura ou para o desenvolvimento do turismo temático. O estudo considera ainda que a produção salícola poderá contribuir para o equilíbrio ecológico deste ecossistema.</p> <p>Cenário 3 – <i>Lemnos</i> – este cenário prevê a criação de uma estratégia de diferenciação do produto, induzida pelos poderes públicos, mas que, ainda assim terá de ultrapassar as dificuldades resultantes dos baixos níveis habilitacionais e de competências dos produtores para a gestão. Assume-se que a implementação deste cenário implica o investimento, por parte da Administração Central, tanto material como imaterial, na recuperação das marinhas e do produtos delas resultante, de forma a melhorar a sua qualidade e promovê-la como uma imagem e marca da cidade de Aveiro, através da construção de mecanismos de embalagem e distribuição distintos. A principal desvantagem deste cenário é o facto de exigir um envolvimento bastante grande da Administração Central na criação de condições para o seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que obriga a um importante esforço de concertação entre os agentes envolvidos na produção de sal;</p>

(ARHCentro 2011), , ARHCentro (2009), (Resolução.Conselho.Ministros 2000), (CCDRCentro 2005), (CCDRCentro 2011), (Empresa CPU 2007), (Empresa DHV 2011)

A análise dos planos e documentos listados permite concluir que as principais orientações e objetivos para o sistema lagunar “Ria” de Aveiro se prendem com (Empresa DHV 2011):

- A conservação ambiental da Ria de Aveiro, ressaltando a sua biodiversidade e características ecológicas;
- O desenvolvimento das actividades económicas tradicionais – agricultura, pesca, salicultura, aquicultura, etc;
- A compatibilização entre os usos e a conservação da natureza;
- A salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- A valorização dos recursos hídricos e a promoção e desenvolvimento das suas potencialidades económicas;

- A gestão e contenção da pressão urbanística, nomeadamente nas zonas de maior risco de cheias e inundações e nas zonas com maior sensibilidade ambiental e menor capacidade de carga;
- O ordenamento industrial e a criação de redes de parques empresariais, assentes na articulação e cooperação entre eles, incorporando conceitos de inovação e competitividade e **integrando as diversas entidades com responsabilidades nesta área, tanto públicas como privadas;**
- A promoção turística da região, sustentada no turismo de natureza e nos desportos náuticos, através da diversificação e qualificação da oferta.

5.1.2 Definição e delimitação dos usos e áreas protegidas e de interesse no nosso âmbito de estudo

Posteriormente à análise dos diferentes instrumentos de gestão territorial e planos em vigor para área de estudo, o sistema lagunar “Ria” de Aveiro, é importante seguidamente analisar a nossa área de estudo em termos de possíveis recursos a conservar em propriedades privadas.

A “Ria” apresenta um vasto leque de recursos aos diferentes níveis, quer naturais, patrimoniais ou culturais em propriedades privadas. Assim é importante desta forma analisar os diferentes usos do solo, as áreas de interesse para a conservação da natureza com diversos valores de avifauna, flora e paisagem.

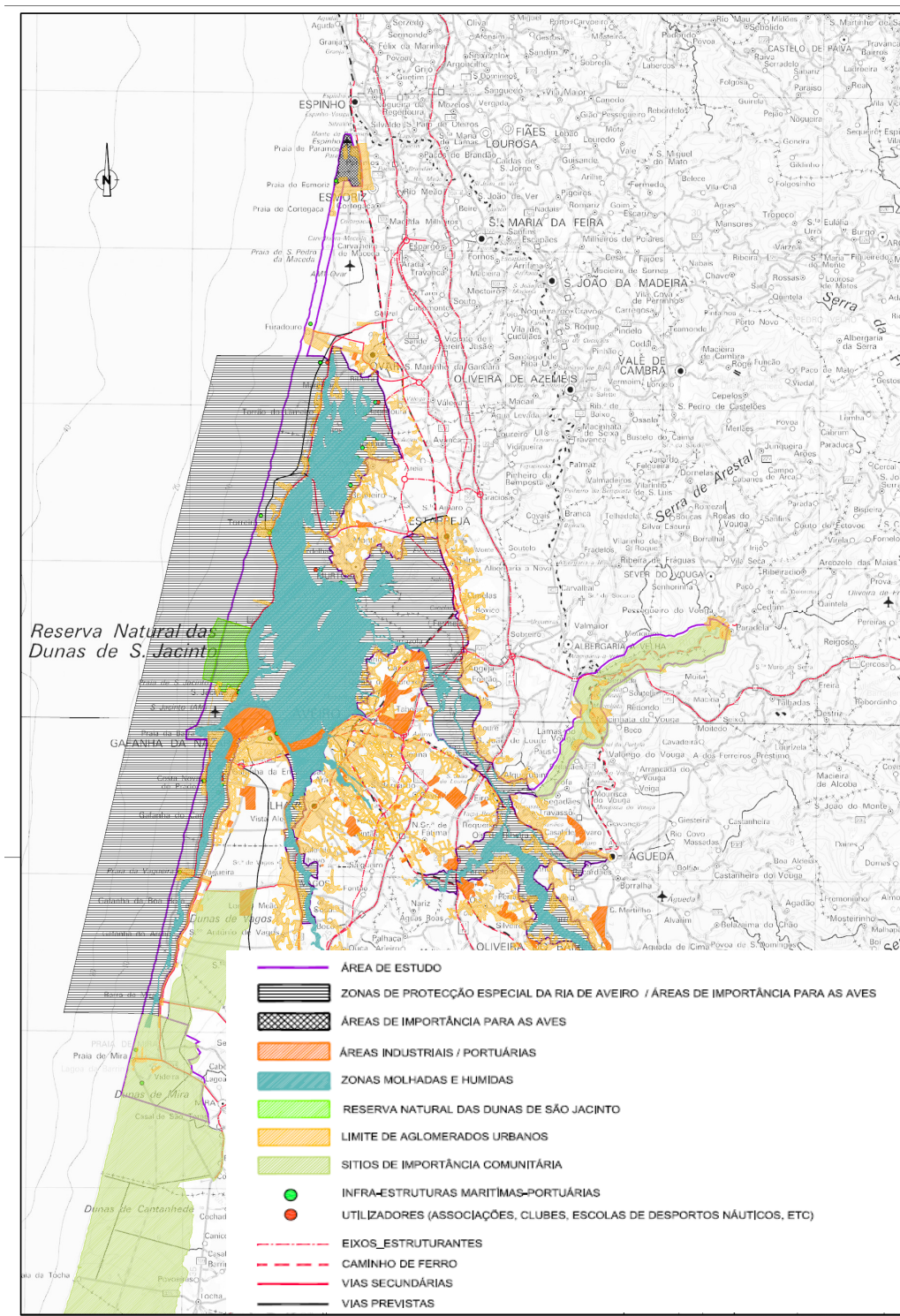


Figura 5.4 Mapa com a representação das diferentes delimitações, áreas e usos no âmbito do sistema lagunar “Ria” de Aveiro (Empresa DHV 2011)

5.1.2.1 Usos do solo da área de estudo

Os usos do solo predominantes na região do Baixo Vouga, na qual se insere a área em análise são o agrícola e o florestal, seguindo a dinâmica da Região Centro onde as áreas associadas à agricultura ocupam cerca de 58% do território e as florestas quase 29%, enquanto as áreas associadas ao tecido urbano, equipamentos e indústria não ultrapassam os 2%, muito embora as mesmas tenham vindo a crescer exponencialmente à custa das áreas florestais, que na área de intervenção são, na sua maioria, florestas resinosas. Este crescimento no entanto tem sido efectuado de modo descontínuo e, em grande parte das vezes, não consolidado.

Dado que muitos Planos Directores Municipais se encontrarem ainda em revisão e os em vigor estarem desatualizados dificulta a análise dos usos do solo. Por outro lado, as tipologias de uso de solo utilizadas são distintas de município para município tornando difícil a sua análise.

O Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro (UNIR@RIA) efectuou já um trabalho de síntese do ordenamento municipal, de parte da área de intervenção, sendo a restante caracterizada com recursos aos PDM's em vigor, os quais se encontram, na sua maioria, em processo de revisão.

O UNIR@RIA considera 7 tipologias distintas de usos do solo:

- Perímetros urbanos – na sua maioria lineares, ao longo das vias de comunicação e das linhas de água;
- Áreas de Equipamento – que correspondem na sua maioria à área terrestre sob jurisdição da Administração do Porto de Aveiro, e a zonas como a Universidade de Aveiro, o Parque de Desportos e outros; Áreas Industriais;
- Áreas Agrícolas e Florestais;
- Áreas Naturais Condicionadas;
- Áreas de Desenvolvimento Turístico;
- Zonas Húmidas, que correspondem à totalidade da área molhada da Ria de Aveiro e a parte das suas margens.

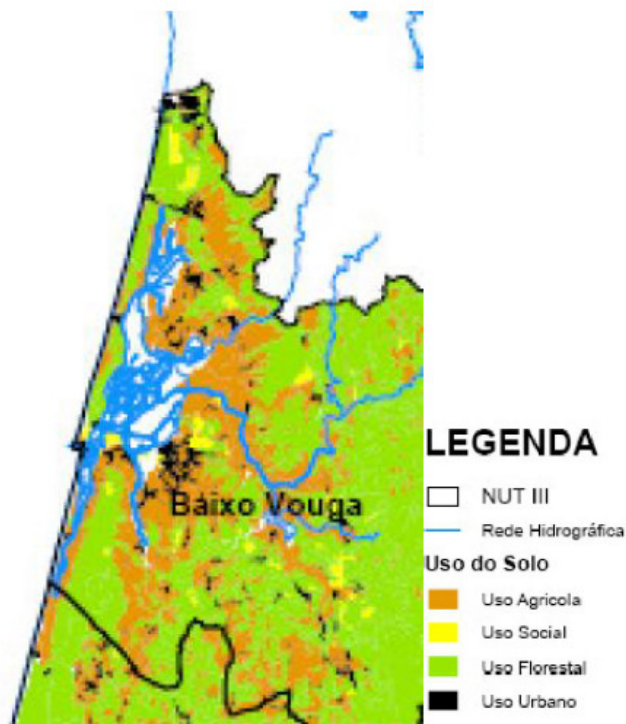


Figura 5.5 Mapa com a representação dos diferentes usos do solo do âmbito de estudo. (Empresa DHV 2011)

Pela análise da Figura 5.5 pode observar-se que esta é uma zona, na sua maioria, abrangida pela Reserva Ecológica Nacional e pela Reserva Agrícola Nacional, e onde apenas as zonas integradas em perímetros urbanos, em áreas de equipamentos e áreas industriais não se encontram abrangidas por estas condicionantes. Existem igualmente algumas áreas agrícolas não integradas na Reserva Agrícola Nacional.

Assim de acordo com a análise efetuada aos diferentes usos do solo podemos verificar que as áreas agrícolas têm grande importância e representação na envolvente do sistema lagunar “Ria” de Aveiro.

5.1.2.2 Área de interesse para a conservação

Para poder estabelecer as metodologias para a aplicação da Custódia do Território é importante identificar inicialmente os diversos valores e a natural de interesse e que de alguma forma seja importante e relevante no sistema lagunar “Ria” de Aveiro.

Como tal analisamos os diferentes valores associados às seguintes diferentes zonas de proteção:

- ZPE – Zona de Proteção Especial ZPE Ria de Aveiro
- SIC - SIC Ria de Aveiro – Proposta; SIC Rio Vouga; SIC Barrinha de Esmoriz; SIC Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas

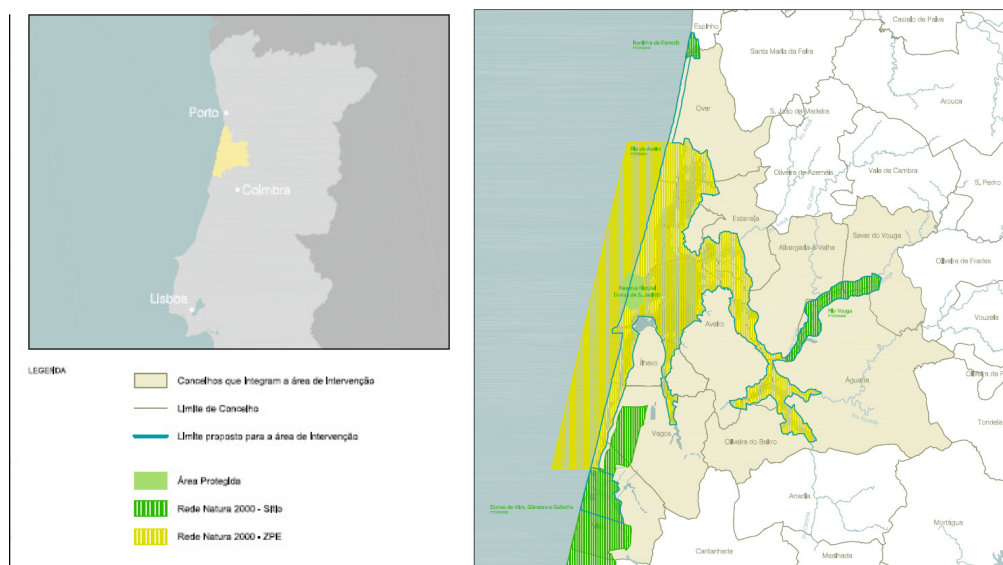


Figura 5.6 Mapa com a representação da delimitação das áreas SIC e ZPE do Sistema Lagunar “Ria” de Aveiro e respetivo contexto territorial (Polis.Litoral.Ria.Aveiro 2010)

5.1.2.3 Valores Naturais, Habitats e Espécies das áreas SIC e ZPE

Para seleccionar uma determinada área analisamos as áreas SIC e ZPE incluídas no sistema lagunar “Ria” de Aveiro que apresentamos em seguida as fichas descritivas do Plano da Rede Natura 2000 e a proposta para o SIC Ria de Aveiro.

5.1.2.3.1 SIC Ria de Aveiro – Proposta (ICNB 2011)

A ria de Aveiro é um sistema estuarino-lagunar constituído por uma rede de canais de maré permanentemente ligados e por uma zona terminal com canais estreitos e de baixa profundidade. A ria é constituída por quatro canais principais de águas pouco profundas: Ovar, S. Jacinto, Mira e Ilhavo onde se definem várias ilhas e ilhotas constituídas pela acumulação de materiais sedimentares. A permanente ligação ao mar e assegurada através da barra de Aveiro, um canal artificial aberto no cordão litoral, induzindo o efeito da maré na área da ria.

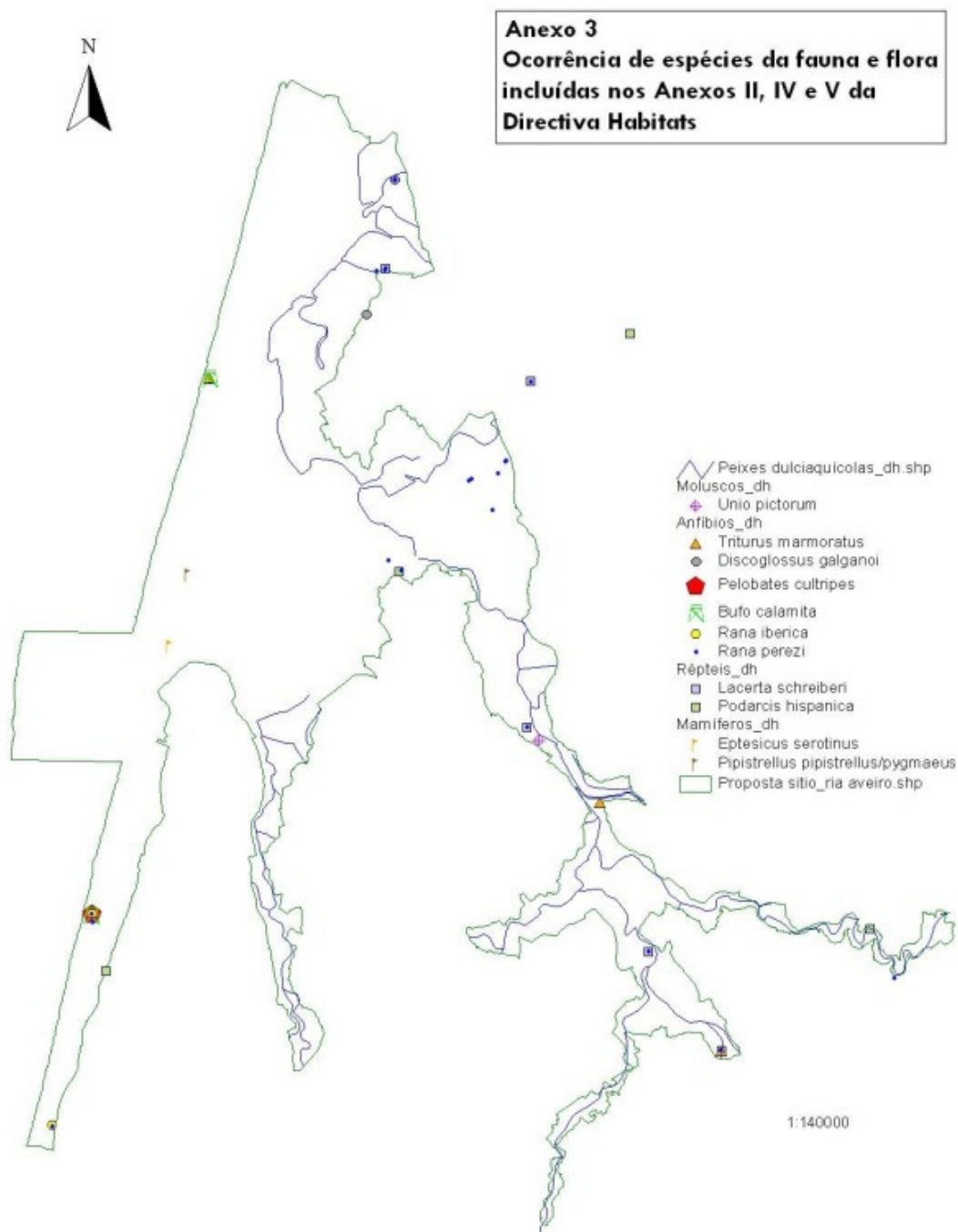
E considerada como a zona húmida mais importante do Norte do país, albergando grande diversidade de comunidades vegetais halófilas e sub-halófilas numa extensa área estuarina, representando consequentemente a área mais importante de ocorrência do habitat 1130 (Estuários). **Destaca-se também por constituir a área onde o habitat 1330 (Juncais e prados-juncais da aliança *Glauco maritima* - *Juncion maritimi*) apresenta maior expressão no território nacional.**

É igualmente reconhecida a importância da bacia hidrográfica do Vouga para as espécies migradoras diádromas, tais como clupeídeos, lampreia e enguia. A ria de Aveiro é uma área fundamental para estas espécies já que lhes assegura condições ecológicas essenciais ao sucesso

das suas migrações reprodutoras, garantindo a conectividade entre o mar e os cursos de água doce, que constituem os locais de desova de lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*), sável (*Alosa alosa*) e savelha (*Alosa fallax*). Sendo residente, também a lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*) depende destes cursos de água, completando todo o seu ciclo de vida em meio dulciaquícola.

Na envolvente do complexo estuarino estão representados diversos habitats ripícolas, nomeadamente o habitat 91E0* (Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus excelsior*), e na zona costeira, os habitats dunares integram comunidades vegetais raras, tais como os matagais densos de *Salix arenaria* em depressões dunares que sofrem habitualmente encharcamento sazonal mais ou menos prolongado (habitat 2170). O habitat 2170 (onde se concentra uma fração considerável da fauna das dunas litorais) está presente em vários países da região biogeográfica Atlântica, mas na região biogeográfica Mediterrânica apenas ocorre em Portugal, de forma pontual, estando representado apenas nas Dunas de Mira, Gandara e Gafanhas e na Ria de Aveiro. A sua posição finícola em Portugal confere a este habitat um assinalável interesse biogeográfico e conservacionista.

Ainda nas comunidades dunares, importa destacar a ocorrência de *Jasione lusitanica*, que constitui um endemismo ibérico restrito ao litoral oeste da península.



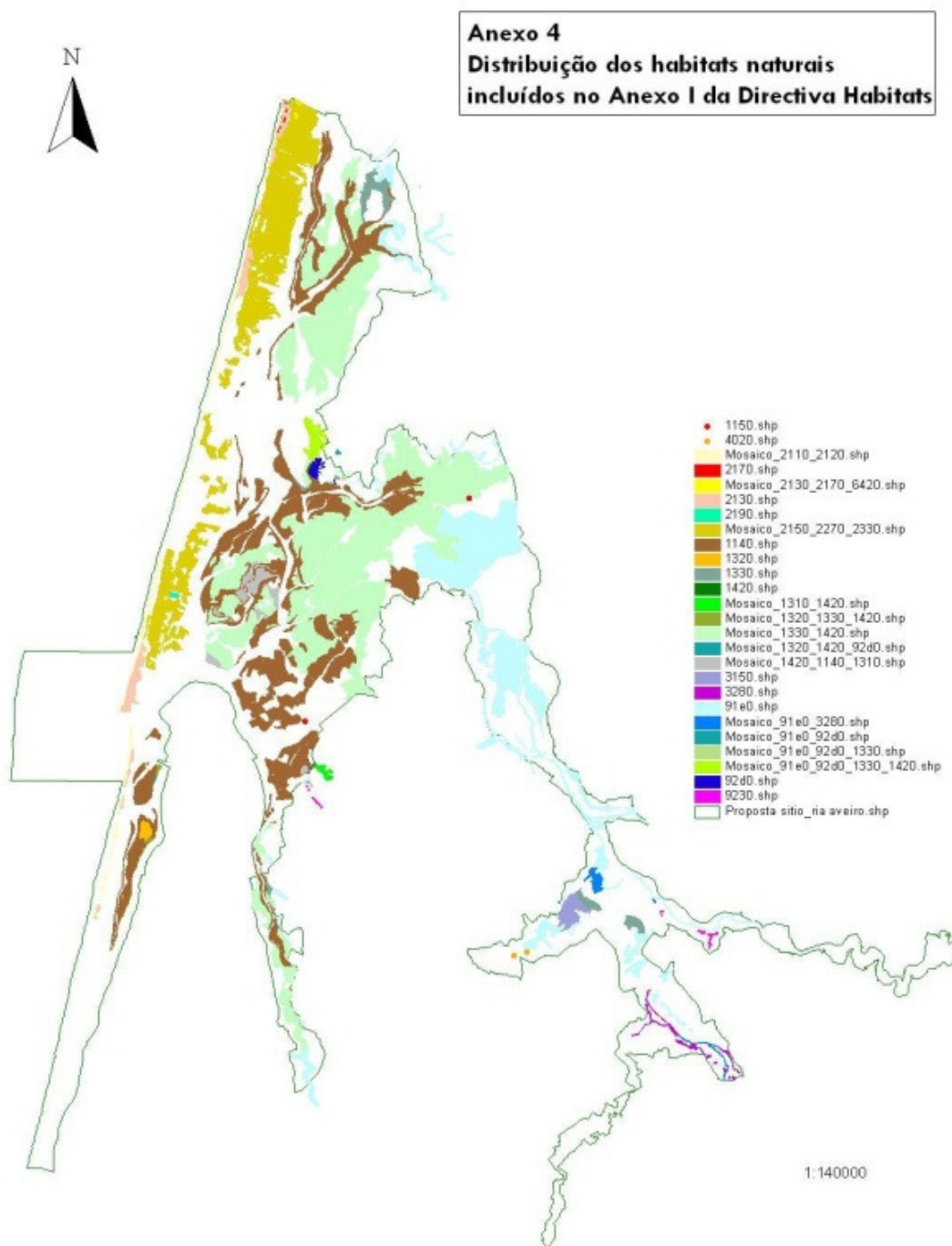


Figura 5.7 Distribuição das espécies de flora, fauna e habitats da diretiva habitats(ICNB 2011).

5.1.2.3.2 SIC Rio Vouga (ICNB 2006)

O rio Vouga é o principal curso de água que alimenta a Ria de Aveiro e a Pateira de Frossos. A parte inicial do troço do rio que corresponde ao Sítio corre num vale encaixado em cujas vertentes predominam matos e manchas de exóticas, apresentando uma galeria ripícola geralmente bem conservada. A jusante dá-se a abertura para a planície aluvial, com uma redução do grau de conservação da vegetação marginal, principalmente por efeito da pressão exercida nos campos agrícolas contíguos.

Merece destaque a ocorrência de núcleos de floresta sub-higrófila de *Fraxinus angustifolia*, *Quercus robur* e *Ulmus minor* (91F0), própria de depressões ligeiras, planas e extensas, em aluviões raramente inundados.

Trata-se de um rio importante para a conservação de espécies piscícolas migradoras, como o sável (*Alosa alosa*) e a savelha (*Alosa fallax*). É um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*).

5.1.2.3.3 SIC Barrinha de Esmoriz (ICNB 2006)

A importância da Barrinha de Esmoriz reside na presença da lagoa costeira de água salobra (1150*), um habitat prioritário, originada pela deposição de areia junto à foz de uma pequena linha de água, com a formação de um cordão dunar que é aberto sazonalmente para renovação da água. A lagoa tem associada uma área de floresta sub-higrófila de árvores caducifólias (91F0), habitat que em Portugal se distribui de forma pontual e maioritariamente na Beira Litoral.

Destaca-se ainda a presença da campanulácea *Jasione lusitanica*, um endemismo ibérico dos areais do litoral Noroeste, que devido à sua reduzida e fragmentada área de ocupação, se encontra significativamente ameaçada. Este é um dos dois Sítios onde está representada.

A Barrinha de Esmoriz é ainda um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*).

5.1.2.3.4 SIC Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas (ICNB 2006)

O Sítio caracteriza-se por um cordão dunar litoral contínuo, formando uma planície de substrato arenoso com um povoamento vegetal de resinosas e matos, com pequenas lagoas abastecidas por linhas secundárias de água doce.

A tipologia das dunas, a especificidade dos espaços intradunares, a pujança das dunas primárias e a excelência das dunas longitudinais, associadas a um estado de conservação razoável, conferem ao Sítio, num contexto europeu, uma reconhecida importância quer em termos de desenvolvimento espacial, quer em termos de unidade sedimentar e ecológica.

O campo dunar de Vagos a Quiaios, que inclui dois tipos de dunas diferenciados – dunas frontais do cordão litoral, activas e instáveis, e dunas antigas com formas bem conservadas e consolidadas – ocupa 62% da área do Sítio, sendo por isso de destacar o largo conjunto de habitats psamófilos.

Realce para as vastas áreas ocupadas por dunas móveis embrionárias (2110), dunas brancas, dominadas por *Ammophila arenaria subsp. arundinacea* (2120), e dunas semifixas (cinzentas) (2130*), com uma comunidade arbustiva endémica, no seio da qual é visível *Armeria welwitschii*.

Referência para a presença de depressões húmidas intradunares (2190), de dunas com vegetação esclerófila (2260), de tojais sobre dunas descalcificadas (2150*), de dunas mediterrânicas com pinhais-bravos (*Pinus pinaster*) com subcoberto arbustivo espontâneo (2270*) e de matagais de *Salix arenaria* em depressões dunares (2170), sendo este o único Sítio onde este habitat se encontra assinalado.

Ocorrem lagoas eutróficas permanentes com comunidades vasculares (3150) e também águas oligotróficas sobre solos arenosos com vegetação da *Littorelletalia* (3130). Destaque para a ocorrência da *Thorella verticillatundata*, espécie reduzida a populações diminutas face ao estado de ameaça a que o seu habitat está sujeito.

Interessa ainda citar a presença florestas mistas sub-higrófilas de *Fraxinus angustifolia*, *Quercus robur* e *Ulmus minor* (91F0), em depressões associadas à margem dos planos de água.

Um dos poucos locais de ocorrência confirmada da lampreia-de-riacho (*Lampetra planeri*).

5.1.2.3.5 ZPE Ria de Aveiro (ICNB 2006)

Importante e extensa zona húmida. Trata-se de um sistema lagunar complexo, constituído por uma rede principal de canais de maré permanentemente ligados e por uma zona terminal de esteiros com canais estreitos e de baixas profundidades. A ligação ao mar faz-se através de uma barra existente no cordão litoral.

Destaca-se a existência de extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de bocage, associadas a áreas agrícolas, onde se incluem as abrangidas pelo Aproveitamento Hidro-Agrícola do Vouga. Estas áreas apresentam-se como importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, sendo que a área alberga regularmente mais de 20.000 aves aquáticas, e um total de cerca de 173 espécies, com particular destaque para o elevado número de aves limícolas.

De notar que a ZPE suporta, regularmente, mais do que 1% da população biogeográfica de Alfiate (*Recurvirostra avosett*), de Negrola (*Melanitta nigr*), de Borrelho-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*) e de Borrelho-de-coleira interrompida (*Charadrius alexandrinus*) e alberga ainda concentrações significativas de espécies de importância comunitária (Anexo I). Refere-se ainda a importância da Ria de Aveiro para várias espécies de passeriformes migrações.

5.1.3 Metodologia e processo de negociação para aplicação da Custódia do Território

Posteriormente à análise efetuada e tendo em conta a importância do sistema lagunar da “Ria” para a proteção e conservação de habitats e espécies prioritários, estabelecemos como prioritário as áreas relativas à conservação e proteção destas espécies.

5.1.3.1 Seleção e justificação da área específica para aplicação da Custódia do Território

Nesta seção vamos descrever e definir o nosso âmbito específico de estudo e para tal tivemos em conta a análise efetuada anteriormente sobre os habitats e espécies com regimes de proteção especial.

Assim e de uma análise geral a Ria de Aveiro, extensa zona húmida que abrange uma grande diversidade de habitats dunares, costeiros e halófilos, é possível encontrar três dos habitats insuficientemente representados na região mediterrânica ou atlântica já no limite e por isso com uma importância acrescida e termos de manutenção dos limites setentrionais. (Tabela 5.2).

Tabela 5.2 Habitats de interesse comunitário considerados pela Comissão Europeia como insuficientemente representados nos Sítios da Rede Natura 2000 designados por Portugal e com ocorrência na ria de Aveiro

Código	Habitat	Directiva Habitats
1130	Estuários	Anexo B-I
1330	Prados salgados atlânticos (<i>Glauco-Puccinellietalia maritima</i>)	Anexo B-I
2170	Dunas com <i>Salix repens</i> ssp. <i>argentea</i> (<i>Salicion arenariae</i>)	Anexo B-I

– Directiva Habitats: Anexo B-I – tipos de habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de ZEC

Baseado em: (ICNB 2011)

Assim sendo, em específico vamos definir como âmbito de estudo específico de estudo para aplicabilidade da Custódia do Território, o habitat 1330, Prados Salgados Atlânticos (*Glauco-puccinellietalia maritima*).

O habitat 1330, Prados Salgados Atlânticos, é caracterizado por prados-juncas higrófilos e sub-halófilos, com elevado grau de cobertura de juncáceas e gramíneas (ALFA, 2004), os quais se desenvolvem em solos periodicamente inundados pelas marés mas sem encharcamento permanente (Figueiredo, 2004).

Este habitat é característico dos sapais internos e externos eurossiberianos, com salinidade baixa a moderada. Ao contrário dos sapais mediterrânicos, onde o sapal externo alto é colonizado por espécies adaptadas a teores muito elevados e variáveis de sais no solo, nos sapais eurossiberianos, as chuvas abundantes, o calor estival moderado e as abundantes águas subsuperficiais doces originam comunidades sub-halófilas, como os juncas e prados-juncas da aliança *Glauco maritima*-*Juncion maritimi* (classe *Juncetea maritimi*) que constituem o habitat 1330 (ALFA, 2004).

Este habitat está presente nos restantes países na região biogeográfica Atlântica, mas na região biogeográfica Mediterrânica ocorre unicamente em Portugal, onde está representado em cinco SIC, dois dos quais na região Mediterrânica (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 Ocorrência do habitat 1330 na Rede Natura 2000

Habitat 1130

Código	Sítio de Importância Comunitária	Região biogeográfica
PTCON0017	Litoral Norte	Atlântica
PTCON0020	Rio Lima	Atlântica
PTCON0019	Rio Minho	Atlântica
PTCON0052	Arade/Odelouca	Mediterrânica
PTCON0012	Costa Sudoeste	Mediterrânica
PTCON0011	Estuário do Sado	Mediterrânica
PTCON0009	Estuário do Tejo	Mediterrânica
PTCON0058	Ria de Alvor	Mediterrânica
PTCON0013	Ria Formosa/Castro Marim	Mediterrânica

Baseado em: (ICNB 2011)

Os prados-junciais, que dominam a vegetação dos sapais dos estuários temperados de Portugal Continental (<http://plantas-e-pessoas.blogspot.com>), apresentam alguma variabilidade no seu grau de conservação, estando sujeitos a ameaças relevantes, como sejam o sobrepastoreio, a alteração do nível freático, a poluição e a invasão significativa de espécies exóticas invasoras (Alfa, 2004).

A Ria de Aveiro constitui a área onde o habitat 1330 apresenta maior expressão no território nacional e seguramente a mais importante representação deste habitat na região Mediterrânica (figura 5.8).

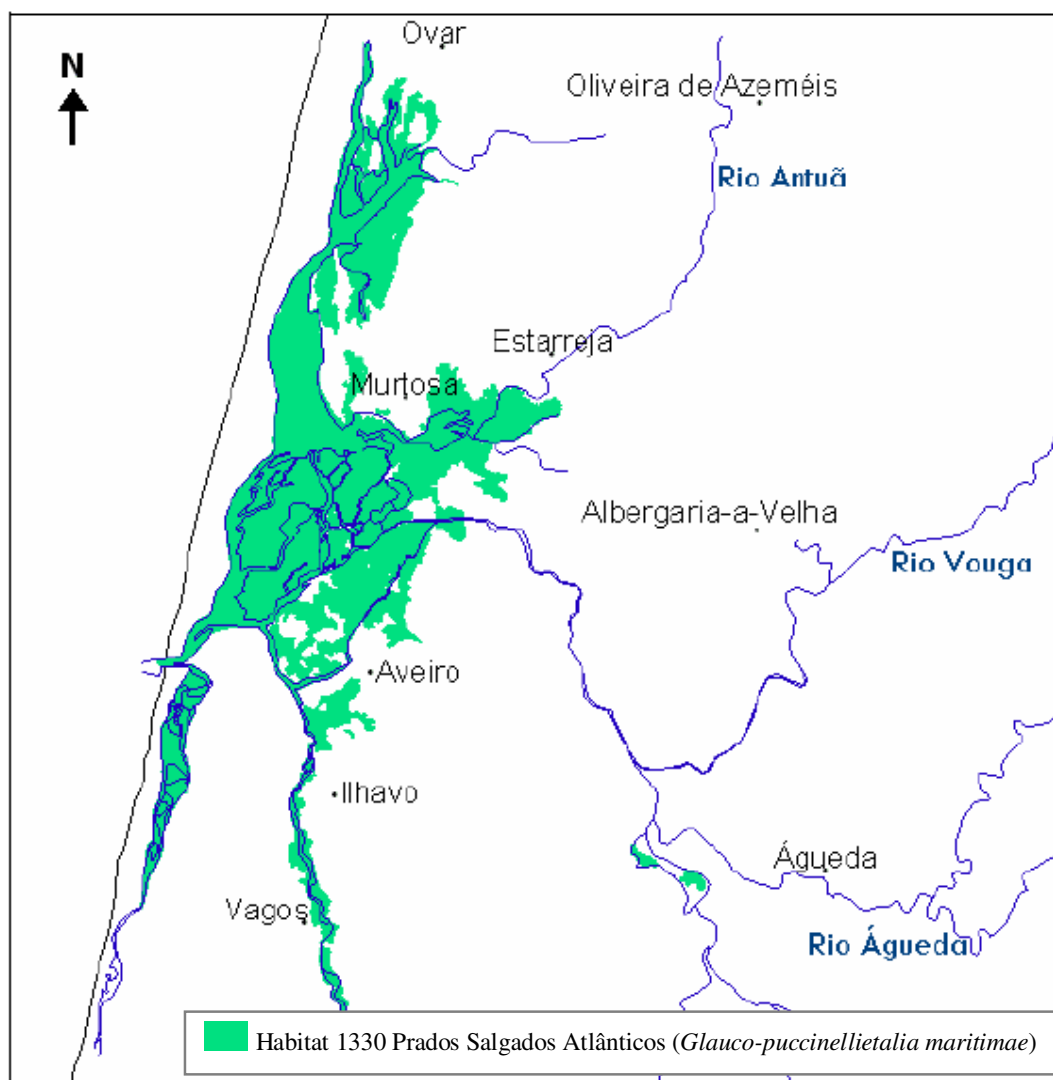


Figura 5.8 Ocorrência do habitat 1330 na Ria de Aveiro (ICNB 2011).

Este habitat para além da sua importância como prioritário e com grande abundância na área do sistema laguna da “Ria” de Aveiro está associado a proprietários privados agrícolas que utilizavam o junco para cama dos animais e posterior fertilizante das terras.

De salientar que atualmente a importância da extração do junco para servir de cama aos animais já não é além disso o avanço das águas, tem vindo a dificultar a entrada destes proprietários nas respetivas áreas. Isto está a fazer com que estas áreas estejam a ser abandonadas e percam o seu interesse de compra e por sua vez a sua desvalorização económica.

O interesse económico por estas áreas tem vindo a diminuir e pode existir alguma possibilidade de maior facilidade de acordo para intervir na conservação quer do habitat de juncos, mas também do habitat em geral, que pode apresentar contra flora e fauna de interesse. Em específico a avifauna

tem vindo a tomar conta destes locais dado o aumento do nível das águas do mar e especificamente da ria de Aveiro.

Apesar do baixo interesse económico por parte dos seus proprietários pelas áreas de junco, também poderá ser importante novamente fomentar a sua utilização, mas para isso é necessário criar sistemas de salvaguarda das águas da ria que têm vindo a invadir estes campos.

Tendo em conta estes dois aspetos e cenários futuros em que o instrumento da Custódia do Território poderá ser importante para envolver os proprietários das áreas de juncais a interessarem-se por estas áreas, quer para novamente reutilizar o junco, quer para conservação de espécies de fauna e flora existentes. Todos estes cenários estarão condicionados a diferentes fatores, quer por o tipo de entidade promotora ou pelo tipo de entidades envolvidas.

5.1.3.2 Seleção de parcelas e áreas privadas no âmbito deste habitat

Para poder continuar com a aplicação da Custódia do Território é importante seguidamente e tendo em conta distribuição deste habitat fazer um reconhecimento da área e identificar os proprietários privados existentes tendo em conta estas áreas a delimitação definida na figura 5.8.

A área representada é significativamente grande e pode ser bastante difícil tentar iniciar estas iniciativas em toda a área por isso é necessário selecionar uma determinada área para o estudo que poderá ser analisada posteriormente tendo em conta casos concretos.

5.1.3.3 Possíveis entidades a intervir e promover a custódia do território

No nosso âmbito de estudo existem diversas entidades capazes de intervir e serem os promotores e colaboradores destas iniciativas que podem ir desde as câmaras municipais, juntas de freguesia, associações locais, cooperativas agrícolas, associações de empresas, universidade de Aveiro entre outros.

É importante também, se necessário, a colaboração da Quercus, Liga Portuguesa da Natureza e Associação Transumância e Natureza na apresentação dos seus exemplos, já que a suas áreas de atuação são vastas e dispersas no continente.

Estas possíveis entidades que possam colaborar na promoção destes acordos têm de ter um papel decisor no ordenamento do território, conhecer as áreas a intervir, identificar os diferentes proprietários da área de estudo, apresentar estreita relação e facilidade de comunicação com estes.

5.1.3.4 Informação e divulgação do objetivo da entidade promotora

Após a criação e seleção da entidade ou entidades promotoras é um importante informar e divulgar aos principais utilizadores e com papel decisor nestas áreas, proprietários, população em geral e outras entidades (empresas, associações, etc), os objetivos principais deste tipo de iniciativa, a importância da sua aplicação, vantagens e benefícios e possíveis fontes de financiamento para tal.

Para tal, propõem-se a realização de uma ação de informação com a possível participação de alguma das entidades com exemplos nesta área em Portugal (Quercus, Liga portuguesa da Natureza ou Associação Transumância e Natureza).

6 Conclusões

Este trabalho tem como objetivo principal o estudo da possibilidade aplicação da custódia do território em Portugal e em específico na ria de Aveiro, aplicado às propriedades privadas com presença do habitat de interesse 1130 Prados Salgados Atlânticos (*Glaucopuccinellietalia maritima*), com objetivo de conservar, proteger e valorizar., através do estabelecimento de acordos com os proprietários, promovidos por diferentes entidades quer organizações sem fins lucrativos de âmbito privado ou público ou até empresas privadas como forma de responsabilidade social e empresarial no âmbito da Iniciativa *Business and Biodiversity*.

Para poder iniciar este trabalho analisamos a custódia do território no mundo, quais as principais origens e formas até onde podem ir e de entre elas salientamos os exemplos dos Estados Unidos, como pioneiro e na Europa, em Inglaterra. As primeiras iniciativas vieram dar resposta à forte industrialização do século XIX como forma de proteger áreas de lazer, até às vertentes mais recentes que incidem na conservação e proteção de determinada espécie ou habitat com estatutos de proteção e na colaboração entre entidades promotoras e proprietários privados. Vimos nestes exemplos que as principais entidades e organizações que promovem estes acordos estão de formas geral ligadas a associações sem fins lucrativos quer de iniciativa pública ou privada e com objetivos de conservação e proteção da natureza e biodiversidade com significativa importância e representação nos respetivos países.

Para além disso é importante salientar o fato que para incentivar esta colaboração entre estas organizações e os proprietários privados é necessário dar a conhecer e informá-los sobre os objetivos deste acordo, vantagens, benefícios e dar a conhecer os financiamentos existentes para o poder realizar e apoiar-los tecnicamente na gestão da sua propriedade que passam essencialmente pela natureza voluntária destes acordos, permite ao proprietário sempre que queira intervir em qualquer decisão, podendo adaptar às condições da comunidade local. A existência de financiamentos cada vez mais focados na comunidade local e desenvolvimento local. A aplicação da custódia do território permitirá conservar e proteger os recursos aí existentes e mantê-los pelas gerações futuras e possivelmente torná-los numa forma de turismo sustentável. Para além disso o reconhecimento social, satisfação pessoal, aprendizagem mútua, assessoria, planificação do Futuro da propriedade e ações na propriedade através do voluntariado são outras das vantagens e benefícios.

Para complementar esta análise é importante antes de mais também refletir sobre as estratégias nacionais, instrumentos de gestão territorial, conservação da natureza e biodiversidade existentes em Portugal e que de alguma maneira promovam a participação da população, interligação entre todos os agentes do território e o desenvolvimento sustentável, bases importantes para a aplicabilidade da custódia do território.

Da análise ao caso específico da Catalunha as diferentes entidades envolvidas podem ser pessoas e organizações colaboradores que se apresentam como membros da custódia do território na

Catalunha, entre eles câmara municipais, outras adiministrações, associações, consórcios, empresas, fundações, universidades e procura geral, membros colaboradores pois podem intervir em diferentes âmbitos do território tais como agrícola, fluvial, marinha e zonas de lazer. No caso específico de Portugal as diferentes organizações, Quercurs com as microreservas, Liga Portuguesa da Natureza com a conservação as espécies estepárias, Associação Transumância e Natureza com o projeto Faia Brava e a iniciativa *Business and Biodiversity* com a colaboração das empresas na conservação da biodiversidade, têm origem em entidades sem fins lucrativos de âmbito público e privado e permitem a conservação em áreas privadas de espécies, habitats prioritários e biodiversidade em geral. Daqui verificamos que a comunidade da Catalunha já com uma experiência bastante mais alargada, permite-nos tomar como exemplo algumas das suas orientações para melhoria destas iniciativas em Portugal.

Na análise comparativa efetuada ao nível internacional, comunidade da Catalunha e Portugal, foi possível avaliar as diferentes origens, tipos de entidades, objetivos de criação, leis que permitiram incentivar estes acordos, tipos de figuras legais que possam permitir os acordos e possíveis incentivos fiscais a entidades e possíveis acordos de custódia. Assim as entidades que têm vindo a desenvolver e promover inciativas de custódia do território, são em geral organizações sem fins lucrativos, quer de âmbito privado ou público. As áreas geridas de dimensão mais reduzida e focam um determinado tipo habitat ou espécie de interesse ou prioritário pode ter mais interesse dado que é possível melhorar e tornar mais fácil os acordos com os proprietários. De forma geral da análise aos vários instrumentos que permitiram o desenvolvimento da custódia do território para o caso internacional, comunidade da Catalunha e Portugal salientamos que a possibilidade de criação de áreas protegidas de estatuto privado é comum e de aplicação prática nos diferentes âmbitos, que normalmente são de iniciativa pública. Todos os instrumentos de gestão territorial, conservação da natureza e biodiversidade e legislação específica para os regimes de propriedade são de forma geral comuns ao nível internacional, Catalunha e Portugal.

Tendo em conta os diferentes tipos de acordos e diferentes formas de poder estabelecer e fomentar a custódia do território, existem diferentes vertentes, quer através da transmissão ou sem transmissão da propriedade de um proprietário privado para uma entidade de custódia para permitir a conservação dos diferentes espaços, onde existem algumas figuras legais comuns quer ao nível de Internacional, Portugal e Catalunha, como a aquisição da propriedade, arrendamento, áreas protegidas de estatuto privado e o usufruto.

Outras formas de acordos são possíveis e de importância para acordar com os proprietários privados a gestão das suas áreas, como são acordo verbal, cessação de uso ou precário, censo enfiteútico, comum aos exemplos ao nível internacional e catalães. Para a análise comparativa entre Português e ao nível Internacional, as servidões, os contratos, convénios, consórcios, protocolos são possíveis e permitem o estabelecimento de acordos entre as entidades e os proprietários privados e as empresas e as entidades que promovem as inciativas *Business and Biodiversity*.

Analizando o caso português e tendo em conta os exemplos existentes da aplicação à custódia do território, os diferentes acordos utilizados são a aquisição da propriedade, contratos de aquisição, acordos anuais com agricultores e protocolos, áreas protegidas de estatuto privado, através das iniciativas da Quercus, Associação Transumância e Natureza, Liga Portuguesa da Natureza e ICNF (Iniciativa *Business and Biodiversity*).

Outros possíveis e já possíveis no código civil português podem ser troca de terrenos, servidões, arrendamento, usufruto, direito de superfície, usucapião, acessão, Fraccionamento e emparcelamento de prédios rústicos e ocupação.

Em Portugal apesar de ainda não existirem incentivos fiscais no âmbito dos acordos de custódia, existem já alguns organismos que beneficiam de alguns benefícios e podem ter interesse de aplicação na custódia do território, e estão relacionados o incentivo a empresas com financiamentos em áreas florestais, entidades sem fins lucrativos, associações de utilidade pública, associações e confederações. Existem outros objetos em Portugal que podem ser aplicados incentivos fiscais como os baldios e comunidades locais e o mecenato de possível aplicação no âmbito da custódia do território. Um dos principais objetivos desta análise é permitir que a redução de algum deste tipo de impostos seja reduzida na aplicação dos acordos de custódia, também como forma de fomentar e promover este tipo de iniciativa em Portugal.

Os casos ao nível internacional mostram-nos que os incentivos fiscais podem desde já ser aplicados a entidades sem fins lucrativos que trabalhem no âmbito da custódia do território (entidades de custódia). Nestas mesmas áreas, em alguns países são aplicados incentivos fiscais a proprietários que assinem acordos de custódia, que realizem ações de conservação e proteção do equilíbrio ecológico e para proprietários de zonas de bosque com planos de gestão florestal. Para além destes existem outros incentivos fiscais a fundações e associações de utilidade pública e empresas privadas que participem nos acordos de custódia. No caso catalão poderam existir incentivos fiscais para proprietários de áreas rústicas, florestais e rústicas no âmbito de aplicação da custódia do território.

Em último caso analisámos o nosso caso de estudo, a “Ria” de Aveiro, onde selecionámos de entre as principais áreas protegidas e de estatutos de proteção, como as Zonas de Especial de proteção e Sítio de Interesse Comunitário. Desta análise foi possível desde já selecionar uma zona e área onde desde há muito tempo fazia parte importante da agricultura e que neste momento são zonas com baixo interesse económico, o habitat de interesse 1330 (Prados Salgados Atlânticos (*Glaucopuccinellietalia maritimae*), que é o “junco”, que tal como nos mostra a figura 5.8 apresenta uma vasta área de representação, que vai desde Ovar até Mira com representação nas áreas dos diferentes concelhos que integram o sistema lagunar “Ria” de Aveiro. Estas áreas de junco já não apresentam interesse para os proprietários das áreas dado que os avanços desta atividade económica deixa de depender deste recurso. Como tal estas propriedades têm vindo a ser abandonadas quer pelo avanço da “Ria” de Aveiro, quer pela falta de interesse económico destas áreas. Apesar disso as zonas de “junco” podem apresentar grande interesse e possível reutilização novamente como fim de atividade económica. Para além disto estas áreas podem ser interessantes para a conservação de espécies de avifauna e flora existentes nestas áreas.

Estas são áreas que devido à sua proximidade com a “Ria” de Aveiro apresentam grande interesse paisagístico e de interesse para fauna e flora a preservar. Por isso é importante conservar e proteger estas áreas e criar mecanismos de acordos com estes proprietários de forma a gerir estas áreas com outras finalidades, entre eles possivelmente a valorização para turismo de natureza. Mecanismos esses que apresentamos no ponto 5.1.3.5 de forma a melhorar o funcionamento dos acordos e por sua vez a confiança com os proprietários, que incide no contacto regular e troca de ideias sobre a gestão das suas áreas.

7 Recomendações e propostas futuras

Como principais propostas para dar continuação a este trabalho que muito tem para desenvolver proponho num futuro o desenvolvimento de dissertações com os seguintes temas:

- Os intervenientes do território no âmbito da “Ria” de Aveiro e a Custódia do Território na conservação e valorização do habitat 1330 Prados Salgados Atlânticos (*Glaucopuccinellietalia maritimae*)
- A “ria” de Aveiro e a Custódia do Território no âmbito conservação e valorização do habitat 1330 Prados Salgados Atlânticos (*Glaucopuccinellietalia maritimae*)
- Localização e identificação dos proprietários e propriedades privadas no âmbito do habitat 1330 Prados Salgados Atlânticos (*Glaucopuccinellietalia maritimae*)

8 Referências Bibliográficas

- AICEP.Portugal.Global. (2012). "Guia do Investidor – Apoios ao Investimento - Incentivos Fiscais ao Investimento."
- ARHCentro (2009). Elaboração do Plano de Ordenamento do Estuário do Rio Vouga. Administração.Regional.Hidrográfica.do.Centro. **Despacho n.º 22550/2009**.
- ARHCentro (2011). Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis - Resumo não técnico Administração.Regional.Hidrográfica.do.Centro. Lisboa.
- Assembleia.República (1998). Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo Lisboa. **Lei n.º 48/98**.
- Barreira López, A., M. Rodríguez-Guerra, et al. (2010). Estudio jurídico sobre la custodia del territorio.
- CCDRCentro (2005). Regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto. Comissão.Coordenação.Desenvolvimento.Regional.Centro. Lisboa. **nº 76/2005**.
- CCDRCentro (2011). Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro. Comissão.de.Coordenação.Desenvolvimento.Regional.do.Centro. Coimbra.
- Comité.Executivo.Comissão.Alterações.Climáticas. (1999). "Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas ", from <http://adaptacao.clima.pt/enaac/objectivos>.
- Conselho.de.Ministros (2009). Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira. Lisboa. **n.º 82/2009**.
- Conselho.Ministros (1998). Plano Nacional Turismo Natureza. Lisboa. **n.º 112/98**.
- Conselho.União.Europeia (2006). Orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (Período de programação 2007-2013). Lisboa. **(2006/144/CE)**.
- Direção.Geral.Pescas.Agricultura (2007). Programa Operacional Pesca 2007-2013. Lisboa.
- Direção.Geral.Recursos.Florestais (2006). Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral Lisboa
- Empresa CPU, U. e. A. (2007). Plano Intermunicipal de Ordenamento da Ria de Aveiro Comissão.de.Coordenação.da.Região.Centro. Lisboa.
- Empresa DHV, S. A. (2011). Prestação de Serviços para a Elaboração do Estudo de Atividades Económicas e suas Dinâmicas. Alfragide.
- Estrutura.Missão.Assuntos.Mar (2007). Estratégia para o Mar. Ministério.da.Defesa.Nacional. Lisboa.

- Grupo Interministerial (2005). Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água. Lisboa. **n.º 113/2005**.
- IA (2007). ENDS 2015 - PIENDS (Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável). Instituto do Ambiente. Lisboa, Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007.
- ICNB, I. P. (2006). Plano Setorial da Rede Natura 2000 - Sítio Barrinha de Esmoriz. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2006). Plano Setorial da Rede Natura 2000. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2006). Plano Setorial da Rede Natura 2000 - ZPE Ria de Aveiro. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2006). Plano Setorial da Rede Natura - Sítio Rio Vouga. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2006). Plano Setorial Rede Natura 2000 - Sítio Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2009). Relatório Nacional de Avaliação Intercalar da Execução da ENCNB. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2011). Proposta de Classificação da Ria de Aveiro como Sítio de Importância Comunitária. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade. Lisboa.
- ICNB, I. P. (2011). Sítio Ria de Aveiro. Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade.
- ICNF, I. P. (2012). "Legislação." from www.icnf.pt.
- IHERA. (2001). Estudo de Impacto Ambiental Projeto Baixo Vouga Lagunar. Instituto Hidráulica Engenharia Rural Ambiente. Lisboa.
- INAG, I. P. (1994). Plano Nacional Água. Instituto da Água. Lisboa. **Volume I**.
- INAG, I. P. (2000). Plano Nacional da Água. Instituto da Água. Lisboa.
- INAG, I. P. (2000). Resumo Não Técnico - Domínio Hídrico e Ordenamento do Território. Instituto da Água.
- INAG, I. P. (2004). Domínio Público Hídrico. Instituto da Água. Lisboa.
- INAG, I. P., U. Aveiro, et al. (2010). Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo. C.-. Comissão Interministerial para os assuntos do mar.
- Jorge Alves and J. Carvalho "Os Bens de Domínio Público em Portugal."
- LPN. (2012). "Liga para a Protecção da Natureza." from <http://www.lpn.pt/Homepage/O-que-fazemos/Programas/Programa-Castro-Verde-Sustentavel/Content.aspx?tabid=2455&code=pt#comosurgiu>.
- MAMAOT (2007). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. M. d. A. d. Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa.

- MAMAOT (2012). Plano de Ação de Valorização e Proteção do Litoral 2012-2015. d. M. Ministério.da.Agricultura, .do.Ambiente.e.do Ordenamento.do.Território Cascais.
- MAOTDR (2007) "Plano Estratégico Abastecimento Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013."
- Parlamento.Europeu (2000). Quadro de ação comunitária no domínio da política da água. **2000/60/CE**.
- Parlamento.Europeu.Conselho (2005). Lei da Água. Lisboa. **Lei n.º 58/2005. DR 249 SÉRIE I-A de 2005-12-29**.
- Polis.Litoral.Ria.Aveiro (2010). Plano Estratégico de Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro Parque.Expo. Lisboa.
- Pricewaterhouse.Coopers. (2012). "Guia Fiscal PwC 2012: Empresas domiciliadas em Portugal." from <http://www.pwc.pt/pt/guia-fiscal-2012/irc/empresas-domiciliadas.jhtml>.
- Quercus. (2006). "A rede de micro-reservas biológicas." from <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=654&articleID=1444>.
- Resolução.Conselho.Ministros (2000). Aprova o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar - Marinha Grande **n.º 142/2000**.
- Roca, X. B. and X. S. i. Rotés (2006). Custodia del Territorio en la Práctica.
- The.Nature.Conservancy. (2012). "Non Profit Organization | About Us | The Nature Conservancy." from <http://www.nature.org/aboutus/index.htm>.
- Transumância.e.Natureza. (2012). "HISTÓRIA DA FAIA BRAVA." from http://www.atnatureza.org/projectos/historia_faia.php.
- Turismo.de.Portugal (2007). Plano Estratégico Nacional do Turismo Lisboa.
- Verbo.Jurídico (2010). Código Civil
- Vila, N. (2009). "Xarxa de Custódia del Territori." Retrieved Agosto, 7, 2012, from <http://www.custodiaterritori.org/ca/cdt/agents.html>.
- Xarxa.Custodia.Territori (2010). Quaderns per a entitats de custódia del territori - Qualitat e seguretat jurídica dels acords de custódia del Territori. A. y. M. A. Ministério.de.Agricultura. Catalunha.